

O REGICÍDIO PORTUGUÊS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Francisco das Neves Alves
Reto Monico



4

**O REGICÍDIO PORTUGUÊS NAS
PÁGINAS DA IMPRENSA
RIO-GRANDINA**

FICHA TÉCNICA

Título: *O regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina*

Autores: Francisco das Neves Alves e Reto Monico

Coleção Documentos, 4

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2016

ISBN – 978-989-8814-37-1

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto “UID/ELT/00077/2013”

Os autores:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da FURG, Doutor em História pela PUCRS e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); Universidade de Lisboa (2013) e Universidade Nova de Lisboa (2015). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou aproximadamente cem livros.

Reto Monico é Doutor em História pela Universidade de Genebra, com a sua tese *Suisse – Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. É autor de diversos artigos em edições académico-científicas nos quais analisa as imagens dadas pela imprensa internacional e pela diplomacia suíça sobre aspectos e acontecimentos da História contemporânea de Portugal e do Brasil.

Francisco das Neves Alves

Reto Monico

**O regicídio português nas
páginas da imprensa
rio-grandina**



- 4 -

CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande

2016

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| <i>Apresentação</i> | 7 |
| <i>O Regicídio de Lisboa</i> | 9 |
| <i>Imprensa Rio-Grandina: um brevíssimo histórico</i> | 19 |
| <i>Diário do Rio Grande</i> | 31 |
| <i>Eco do Sul</i> | 43 |
| <i>Artista</i> | 99 |
| <i>O Intransigente</i> | 113 |
| <i>O Tempo</i> | 131 |

APRESENTAÇÃO

Atentados e crimes contra líderes nacionais tem sido um tópico extremamente abordado desde a consolidação da imprensa periódica como veículo de comunicação. Reis, presidentes, ministros, políticos de expressão assassinados, dependendo da relevância do país no cenário internacional, renderam ao longo do tempo uma significativa quantidade de páginas de jornais, os quais descreveram e discutiram, por vezes à extenuação, os diversos elementos constitutivos e condicionantes do acontecimento em questão. A busca por informações, a especulação, os entusiasmos político-ideológicos, o interesse pelo inusitado, a curiosidade pelo mórbido, foram alguns dos fatores que levaram a coberturas jornalísticas tão marcantes.

Quando o transporte da família real portuguesa, naquele inverno de 1908, foi alvejado de maneira inclemente, resultando na morte do Rei D. Carlos I e seu filho Luís Filipe, herdeiro do trono, não seria diferente e o jornalismo mundial levaria suas atenções para com o pequeno reino no litoral atlântico. O impacto do regicídio ganharia as folhas impressas que não cansaram de informar, opinar e conjeturar sobre os episódios que cercaram tal assassinio. Os personagens mortos tornaram-se os protagonistas nas notícias dos periódicos, mas não apenas eles, como também a rainha viúva, as autoridades públicas lusas e os próprios assassinos. Foram também discutidas questões circunstanciais e conjunturais, como a sucessão ao trono, as modificações no governo lusitano, os destinos da dinastia de Bragança e, fundamental-

mente, o quanto duraria a resistência monárquica em relação à ofensiva republicana.

As matérias informativas e opinativas sobre o que ocorrera em Lisboa naquele fevereiro de 1908 ganharam o mundo e chegaram ao Brasil com significativa força. As relações históricas e as tradições em comum no âmbito luso-brasileiro faziam com que o interesse recíproco fosse muito grande. A isso se somava o fato de que algumas das maiores concentrações de imigrantes portugueses estavam estabelecidas ao longo do território brasileiro. Em uma das mais meridionais localidades brasileiras, a cidade do Rio Grande, estava fixada uma relevante colônia de origem portuguesa, de modo que o jornalismo citadino não poupou páginas para fazer com que as informações de além-mar chegassem até aqueles longínquos rincões.

As edições das publicações rio-grandinas foram procuradas avidamente, demonstrando que a morte do Rei e de seu filho constituiu uma notícia que despertou amplo interesse entre a sociedade da urbe litorânea sul-rio-grandense. Aquela virada do século XIX para o XX representava um momento de transição da imprensa rio-grandina, quando algum de seus jornais mais tradicionais, como o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* chegavam próximos ao fim de suas existências, ao passo que o *Eco do Sul* viria a persistir, mantendo ainda sua circulação por mais de duas décadas; e, ao lado destes, duas jovens folhas, *O Intransigente* e *O Tempo*, davam seus primeiros passos junto aos leitores. Reunindo os estudos de Reto Monico acerca do assassinio do monarca luso e os de Francisco das Neves Alves a respeito da imprensa rio-grandina, o fulcro deste livro é a seleção de trechos que representam os impactos do regicídio português nas páginas dos jornais rio-grandinos.

O REGICÍDIO DE LISBOA

Na viragem do século XIX para o século XX, vários chefes de Estado e cabeças coroadas são vítimas de atentados. Em junho de 1894, em Lyon, o Presidente francês Sadi Carnot é apunhalado pela anarquista italiano Caserio; em Teerão, dois anos mais tarde, em maio, o Xá Nasseredin é morto a tiro de pistola por Mirza Reza Kermani, um fanático da seita babi; em agosto do ano seguinte, também com uma pistola, em Montevideo, é morto o Presidente Juan Idiarte Borda (este magnicídio, único na história do Uruguai, é tratado por Jorge Luís Borges no conto *Avelino Arredondo*, nome do assassino); em setembro de 1898, em Genebra, a imperatriz da Áustria-Hungria, Elisabete (Sissi), é vítima de outro anarquista italiano, Luigi Luccheni, que lhe espeta um estilete no coração; em julho de 1899, na cidade de Moca, uma conspiração de jovens revolucionários mata, a tiro, Ulises Heureaux (Lilís), o ditador dominicano que levou o país à bancarrota; exatamente um ano depois, em Monza, o rei da Itália Umberto I é assassinado com três tiros de pistola por Gaetano Bresci, anarquista que se quis vingar da feroz repressão efetuada pelo exército régio contra os revoltosos em Milão, dois anos antes; o Presidente americano, William Mckinley, morre a 14 de setembro de 1901, oito dias depois de ter sido ferido com dois tiros no abdómen pelo anarquista Leon Czolgosz; em junho de 1903, em Belgrado, o Rei Alexandre e a Rainha Draga são selvaticamente assassinados.

O avô de Juan Carlos de Espanha, Afonso XIII, escapa duas vezes à morte: em maio de 1905, em Paris, e, exatamente, um ano mais

tarde, em Madrid, no dia do seu casamento. O príncipe real português, D. Luís Filipe, filho mais velho de D. Carlos e de D. Amélia, convidado à cerimônia, assiste a esta tentativa de assassinio do Rei da Espanha que causa quase 30 mortos e uma centena de feridos. Neste tipo de situação, como em quase todos os atentados cometidos por anarquistas, seria lógico que a família real tomasse medidas de segurança. Embora andasse armado, o rei D. Carlos, julgando-se popular, sempre dispensou proteção especial nas suas deslocações.

O penúltimo rei de Portugal sobe ao trono em 1889, depois do falecimento do seu pai, D. Luís, e tem logo de enfrentar uma grave crise provocada pelo *Ultimatum* da Inglaterra. A dinastia dos Braganças consegue sobreviver a este conflito com a velha aliada, à crise bancária de 1891 e à crise econômica do ano seguinte. Na África, o tratado de 1891 é menos favorável a Portugal do que o acordo do ano anterior, mas permite a Lisboa, no entanto, conservar o vasto território que ocupa com as chamadas campanhas de pacificação, apesar da ameaça de partilha das colônias lusas constituída pelos acordos secretos anglo-alemães, de 1898 e de 1913. Trata-se do terceiro império colonial que Portugal conservará até 1975.

De 1903 a 1906, os dois principais partidos – o Partido Regenerador, de Hintze Ribeiro, e o Partido Progressista, de José Luciano de Castro – revezam-se no poder, que cada um ocupa quatro vezes. É o “rotativismo”, que não tem nada que ver com o sistema parlamentar britânico. Com efeito, o rei nomeia um primeiro-ministro e só depois dissolve o Parlamento, organizando novas eleições, ganhas, sistematicamente, pelo partido do chefe do governo, sobretudo graças à influência e ao trabalho dos caciques, poderosos chefes locais.

Tendo chegado à saturação com este sistema, em maio de 1906 o rei põe no poder João Franco, chefe do Partido Regenerador Progressista, que, no entanto, não tem maioria parlamentar. É por isso que negocia

com o partido de José Luciano de Castro. As eleições de agosto dão-lhe a maioria de que precisa, com o apoio progressista. Nessa altura são eleitos, por Lisboa, também quatro deputados do Partido Republicano Português (PRP), entre os quais Antônio José de Almeida e Afonso Costa.

Franco quer implantar reformas, discutindo tudo no Parlamento. Um dos seus maiores objetivos é a transparência e a moralização na vida pública, mas as medidas de fundo não aparecem. Em novembro, aplicando o primeiro destes dois princípios, admite perante o poder legislativo que os vários governos tinham feito aditamentos à família real. A oposição monárquica – mesmo os que no passado autorizaram estes empréstimos – censura o governo, e os republicanos não deixam passar esta oportunidade para atacar o regime. A 20 de novembro, Afonso Costa é expulso do hemiciclo por ter dito e repetido: “Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I rolou no cadafalso, em Franca, a cabeça de Luís XVI”. O poeta Guerra Junqueiro publica um artigo muito violento no jornal portuense *A Voz Pública*, a 2 de dezembro, que lhe valerá uma multa de 50000 réis, mas que não o impedirá de escrever:

A tirania do Sr. D. Carlos procede das feras mais obesas: do porco.

Sim, nós somos escravos de um tirano de engorda e de vista baixa. Que o porco esmague o lodo é natural. O que é inaudito é que o ventre de um porco esmague uma nação, e dez arrobas de sebo achatem quatro milhões de almas!

Estes ataques a D. Carlos, estes apelos ao regicídio, são violentos mas, na altura, ninguém, ou quase ninguém, pensa que se possa passar da teoria à prática. Por outras palavras, estas manifestações – que provam, pelo menos, que a Monarquia constitucional não foi um regime liberticida – são consideradas como manifestações da liberdade de imprensa e de opinião, excessivas, sem dúvida, mas que não terão outras consequências. Não passa pela cabeça de ninguém que um atentado possa ocorrer em Portugal contra o chefe de Estado.

A crise final rebenta na primavera de 1907, nomeadamente porque o Partido Progressista recusa continuar a apoiar o executivo. Logicamente, João Franco devia cair, mas o rei decide dissolver o Parlamento sem convocar de imediato novas eleições. Este período (maio de 1907 – janeiro de 1908) é a chamada “ditadura de João Franco”, termo que hoje pode parecer excessivo, sobretudo pensando nas verdadeiras ditaduras dos anos 20 e 30 do século passado.

São, de qualquer forma, meses muito agitados, com a greve académica de Coimbra, que se transforma num movimento contra o governo, na primavera de 1907. As polémicas suscitadas pelo decreto de 30 de agosto de 1907, que elimina as dívidas da Casa Real, decreto com o qual D. Carlos não está de acordo, deitam mais lenha na fogueira. Os outros partidos monárquicos e os republicanos lançam duros ataques contra o gabinete de Franco. Durante estes meses não dão tréguas ao chefe do governo, apesar do endurecimento das leis sobre a imprensa. Uma entrevista dada pelo monarca ao diário parisiense *Le Temps*¹, na qual reitera o seu apoio a Franco e manifesta um certo desprezo pela oposição, acicata ainda mais os ânimos.

O chefe do governo marca o novo ato eleitoral para o dia 5 de abril de 1908. Sabemos que, na altura, o partido do governo ganhava sempre as eleições, por isso, esta perspectiva assustava os dois partidos tradicionais e também o PRP. Com o rei no Palácio de Vila Viçosa, onde se dedica principalmente à caça, fracassa a 28 de janeiro uma tentativa revolucionária, nomeadamente, porque os chefes da conspiração se reúnem junto ao elevador da Biblioteca, no Largo do Pelourinho, avariado há vários dias, o que leva o guarda do edifício a ficar intrigado por ver entrar tantas pessoas. Há tiroteio, algumas explosões, um policial é morto e 120 pessoas são detidas. João Franco propõe, então, a D. Carlos, um decreto de expulsão dos revoltosos e a sua deportação para as colónias. Para os revolucionários é a gota que faz transbordar o vaso.

¹ GALTIER, Jean, “Visite au Portugal. Déclarations de S. M. Carlos I^{er}”, *Le Temps*, 14 de novembro de 1907. (O rei é entrevistado três dias antes).

A 1^o de fevereiro, cerca das 17 horas, a família real, de regresso do Alentejo – onde, na véspera o rei assinara o referido decreto – desembarca na Estação Fluvial da Praça do Comércio. Quando a carruagem real chega ao início da rua do Arsenal é alvo de um tiroteio que acaba com a vida do rei e de D. Luís, o príncipe herdeiro. O futuro rei, D. Manuel, fica ferido, a rainha D. Amélia, sai ilesa. Dois regicidas, Manuel Buíça – que dá os golpes fatais com a sua carabina *Winchester* – e Alfredo da Costa – que dispara, pelo menos, dois tiros com a sua pistola, apoiando-se do estribo do landau –, são abatidos pela polícia, que mata também um inocente, João Sabino da Costa. Em poucos minutos Lisboa transforma-se numa cidade fantasma.

A questão dos mandantes e da eventual participação de outros regicidas – fala-se de, pelo menos, quatro homens que estiveram no Terreiro do Paço – ainda hoje, mais de um século depois da tragédia, continua a aguardar uma resposta exata. Os dois regicidas eram membros de uma loja maçônica e tinham contatos com os chefes republicanos, mas não sabemos, com certeza absoluta, por exemplo, se agiram sozinhos ou se faziam parte de uma mais vasta conjura. Todo o conteúdo do processo judicial acerca do crime do Terreiro do Paço desapareceu misteriosamente. Pensa-se, evidentemente, nos anarquistas, nos republicanos e também nos próprios partidos monárquicos, afastados do poder pela política de João Franco, graças ao indefetível apoio do rei.

Nos dias e meses a seguir ao drama de Lisboa ninguém parece interessado em apurar a verdade. A palavra na moda é “acalmção”, uma coligação de políticos não envolvidos com a ação de João Franco querem “acalmar” a vida política e a quem o novo rei dará a sua caução. Investigar os fatos poderia implicar alguns membros desta nova coligação no poder, pois podiam ter algo que ver com a tragédia de 1^o de fevereiro.

D. Manuel, com apenas 18 anos, é nomeado rei. No dia seguinte, manda chamar João Franco e pede-lhe que não contrarie a sua in-

tenção de formar um novo governo com os dois partidos rotativos chefiado pelo contra-almirante Joaquim Ferreira do Amaral. É o fim da carreira política do último chefe de governo de D. Carlos, que terá de sair do país três dias depois, rumando à Espanha, Itália e França. Uma parte da classe política considera-o culpado do sucedido por causa da sua intransigência política e por não ter sabido proteger a família real. Todos os seus decretos são anulados e os conspiradores de 28 de janeiro estão de novo em liberdade.

No mesmo dia 2 de fevereiro são embalsamados os corpos de D. Carlos e de D. Luís Filipe, cujo funeral se realiza seis dias depois. É preciso realçar o fato de que pouca gente parece chorar a morte do monarca. A imprensa lamenta, mas não condena o atentado. O próprio Fernando Pessoa fala, pouco depois do atentado, da “ignóbil figura de D. Carlos” e anos mais tarde escreverá: “É sempre uma terrível lembrança para nós aqui em Portugal com que geral suspiro de alívio Lisboa acolheu a notícia de que o rei D. Carlos tinha sido assassinado”². Raul Brandão anota nas suas memórias, em data de 3 de fevereiro, dois dias depois da tragédia: “Venho agora de Lisboa e – caso curioso – a impressão geral é de alívio. Respira-se. Estava muita gente num grupo [...], e todos concordaram em que o rei era mau e quase glorificaram os homens que o assassinaram”³.

De fato, muita gente visita na morgue os corpos dos dois regicidas mortos no Terreiro do Paço. As suas campas são cobertas de flores. Os seus retratos são vendidos nas ruas e podem ser vistos nas montras da Baixa lisboeta. A imprensa republicana promove uma subscrição para os filhos do homem barbudo de capote e carabina *Winchester*, Manuel Buíça, que, nos anos seguintes, os republicanos comemorarão como grande patriota, juntamente com Alfredo da Costa.

O regime monárquico português não consegue fortalecer-se, antes pelo contrário. Como já vimos, dá sinais de fraqueza não querendo,

² Citado por RAMOS, Rui. *D. Carlos*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 14.

³ BRANDÃO, Raul. *Memórias*, Tomo I. Lisboa, Relógio d'Água, 1998, [1.^a ed. 1919], p. 156.

entre outras coisas, investigar com rigor as causas da tragédia do Terreiro do Paço e deixando voltar ao poder os inimigos do rei morto a 1º de fevereiro. Com este duplo regicídio, a monarquia recebe o golpe fatal. A 22 de fevereiro de 1908, Albert Bonnard, o redator do quotidiano liberal *Gazette de Lausanne*, escreve: “Parece que só um milagre poderá salvar a monarquia portuguesa”. Trinta e dois meses e seis governos depois, o último rei de Portugal deixará o país para sempre, no dia da proclamação da República.

Na primeira semana de fevereiro de 1908, o assassinio de D. Carlos e de D. Luís Filipe é manchete na esmagadora maioria dos periódicos do mundo inteiro. Durante alguns dias – cerca de duas semanas, se falarmos da imprensa brasileira e da espanhola também –, Portugal, praticamente esquecido depois da crise do *Ultimatum* de 1890 pelos jornalistas da imprensa internacional, torna-se o centro do mundo⁴, graças à nova rede de transportes e de comunicações (telégrafos, cabos submarinos, navegação a vapor, caminhos de ferro) que encolhe as distâncias entre países e continentes. Em poucas horas, as principais cidades do mundo estão ao corrente desta tragédia, como aconteceu, por exemplo, depois do atentado de Monza de 1900 – onde foi morto também a tiro o tio de D. Carlos – ou, em junho de 1903, depois do macabro atentado de Belgrado. “Alguns historiadores falam [...], para caracterizar esta época, de uma «primeira globalização»”⁵.

Em 1908, poucos periódicos têm um correspondente permanente na capital lusa, alguns residiam em Madrid. Logo que a notícia chega às redações, os principais jornais – nomeadamente os ingleses, os franceses, os espanhóis e os italianos – organizam a viagem de enviados

⁴ VIEIRA, Joaquim & MONICO, Reto. *Mataram o Rei! O regicídio na imprensa internacional*. Lisboa, Pedra da Lua, 2007.

⁵ RAMOS, Rui, “Prefácio. Os reis não morrem sozinhos”, in VIEIRA, Joaquim & MONICO, Reto, *op. cit.*, p. 5.

especiais a Portugal, entre os quais há redatores, diretores, algum fotógrafo e até um desenhador, do semanário ilustrado inglês *The Sphere*. Não havendo fotografias do atentado, vários jornais publicam imagens do local do crime e das personagens mais importantes, principalmente dos membros da família real portuguesa, de João Franco e de Ferreira do Amaral, o novo primeiro-ministro. Nos periódicos desta primeira quinzena de fevereiro encontram-se também muitas ilustrações que tentam reconstituir, de uma maneira mais ou menos fantasiosa, as circunstâncias do duplo regicídio.

Os jornalistas que chegam à capital do reino ficam surpreendidos, constatando que a vida quotidiana na cidade continua com normalidade, sem sinais de luto nas ruas e na atitude das pessoas. “O povo português parece que acolheu com total indiferença a morte do seu monarca. E parece também que essa indiferença se alarga a todos”, escreve, por exemplo, o diretor do *ABC* de Madrid numa carta enviada de Lisboa, a 6 de fevereiro.

As análises jornalísticas – que revelam um bom conhecimento da história portuguesa e dos últimos acontecimentos – procuram explicar as causas do duplo regicídio. Os jornais de esquerda, republicanos, socialistas e anarquistas, na sua grande maioria, vêm em D. Carlos e em João Franco os principais responsáveis do sucedido. Alguns comentários deixam transparecer muita simpatia para com os assassinos.

Do outro lado do xadrez político, a imprensa conservadora e filomonárquica defende com vigor a política do antigo presidente do Conselho, acusando tanto os republicanos como os partidos monárquicos do rotativismo de terem contribuído, em grande parte, para a degradação do clima político. Os jornais mais à direita acusam a política liberal de D. Carlos, que deixou demasiada liberdade aos anti-monárquicos.

Só os periódicos liberais e alguns raros diários católicos ou de centro-esquerda dão uma visão mais matizada, procurando enumerar as responsabilidades dos vários atores da vida política portuguesa.

Entre os vários países não há diferenças significativas. Por óbvias razões, os jornalistas espanhóis dedicam muito espaço aos trágicos acontecimentos do país vizinho. Na França, parte importante do interesse manifestado por Portugal é devido ao fato de D. Amélia ser francesa e bisneta de Luís Filipe, o último rei francês. Porém, a sua atitude corajosa durante os terríveis minutos do tiroteio é realçada por quase todos os jornais, nomeadamente pelos diários norte-americanos.

A imprensa austríaca e alemã ataca duramente a Inglaterra que, segundo os analistas de língua alemã, terá reduzido o pequeno reino peninsular a mais uma colônia britânica. Na Suíça, não só os maiores jornais mas também a imprensa regional – e esta característica continua até os nossos dias – analisam os fatos ocorridos na capital portuguesa com a preocupação de dar ao leitor comentários sérios e fundamentados.

Finalmente, a imprensa brasileira, tal como a britânica, manifesta muita prudência nos seus artigos, exprimindo muita simpatia pela família real portuguesa e por D. Carlos, em particular. É o que o leitor poderá verificar lendo os artigos de cinco quotidianos rio-grandinos que apresentamos neste livro.

IMPrensa RIO-GRANDINA: UM BREVÍSSIMO HISTÓRICO

A cidade do Rio Grande foi fundada em 1737 e esteve amplamente associada à conjuntura geopolítica do projeto lusitano de avanço em direção à região platina. Inicialmente, a função do povoado era servir como um ponto de apoio estratégico-militar à Colônia do Sacramento, daí a preocupação com a fortificação do extremo-sul brasileiro. Os avanços e recuos das fronteiras, frutos das disputas entre lusos e hispânicos levaria até mesmo à invasão da povoação, por estes últimos, entre 1763 e 1776. Reconquistada, a Vila do Rio Grande progressivamente se afirmaria com base nas práticas mercantis, notadamente a partir das mudanças estruturais ocorridas no Brasil a partir do século XIX.

O progresso rio-grandino ao longo do século XIX deveu-se à sua estratégica posição de escoadouro à produção derivada da atividade pecuária que se desenvolvia de modo crescente no Rio Grande do Sul. No porto do Rio Grande passou a realizar-se importante comércio de importação de produtos europeus, notadamente ingleses, além de negócios com o Prata. Nesse sentido, o comércio interior, de além das fronteiras, o mais lucrativo de que a localidade gozava e que se achava em franco progresso, devia-se à proximidade com o oceano garantia uma preeminência permanente, pois na cidade portuária todos os navios tinham que entregar seus papéis, sendo que a maior parte deles raramente seguia adiante. Além disso, nela residiam ou tinham agen-

tes os principais negociantes, de modo que ela poderia ser considerada como o maior mercado do Brasil Meridional¹.

Sinteticamente, a Vila do Rio Grande, a qual seria elevada à categoria de cidade em 1835, poderia ser considerada como a principal porta da Província². Dela escoava a maior parte da produção pecuário-charqueadora rio-grandense, com destaque para os couros de boi, o charque, os chifres, a graxa, a carne em barris, o sebo e o tutano em bexigas³. Tal desenvolvimento econômico teve de enfrentar uma série de obstáculos, mormente os ligados ao sistema de transporte, tornando-se as melhorias de acesso através da Barra e a ampliação das linhas férreas, bem como a busca por mecanismos que defendessem o comércio lícito, coibindo o contrabando, algumas das mais importantes reivindicações da comunidade rio-grandina de então.

O avanço econômico trouxe consigo um crescimento da área urbana da cidade e a busca de um aprimoramento desse sítio urbano, no objetivo de vencer as “dificuldades naturais” impostas pelo ambiente, resultando em uma completa transformação do espaço original ocupado pela localidade. Nesse sentido, as autoridades municipais tiveram a constante preocupação de “embelezar” e “aformosear” o município, de modo a dar-lhe um “agradável aspecto” e uma “forma elegante, proveitosa e saudável”. Para isso, foi adotada uma série de medidas visando melhorar e ampliar o calçamento das ruas; construir ou reformar diversos prédios públicos; recuperar e aumentar as vias de transporte; e desenvolver a prestação de serviços públicos, como iluminação, limpeza, esgotos e distribuição de água. Tais melhoramentos que caracterizaram a evolução urbana rio-grandina, além de servir para transformar as condições de vida da população, prestavam-se também

¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 116-117 e 122.

² ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 77.

³ Conforme: SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 101; e CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978. p. 116-118.

para apresentar a cidade como portadora dos bafejos da civilização e como digna representante do papel de maior porto provincial.

Ao lado do desenvolvimento da economia e do crescimento urbano ocorreu também um incremento de natureza demográfica no Rio Grande do século XIX. No início da centúria, a população era da ordem de duas mil pessoas e, já nos anos trinta, o número de habitantes havia duplicado. Na década de cinquenta, a população era de aproximadamente treze mil pessoas; e de quatorze mil na década seguinte. E, na virada do século XIX para o XX, havia cerca de trinta mil habitantes na comunidade rio-grandina⁴. Em linhas gerais, a sociedade rio-grandina era constituída, no seu ápice, por uma elite, representada por elementos ligados ao comércio e às atividades pecuárias e charqueadoras – proprietários dos grandes estabelecimentos –, ou ainda pelos militares de alta patente. As posições dentro desse estrato social algumas vezes tornavam-se difusas e pouco definidas, tendo em vista que poderia ocorrer uma multiplicidade de atividades dentre seus representantes.

Já na base da estrutura social, até à abolição, estavam os escravos, empregados no trabalho urbano, nas atividades pastoris e na produção do charque. Desenvolveu-se também um estrato social intermediário, o qual não apresentava uma homogeneidade interna, representando setores profissionais diversos, ficando as possibilidades de ascensão social cada vez mais restritas quanto mais primária fosse a atividade desempenhada. Já na virada para o século XX, iniciava-se um processo em direção à industrialização, acompanhado, conseqüentemente, pelo surgimento de um incipiente operariado.

A elite rio-grandina, à proporção do crescimento de seu poder econômico, buscava sofisticar seus hábitos, importando usos, costumes e utensílios europeus. As viagens à Europa eram motivo de orgulho,

⁴ Dados populacionais estimados a partir de: LUCCOCK. p. 117; ISABELLE. p. 79. HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: D.C. Luzzato, EDUNI-SUL, 1986. p. 37; D'EU, Luís Felipe Maria Fernando Gastão d'Orleans, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 24; e FARIA, Octávio A. de. *Dicionário geográfico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Typ. do *Diário Popular*, 1907. p. 104.

bem como o envio de filhos para estudar naquele continente, ou pelo menos permitindo-lhes o aprendizado de alguma língua estrangeira. As práticas desse segmento social, na busca de um verniz civilizador, contribuíram de forma direta ou indireta com o aprimoramento de um arcabouço cultural na cidade. Já para uma parcela mais limitada de representantes dos setores intermediários, de acordo com as condições financeiras, foi viável também constituir-se em consumidora de cultura, lendo livros, jornais e revistas, frequentando teatro ou investindo no aprimoramento cultural-educacional dos filhos. Assim, a cidade do Rio Grande, no seu constante esforço de atingir o tão almejado padrão de comunidade portadora dos princípios da civilização e graças ao franco progresso em que se manteve durante significativa parte do século XIX e primeiras décadas da centúria seguinte, chegou a ser considerada como a vitória do homem sobre as dificuldades impostas pelo meio. Dessa maneira, ela foi apresentada como uma criação excepcional da política e do comércio, onde o homem pode mais que a natureza, pois aonde achou impotência e miséria ele fez nascer prosperidade, de modo que a cidade poderia concorrer com as mais notáveis da América do Sul. Sobre ela chegou-se ainda a afirmar que seus “defeitos naturais” eram remediáveis pela arte, podendo a mesma vir a tornar-se um dos *países* mais cômodos e agradáveis do mundo⁵.

Esse campo de significativo crescimento econômico, avanço urbano, expansão populacional e relativo progresso cultural tornou-se fértil às práticas jornalísticas, as quais evoluíram consideravelmente junto à comunidade rio-grandina, e o próprio desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais de civilização na sociedade rio-grandense. Acompanhando o fato que a cidade do Rio Grande desempenhou papel primordial no contexto sul-rio-grandense, a imprensa citadina foi uma das mais destacadas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Assim, além de ter sido uma das

⁵ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EDIPUCRS, 1990. p. 77; e CHAVES. p. 177.

primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, o Rio Grande teve algumas das mais perenes folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas. Nessa linha, o jornalismo praticado na cidade portuária acompanhou, *pari passu*, de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX.

Assim, o porto do Rio Grande não representou apenas a porta de entrada da Província em termos do comércio de mercadorias, servindo também à circulação de informações, ideias e opiniões, pois, durante significativo período, as notícias nacionais e internacionais chegavam primeiro na cidade do Rio Grande. Era ainda comum a reprodução de notícias de periódicos do centro do país e estrangeiros, porém, a recíproca também era verdadeira, uma vez que jornais porto-alegrenses da capital imperial/federal reproduziam informações (e opiniões) prestadas pelas folhas rio-grandinas. Além disso, havia também um intercâmbio entre os jornalistas, pois muitos dos escritores públicos que atuaram no Rio Grande, já haviam trabalhado ou viriam a atuar em atividades jornalísticas no centro do país.

A imprensa rio-grandina desenvolveu-se em um processo pelo qual podem ser identificadas três fases: a primeira, entre 1832 e 1845, foi marcada pelas origens das atividades jornalísticas na cidade; a segunda, desde a metade da década de quarenta até o final da de sessenta, caracterizou-se por um crescimento e diversificação dos periódicos, surgindo então a maior parte dos diários rio-grandinos de extensa longevidade; e a terceira, nas três últimas décadas do século XIX, quando deu-se uma etapa de amplo desenvolvimento e apogeu do jornalismo rio-grandino, até os prenúncios da crise que culminaria com o declínio, que se desencadearia na centúria seguinte. Dessa maneira, no transcorrer destas fases, o jornalismo na cidade do Rio Grande reproduziu o próprio desenvolvimento da imprensa brasileira e gaúcha, constituindo-se num significativo referencial para o estudo da evolução das práticas jornalísticas entabuladas no país, inserindo-se

sincronicamente no contexto do jornalismo regional e nacional da época.

A gênese da imprensa na cidade do Rio Grande foi marcada pelo tenso clima político da formação do Estado Nacional Brasileiro e pelos confrontos partidários e ideológicos dos quais resultaria a Revolução Farroupilha. Desenvolveu-se, então, a primeira fase do jornalismo rio-grandino que, refletindo o clima de disputas do momento, foi essencialmente político-partidário. Os jornais, mesmo que com níveis de aproximação variáveis, tiveram uma íntima relação com a preparação da guerra civil. Manifestou-se, assim, através dos periódicos, o confronto entre rebeldes e legalistas, numa verdadeira batalha de palavras por meio das folhas impressas. O período que antecedeu e marcou os anos iniciais da guerra civil constituiu uma época de ampla proliferação de jornais. O prolongamento do confronto bélico levaria à crise econômica e, com ela, um refluxo das atividades jornalísticas.

Somente após o encerramento da Revolução Farroupilha e do processo de reconstrução da província, se daria a recuperação das lides jornalísticas. Desencadeava-se, então, a segunda fase da imprensa rio-grandina, na qual os debates continuaram acirrados através dos pasquins, mas ocorria também uma etapa de certa diversificação jornalística, com a edição de folhas literárias e noticiosas. Assim, durante a segunda metade da década de quarenta e o final dos anos sessenta, houve um significativo progresso na imprensa, notadamente na parte sul da Província, pois o efeito combinado da conciliação no campo político com a relativa estagnação econômica da zona norte rio-grandense, em contraposição ao crescimento mais acelerado na campanha e na zona sul, decorrente do período de prosperidade das charqueadas, determinou um estacionamento no desenvolvimento da imprensa na capital e avanços proporcionais maiores na parte meridional⁶.

⁶ RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. v. 13. p. 130.

Os veículos impressos dessa segunda fase tinham perdido o caráter de aventura individual e evoluíram para a condição de empresas, ainda que de pequena monta, com maior número de redatores, separação das funções de redação e de gerência, e uma constante preocupação com a receita publicitária, juntamente a uma série de melhorias de natureza tipográfica⁷. Nesse quadro, surgiram os jornais diários que, se consolidando na fase seguinte, viriam a representar a grande imprensa rio-grandina da época, passando a ser publicados *O Rio-Grandense*, criado em 1845 e tornando-se diário a partir de 1850, vindo a desaparecer em 1858, o *Diário do Rio Grande*, fundado em 1848, *O Comercial* e o *Eco do Sul*, que circularam no Rio Grande a partir de 1858 e o *Artista*, criado, em 1862, representando os artífices, mas que viria a afirmar-se como uma das mais longevas folhas diárias rio-grandinas. Essa etapa caracterizou-se por ser uma fase de transição nas atividades jornalísticas, na qual surgiram alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século, através da possibilidade do jornal diário, das inovações na técnica de impressão e das alterações no sistema de distribuição, de modo a estar aparelhada para enfrentar nova etapa de expansão⁸.

A terceira fase da imprensa rio-grandina correspondeu a um processo marcado pelo apogeu do jornalismo praticado na cidade, durante as três últimas décadas do século XIX, até o declínio de muitos dos tradicionais jornais, nos primórdios da centúria seguinte. Essa etapa de amplo desenvolvimento reproduzia o fenômeno que caracterizava tanto a imprensa brasileira quanto a sul-rio-grandense, ocorrendo uma representativa expansão das práticas jornalísticas por todo o país, além do que os jornais passaram por constantes melhorias na sua elaboração, no aprimoramento tecnológico das tipografias, no aumento do formato, na maior eficiência na distribuição e na ampliação da maté-

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, 1995. N. 131. p. 35-36.

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 206.

ria publicitária⁹. Nessa época, a imprensa encontrava-se dividida em grandes e pequenos jornais, os primeiros mais prósperos, providos de uma organização material, contando com a publicidade como uma das formas de sustentação, constituindo-se num estabelecimento comercial interessado em ampliar o número de leitores e de anúncios publicados; enquanto os outros ainda mantinham-se numa fase praticamente artesanal, nos quais o proprietário era, muitas vezes, o único responsável por todas as etapas da produção da folha e apresentavam significativas dificuldades de organização e sustentação¹⁰.

Nessa época, na cidade do Rio Grande, ocorreu um vasto crescimento nas atividades jornalísticas. A maioria dos diários se consolidou, pois, à exceção do *Comercial* que deixou de circular nos anos oitenta, tanto o *Diário do Rio Grande*, quanto o *Artista* e o *Eco do Sul* viveram suas fases mais prósperas ao longo das três últimas décadas do século XIX. Até mesmo alguns dos representantes da pequena imprensa conseguiram níveis de organização e tempo de sobrevivência até então não atingidos por esse tipo de publicação. Ao lado deste novo avanço quantitativo-qualitativo, ocorreu também na cidade portuária uma diversificação ainda mais profunda que na fase anterior, passando o jornalismo por uma etapa de especialização, surgindo periódicos que visavam atender, mais especificamente, a determinados grupos ou segmentos da sociedade.

Com o advento da república, em 1889, os jornais, que à época da propaganda haviam sido úteis instrumentos aos republicanos, passaram a ser controlados cada vez mais intensamente, de modo que, em nome da “salvação” das instituições, o jornalismo teve, nos primeiros tempos republicanos, uma de suas fases de maior censura de parte das autoridades governamentais. No Rio Grande do Sul, esta repressão foi ainda mais ferrenha, tendo em vista o projeto casti-

⁹ Conforme: SODRÉ. p. 263-264; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 26; e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 107.

¹⁰ SODRÉ. p. 288-289 e 294.

lhista de alijar seus opositores das disputas políticas, levando a que as folhas não-governistas fossem extremamente perseguidas, ou, pelo menos, vigiadas de perto pelos agentes do poder. Esse “regime da rolha” levou diversos periódicos não afinados com os novos detentores do poder a suavizarem seus pronunciamentos quanto às disputas político-partidárias, enquanto outros, muitas vezes sob ameaças, tiveram de suspender suas publicações, mormente durante os movimentos revolucionários.

Na cidade do Rio Grande, tais contingências repressivas afetaram diretamente a imprensa. Os grandes diários, que haviam atingido sua fase de maior desenvolvimento nas três últimas décadas do século XIX, tinham seus discursos voltados às disputas entre os partidos imperiais e, com a mudança na forma de governo, sofreram uma ruptura discursiva, vendo-se obrigados a adaptar-se à nova situação. O controle e a repressão levaram algumas dessas folhas a suavizar ou ainda a silenciar seus pronunciamentos de cunho político-partidário, enquanto outras ainda se propuseram a manter-se na oposição e no combate. O agravamento da crise e, portanto, das perseguições, e o estado de sítio, promovido a partir de 1893, quebrariam, mesmo que temporariamente, a resistência dessas publicações e muitas delas tiveram suas edições suspensas. A crise política agregada à crise econômica enfraqueceria ainda mais o jornalismo rio-grandino. Além disso, uma outra fase da evolução da imprensa já se anunciava, na qual a concorrência se tornaria ainda mais acirrada, somente resistindo aqueles que melhor se adaptassem a essa nova etapa.

Nesse contexto, nos fins do século XIX, estava se tornando evidente a mudança no jornalismo brasileiro, ou seja, a imprensa artesanal estava sendo substituída pela industrial. Os empreendimentos individuais começavam a dar lugar às grandes empresas, às “indústrias” do jornalismo, em detrimento da pequena imprensa e das iniciativas artesanais e/ou tipográficas. Assim, a passagem do século foi uma fase de transição, quando os pequenos jornais, de estrutura simples, e as folhas tipográficas cederiam lugar às empresas jornalísticas, com estru-

tura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Foram afetados, em tal processo, o plano da produção e o da circulação, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Ocorreria desse modo, uma concentração das atividades jornalísticas, em termos estaduais, reduzindo-se o espaço à circulação de um grande número de folhas, já que uma das consequências imediatas dessa transição foi a redução no número de periódicos e, por outro lado, as empresas jornalísticas começavam a firmar sua estrutura, de sorte que era reduzido o aparecimento de novas empresas¹¹.

Mudava também a orientação editorial deste novo jornalismo, pois, favorecidas pelo desenvolvimento das artes gráficas, apareceram empresas poderosas, empenhadas em duras rivalidades para a conquista, por meio de informações e serviços vários, do grande público, procurando conciliar no corpo de um só diário, em suas múltiplas seções, o periodismo político, informativo, literário, técnico e comercial¹². Desse modo, também o público estava se diversificando, colocando demandas por padrões gráficos e editoriais para as quais a imprensa tipográfica não estava habilitada a corresponder e, pelo contrário, o seu esforço nesse sentido contribuiu para acentuar a sua descaracterização perante seu público tradicional, salvo aqueles casos que souberam se adaptar ao novo regime jornalístico em formação. Nesse período as fontes de financiamento dos jornais tornaram-se ainda mais limitadas e o grande problema era a manutenção do periódico, que disputava com diversas folhas semelhantes um mercado diminuto, tanto pelo lado do consumidor, quanto pelo dos anunciantes. Inviabilizava-se, assim, em grande parte a continuidade da base econômica e tecnológica das antigas e pequenas publicações, pois, com efeito, os termos da concorrência entre os jornais passaram a ser ditados pelas novas em-

¹¹ SODRÉ. p. 298, 315, 352 e 409.

¹² BARROS, Jayme de. *Evolución del periodismo en el Brasil*. Buenos Aires: Escritório Comercial do Brasil - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942. p. 50-51.

presas jornalísticas, que alijaram do espaço público as folhas baseadas em pequenos negócios¹³.

No Rio Grande, tal concentração das atividades jornalísticas representou o agravamento de certo refluxo que vinha se gerando desde o final do século XIX. Alguns representantes da pequena imprensa ainda conseguiram continuar circulando até os primórdios do século XX, quando se daria um verdadeiro encerramento de ciclo quanto à existência dessas folhas. Já a maioria dos grandes diários passaria por acentuado processo de decadência e crise, que redundaria no desaparecimento para o *Diário do Rio Grande*, em 1910, e para o *Artista*, em 1912. Somente o *Eco do Sul* conseguiu garantir a sua sobrevivência até 1934, numa constante busca pela modernização e adaptação às circunstâncias de então¹⁴. Nesse contexto, outros diários viriam a surgir, mantendo a flama do debate político-partidário, ou buscando adaptar-se aos novos moldes do periodismo noticioso e empresarial, como foi o caso do *Intransigente* e do *Tempo*. A nova centúria que raiava traria transformações indelévels para a evolução da imprensa rio-grandina.

¹³ RÜDIGER, 1993. p. 40, 52 e 54.

¹⁴ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 124-146.

DIÁRIO DO RIO GRANDE

O jornal *Diário do Rio Grande*, criado em 1848, constituiu-se em uma das mais significativas publicações da Província/Estado sul-rio-grandense, aparecendo como uma das primeiras folhas gaúchas de periodicidade diária que conseguiu garantir uma circulação regular por um longo período de sobrevivência. Sua longevidade chegou a permitir-lhe auto-proclamar-se como o decano da imprensa do Rio Grande, tendo circulado até o ano de 1910. Durante a sua existência, o *Diário* esteve ao lado das duas agremiações partidárias que predominaram na vida política do Brasil Imperial, defendendo as ideias conservadoras desde a sua criação até 1877 e atuando em prol do Partido Liberal entre 1878 e 1889, quando, com o advento da República, após um período de indefinição editorial, começou a desencadear-se o processo que levaria ao encerramento de sua publicação.

Mesmo com vínculos partidários, a construção discursiva do diário rio-grandino buscou legitimar-se a partir de uma suposta orientação apolítica, de modo que as manifestações de cunho político-partidário só ganhavam suas páginas com maior vigor em períodos bem demarcados, notadamente aqueles ligados às inversões partidárias ou nos momentos de campanha eleitoral, após os quais a folha retornava a seu papel de periódico essencialmente noticiador, preocupando-se com seus interesses comerciais. Nesse sentido, o *Diário* buscou demonstrar que era uma publicação que representava a imprensa “séria”, acima de tudo interessada no bem-estar da população, em nível local, regional e nacional, e que pairava sobre as disputas e paixões políticas,

mais interessada em prestar um serviço, informando (e formando) a opinião pública, através de uma pretendida primazia da notícia.

As sequelas deixadas pela crise advinda da instauração da República no Brasil promoveriam efeitos na conduta do *Diário do Rio Grande* que, a partir de então, optou por um silêncio absoluto quanto aos assuntos de cunho político-partidário como norte da sua construção discursiva. Diferentemente do período imperial, quando a postura apolítica servia muito mais para legitimar uma linha editorial, embora o jornal possuísse suas vinculações partidárias bem delineadas, a partir dos primeiros anos da República e até praticamente o encerramento da sua sobrevivência, tendo em vista a permanência das disputas políticas e os sempre constantes riscos de perseguições à imprensa, o periódico adotou uma posição de neutralidade, agora na prática e não mais como um argumento discursivo, eximindo-se, assim, de analisar os eventos de natureza partidária e/ou política, que marcaram a conjuntura sul-rio-grandense.

Nesse sentido, a folha rio-grandina, na virada para o século XX, passou a utilizar-se ainda mais intensamente de termos como neutralidade, imparcialidade e independência quando explicava suas intenções, fazendo maior questão de ressaltar que nada absolutamente tinha que ver com a vida íntima dos partidos políticos, apresentando-se como jornal inteiramente estranho às facções partidárias (22 jul. 1898), ou também, afirmando que, leal ao seu longo passado de absoluta neutralidade, não fazia peremptoriamente política nas suas colunas (11 jan. 1900), e colocando-se fora de todas as parcialidades, alheio ao jogo dos assuntos pessoais, ou seja, aqueles que falavam às paixões subalternas e não às ideias (17 out. 1901).

Para o *Diário*, de acordo com a sua proposta de imparcialidade, o dever de todos, qualquer que fosse a opinião política que professasse, deveria ser o de envidar todos os esforços ao seu alcance em prol da República, da sua tranquilidade e grandeza, para que ela pudesse corresponder aos fins de sua essência, ou seja, fazer do Brasil uma grande, próspera, poderosa e invejável nacionalidade (15 nov. 1896).

Nessa época, o periódico já vivia seus dias de decadência, embora ainda fizesse algumas tentativas de modernizar-se, buscando atingir os padrões editoriais do jornalismo de então, como em março de 1907, ao tentar incluir fotografias nas suas páginas, uma experiência modesta, na seção de publicidade, e que durou pouco. O número de anúncios publicados diariamente, uma de suas principais seivas de sustentação, também caía vertiginosamente.

Em 1908, passava a ser publicado sob o dístico de “órgão popular e independente”, garantindo que procuraria manter a sua característica de imparcialidade, sempre correto nos seus atos de órgão popular, intransigente com o progresso e interesses locais (16 out. 1908). Tal postura apolítica foi mantida até 1910, quando acabou se envolvendo em várias disputas pessoais e partidárias, a partir das decisões de um novo proprietário. Eram os estertores do *Diário* que deixaria de circular naquele mesmo ano¹. No que se refere ao regicídio luso, buscou manter o fundamento noticioso, com significativa simpatia em relação aos personagens assassinados.

Regicídio
D. Carlos I, de Portugal, e D. Luís Filipe, Duque de
Bragança
Atentado contra o infante D. Manuel – graves
acontecimentos
Ecos dolorosos²

Uma nova, inesperada e assaz impressionante, lamentável, tanto quanto dolorosa, abalou fortemente anteontem quando, em menos

¹ Breve histórico estabelecido a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 157 e 199-200.

² *Diário do Rio Grande* Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908, ano 60, n° 12672, p. 1.

de um dia, toda a sociedade rio-grandense, que a recebeu cheia de assombro, de bem compreendido pesar e que para logo entrou a fazê-la o objeto único de todos os seus comentários o assunto obrigado de todas as rodas.

Em pleno Terreiro do Paço, no coração da capital portuguesa, haviam sido mortalmente feridos ao tropejar de algumas carabinas, El-Rei D. Carlos I, e seu filho D. Luís Filipe, o príncipe herdeiro.

Como é de ver, a inopinada notícia repercutiu, no Rio Grande, de uma forma angustiosa, deixando todos os espíritos bem formados imersos em duradouro acabrunhamento.

E, como se fora o resultado de um acordo previamente estabelecido, demonstrações de pesar entraram incontinentemente a aparecer, daqui, dali, de toda parte dizendo, na sua espontaneidade o nosso muito afeto, a nossa extraordinária simpatia pelo velho reino.

Era um coro, um numeroso coro, dorido, lacrimoso, de almas bem feitas, pranteado a morte do augusto soberano e do seu filho bem amado, esperança legítima da pátria.

Apareceram também brados de indignação, de justa revolta contra o atentado brutal, resultado, força é confessá-lo, de uma paixão extremada, que, surda à voz da razão nem ao próprio desvario soube fugir.

Que triste exemplo!

Nem foi esse, em qualquer tempo, nem é esse, ainda agora, que em tudo até mesmo no mal, o progresso se acentua de uma forma assombrosa, o melhor meio para a vitória de um ideal qualquer, a prática mais benéfica à implantação desta ou daquela instituição política.

Outros há, inúmeros, por demais sabidos e de reconhecido efeitos, muito mais humanitários, muito mais acordes com os preceitos da justiça, muito mais dignos de quem se presa, de quem presa sentimentos com os quais amanhã de novo entrará em jogo, expondo-os completamente à apreciação alheia, na luta inevitável pela consolidação das ideias que pregara e por cuja realização tudo sacrificara.

O espírito que pôde arquieter tão tenebroso plano não é crível que seja o de um português, ou então, se o é, terá andado em completo antagonismo com o coração, pois alma lusitana não existe, de certo, que deixe de estar combalida pela dor fera que vem de alancear a pátria gloriosa, a família real, todo aquele povo muito e amigo e muito querido.

A criatura que, ao atirar à cabeça do filho de D. Luís I, não tremeu sob o peso de um remorso antecipado, não pode possuir um espírito são, não pode ter servido, nem servirá lealmente, em tempo algum, aos interesses legítimos da pátria, aos interesses louváveis de qualquer coletividade.

Muito que não queiram confessar quantos em tal tenham interesse, o que antes de tudo ficou em evidência, no dolorosíssimo acontecimento de que vimos tratando, foi um grande exemplo de indisciplina, de pouco apego à moral social, de nenhum respeito às conveniências do país e da sociedade em geral.

Ao povo português não cabem culpas, não cabem ela mesmo, por completo, àquelas que de algum tempo a esta parte vêm dando mostras de descontentamento às normas seguidas pelo seu governo, pois terão todos, convencemo-nos, tanto confiamos nos seus sentimentos de generosidade, censurando e lamentando sinceramente o movimento imprudente e fatal que do trono arrebatou, de uma só vez, dois reis amigos, um dos quais, até então promessa auspiciosa, bem poderia ser, amanhã realidade brilhante e bendita.

Almas, bem talhadas, de portuguesas na mais literal acepção do termo, não terão contribuído, digamo-lo convictos, para tão desarrazoada prática.

O pesado crepe que agora envolve toda a pátria lusitana nem só a ela enche de profunda e angustiada tristeza, nem só a ela infunde dorida e justificada saudade, mas também a todos nós, brasileiros, irmão dos d'além pela afinidade decorrente de circunstâncias que a cada instante uns e outros louvam, aplaudem e abençoam.

A dolorosa notícia chegou aqui como sucessivamente em todo o país, de uma forma altamente expressiva, eloquente, mergulhando todos os espíritos em amarguradas cogitações, despertando, para logo, intensa solidariedade a dor que assoberba os nosso amigos de além-mar.

Com a sinceridade que lhe é característica, o *Diário do Rio Grande*, acompanha, na mágoa que os punge, quantos pranteiam o funesto acontecimento e a todos especialmente ao Sr. Dr. Guilherme Quillinam Machado, digno cônsul de Portugal, e a distinta e laboriosa colônia lusitana aqui domiciliada, apresenta sentidíssimas condolências.

—

O Sr. Dr. Quillinam Machado teve a gentileza, que muito agradecemos, de vir a esta redação comunicar as notícias que a respeito recebeu, na qualidade de Cônsul de Portugal.

S. S. tem recebido inúmeras demonstrações de pesar, desta e de outras localidades, por motivo da triste ocorrência.

No edifício em que funciona aquele consulado há à disposição das pessoas que ali forem um livro onde podem ser deixados os respectivos nomes

O regicídio³

A História tem desses momentos singulares. Explodem, súbito, fragorosos, lançando na alma dos contemporâneos uma larga pausa bojada de assombro, e perenizam nas páginas dos anais numa angustiosa reticência, a fazer vibra, em emotividades doridas, a alma dos pósteros. . .

³ *Diário do Rio Grande* Rio Grande, 13 de fevereiro de 1908, ano 60, nº 12686, p. 1.

Portugal, o velho Portugal, engrinaldado de rosas e de glórias, dos pâmpanos dos seus vinhedos e dos louros das suas conquistas, era agora, após os centenários decorridos em silencioso marasmo, à face da Europa o *Little Portugal* a que aludia, em diplomáticos sorrisos, Lord Salisbury. Olhavam-no as potências como um menino posto em tutelas e ninguém duvidava da encarnação dos Castro e dos Albuquerque nos plácidos vinhateiros do Douro, nos serenos campinos do Ribatejo. Apenas, a longes, uma vitória obtida na África por um punhado de soldados, vinha lembrar que ainda existiam descendentes dos lutadores que de Guimarães, Ourique e Aljubarrota – na conquista da pátria – até Ceuta, Socotorá e Diu – na conquista do mundo – tinham escrito a sangue uma epopeia de assombros e deslumbramentos.

E o reino lusitano, sob o cetro bragantino, seguia amodorrado para o letargo das nações decadentes. . .

Quanto, pois, num efervescer de sangue novo, numa ebulição de ardores juvenis, a recente crise – fermentação de brios espezinhadados e liberdades derogadas – veio agitá-lo, assumindo caráter grave, uma interrogação se formulou, avantajada, em todos os espíritos. Seria a velha raça dos tempos do mestre de Avis e de 1640 que renascerá?

E prenes de sombrias conjeturas outras se avolumavam, crepusculando: seria em bem? Em mal seria?

Neste país que é um prolongamento transoceânico daquele extremo do velho mundo, todos se interessavam por esse escachoar de sentimentos, onde se abriam luzidos relâmpagos, onde rolavam trovões longínquos.

E ela que, de improviso, a crise estoura convulsa, num repuxar selvagem de sangue que espadana pela História na crônica de mais um regicídio.

O assassinato, qualquer que ele seja, horroriza sempre. É um despertar de fera no coração de um homem. É um fato de eras remotas que veio latente, por secretos e subterrâneos caminhos de atavismo psíquicos e morais, jorrar em plena sociedade, a recordar a floresta o-

riginal. É sempre o avatar do homem das cavernas no homem das cidades.

Há graduações porém no crime.

O assassinato político envergonha a humanidade. Traz-lhe o sangue à face como uma vergastada.

O pária que tem fome e mata para roubar, – explica-se. O impulsivo que, num momento de cólera, mata para se desafrontar, – compreende-se. O indivíduo que na defesa da vida mata para não morrer, é animal, age por instinto, – compreende-se ainda. O político, fanatizado ou não, que mata por política, que mata por cálculo, é homem, age racionalmente, – revolta.

Nos primeiros casos, funciona um tribunal, abre-se a porta duma penitenciária, e tudo passou. Uma sepultura a mais no cemitério, mais um sentenciado na prisão, e a vida se normaliza. No último, não; fica sempre na alma aquela pausa angustiada, nos espíritos aquela reticência de horror de que acima falei.

Nestes tempos de hoje; tempos positivos que derrocaram, com ilusão, a poesia das instituições, não vemos mais sobre nas fronteiras reais a auréola do direito divino. Mas o sentimento é sempre o mesmo. Por este, ou este outro caminho, o espírito humano atinge sempre o mesmo ermo. A análise do fato nos conduz hoje a idêntica emoção, a idêntico horror das épocas em que no regicídio se via o sacrilégio. A impressão é a mesmíssima, seja aquele que tomba Henrique de Valois de Bourbon, algum dos Romanoff, Humberto de Saboia ou Carlos de Bragança. . .

Quando uma nação, na mais solene hora que a humanidade tenha visto, se constituiu em tribunal supremo para julgar um rei e a Europa atirou a cabeça de Luís XVI, houve uma convulsão nacional de que resultou o trágico evento. Não é o caso do regicida que mata de emboscada, pelo julgamento falaz da sua consciência desviada.

O assassinato do soberano português deixa-nos dolorosíssima impressão, mais do que a de outros casos emocionantes. É que não há somente a avolumá-la à dramática moldura que a circunda. No rei,

nós, alheados à política interna de Portugal, víamos o chefe de um povo irmão, o amigo cuja visita nos aprestávamos para festejar numa verdadeira expansão de alma nacional. Há mais ainda: os últimos reinantes assassinados têm-no sido, como Humberto da Itália, como Isabel da Áustria, pelo tresvario do anarquismo terrorista. A lei do *habito actus*, e quando chega a nova de que uma fronte coroada foi alvo do atentado, dum êmulo de Ravachol, é como se fosse uma coisa já esperada; não estupidifica. Mas agora se manifesta o legítimo tipo do assassinato político, a forma *clássica* do regicídio.

E nós lembramos que dos punhais de Jacques Clément e Ravailac as carabinas do Terreiro do Paço medeiam vários séculos de civilização...

Oh! A civilização!... Linda utopia com que se acalenta a raça humana, como com formosas lendas de fadas nos embalavam nossas amas... Lá está, num dos cárceres da torre de S. Julião, aquele admirável poeta que dizia, há trinta anos: "A civilização é a selvajaria aperfeiçoada." Há paradoxos que a fatalidade, nos seus sarcasmos, se compraz em demonstrar.

O regicídio de 1º de fevereiro enluta um povo, enluta uma raça, enluta a humanidade inteira. É o rebentar súbito de um minuto da Idade Média em pleno século XX. E, sobre esta página negra da humanidade, ficará pairando, tragicamente suave, a figura branca dessa rainha, braços abertos, a ofertar-se um alvo para resguardar um filho... que já é cadáver - nota divina dessa tragédia humana...

Vivaldo Coaracy

Portugal – D. Carlos I, a literatura e as belas artes⁴

D. Carlos foi um fino amador de literatura, um pintor original e um músico perfeito.

A Rainha D. Amélia é uma aquarelista consumada, e muito ao corrente das literaturas estrangeiras, escreve com perfeição muitas línguas. Dois soberanos tão bem dotados, não podiam se desinteressar de uma literatura tão bela e abundante como é a da pátria de Luís de Camões.

No começo do século XIX, Portugal foi o teatro da guerra civil e da invasão francesa. Mas quando o império francês ruiu, o romantismo com Byron, Chateaubriand e Vítor Hugo, toda aquela nova renascença, encontrou um brilhante eco na poesia portuguesa.

Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram os chefes da nova escola.

Camões, Bocage, Garrett, Herculano, todos os autores verdadeiramente portugueses eram familiares a D. Carlos.

Vamos esboçar em rápidos traços o desenvolvimento que, sob reis tão artistas, teve a literatura contemporânea.

O ponto de partida desta literatura foi certamente a célebre disputa de 1865-1866 que teve por teatro Coimbra.

Os adversários foram, de uma parte Castilho, e de outra Teófilo Braga e Antero de Quental. Depois da morte de Garrett e da retirada de Alexandre Herculano, Castilho ficara sendo o único mestre de espíritos.

Era incontestavelmente o maior poeta de então. Orgulhoso à maneira de Vítor Hugo, Castilho proclamava que não se dignaria assinar os melhores versos de Camões, e esta jactância impressionava os moços, que o cercavam de espessas nuvens de incenso.

Finalmente, encorajados por um pequeno grupo, dois jovens dissidentes, Teófilo Braga e Antero de Quental revoltaram-se abertamente contra Castilho. A disputa tornou-se popular e ao redor dos dois in-

⁴ *Diário do Rio Grande* Rio Grande, 16 de fevereiro de 1908, ano 60, nº 12689, p. 1.

trépidos combatentes, vieram colocar-se alguns poetas, que formaram a chamada escola coimbrã.

A luta foi ardente, mas o seu fruto foi a liberdade poética, que não temendo mais a férula do mestre, misturou as inspirações mais diversas, e, num ecletismo harmonioso, foi ao mesmo tempo romântica, parnasiana e realista.

Durante este período agudo, D. Carlos não deixou de favorecer os escritores quaisquer que fossem suas opiniões políticas ou religiosas, e sem nenhuma preferência de escola.

Antero de Quental, no começo romântico, nas suas *Primaveras* mostrou-se sucessivamente revolucionário nas suas *Odes Modernas* e depois horrivelmente pessimista nos *Sonetos Completos*.

Realista e materialista no começo, foi vencido pela preocupação do além. Não podendo resolver os terríveis problemas do destino humano, ele soçobrou nas ondas negras e revoltas do pessimismo absoluto. E mais lógico do que Schopenhauer que deseja o fim da espécie, e do que Hartmann que sonha com o fim do mundo, Antero de Quental suicidou-se simplesmente.

A morte dramática de Quental impressionou muito o Rei D. Carlos, que tinha uma grande admiração pelo seu talento; a Rainha D. Amélia passou um dia triste por esperar ver voltar ao cristianismo o grande escritor.

Depois de Teófilo Braga e de Gomes Leal, Guerra Junqueiro tentou escrever a *epopeia da humanidade*. Mas foi por seu anticlericalismo brutal, por seus ataques grosseiros à pessoa do Rei D. Carlos, que ele procurou-se distinguir.

Citamo-lo sobretudo para mostrar a longanimidade do excelente rei que durante sua vida quis sempre ignorar estes ataques, e só falava do seu autor com uma extrema benevolência. Luís de Magalhães foi também um adversário decidido de D. Carlos. Nem por isso o rei deixou de fazer-lhe os elogios que ele mereceu por seu belo poema “D. Sebastião”.

Eça de Queiroz é um grande artista em toda a força do termo. As duas formas de seu pensamento são a *ironia* e a *fantasia*. Seus livros como o de Flaubert formam duas classes distintas: o *Crime do Padre Amaro*, *Primo Basílio* (uma admirável imitação de *Madame Bovary*), *Os Maias*, pintados sobre o fundo trágico de paixão e incesto, construídos e escritos segundo o método dos naturalistas franceses; os outros ao contrário, como a *Relíquia* e o *Mandarim* são os pontos espontâneos de uma imaginação caprichosa e mística. O estilo de Eça de Queiroz é literariamente inimitável, é musical e luminoso, é a *escritura artística* dos Goncourts, de Huysmans com a harmonia de Loti e de Chateaubriand.

Terão notado leitores que alguns de entre os escritores nomeados são republicanos, anticristãos, pessimistas, niilistas, cuja audácia não pode ser ultrapassada.

D. Carlos, sem considerar as opiniões destes escritores, sempre soube descobrir o verdadeiro mérito e encorajá-los.

Este rei constitucional soube, apesar de tudo e de todos, reconstituir seu exército e restaurar sua frota, encontrou os meios necessários para fazer florescer também as belas artes, que são a mais segura glória das grandes nações.

D. Carlos I foi um pintor consumado. Expôs muitos quadros em diversos salões parisienses, e os críticos estiveram longe de considerar suas obras como meros produtos de um amador.

Foi também um pastelista notável.

Suas *marinhas* de cores fulvas, de águas profundas e transparentes, fazem de D. Carlos um grande artista. Quanto às aquarelas da rainha, elas são conhecidas pelo mundo inteiro e todos sabem que Sua Majestade é uma verdadeira princesa de Orléans, isto é, uma artista apaixonada e encantadora, diz a folha de onde reproduzimos estas linhas

ECO DO SUL

O *Eco do Sul* foi uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. As ideias e propostas expressas pelo jornal durante esse largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, mormente na zona sul da Província/Estado, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, o *Eco* passaria, em seguida, a ser editado na cidade do Rio Grande e, nos primórdios de sua existência, manteve algumas características da pasquinagem, evoluindo, gradativamente, até apresentar-se como uma publicação de natureza “política, literária e comercial”.

Após uma crítica inicial às coligações entre sectários de diferentes partidos, consideradas como um desrespeito às ideias e aos princípios, ainda durante os seus primeiros anos, o periódico optou por uma orientação partidária de seu discurso, filiando-se à causa do Partido Conservador, vinculação que se tornou ainda mais direta a partir da década de oitenta, quando o jornal transformou-se em um “órgão partidário”. Como uma publicação destinada à sustentação dos conservadores e à oposição aos liberais a folha moldou sua construção discursiva de acordo com as necessidades do jogo político-partidário do período imperial, de modo que a mudança na forma de governo representaria uma ruptura nesta edificação, a qual teve de ser ajustada às novas circunstâncias de então.

Com a República, o jornal manteve sua conduta embasada no partidarismo, inicialmente apoiando os novos governantes, mas, em seguida, partindo para uma postura de aberta oposição aos mesmos, consistindo-se num dos poucos órgãos de imprensa que se manteve na resistência, combatendo os situacionistas em alguns dos mais graves momentos que marcaram a agitada transição Monarquia – República na conjuntura rio-grandense-do-sul. Contrário ao sistema castilhistaborgista, o periódico manteve tal espírito oposicionista por vários anos. Somente a partir do final da primeira década do século XX, o diário rio-grandino promoveria uma mudança em sua conduta editorial, no intento de adaptar-se à nova fase que adentrara o jornalismo, através da proposta de manter-se como uma publicação “independente” de vínculos partidários, buscando garantir, assim, a sua sobrevivência, a qual se estenderia até a década de 1930.

Assim, até os primeiros anos do século XX, o *Eco* manteve-se na oposição e na resistência ao regime vigente no Rio Grande do Sul e só mudaria tal postura, a partir das necessidades impostas pelos novos moldes assumidos pelo periodismo. Nesse contexto, da gradual diminuição no número de manifestações de cunho político, observada ainda na primeira metade da década de 1910, o *Eco do Sul* passou a uma progressiva suavização de seu discurso político-partidário. O jornal entrava assim, a partir de 1908, numa nova fase, na qual passou a propalar a sua condição de órgão “independente”, ou seja, não mais vinculado a um partido político. Tal conduta representava a saída que o periódico encontrava no intento de adaptar-se à renovada etapa na qual o jornalismo passava a se encontrar, além do que, servia como uma forma de reação às amplas dificuldades que a folha vinha enfrentando para garantir o seu sustento financeiro.

Nessa conjuntura, o diário se propunha a escrever com a máxima independência, em uma compreensão elevada do que fosse o jornalismo, procurando enfrentar todas as questões, sem nelas misturar sentimentos que fugissem apavorados da honra e do dever (18 jun. 1908). Pouco depois, o *Eco* reiterava sua nova postura, destacando que

era independente de partido, de modo que acompanhava a par e passo a opinião pública, procurando dizer o que sentia e o que pensava em face dos males que afligiam a sociedade (20 jun. 1908). Com tal postura e constantes adaptações organizacionais, o periódico conseguiu estender sua existência até 1934¹. Em relação ao regicídio, a folha rio-grandina tentou demonstrar a sua primazia na expressão da notícia, dando ampla cobertura e manifestando orgulho pela precedência com que prestou a informação. Ainda que tenha buscado dar voz a algumas das vertentes em questão, o jornal mostrou-se contrariado com o assassinio real.

De joelhos²

Portugal e Brasil, duas nações apenas na ordem geográfica, porém uma só na fusão íntima do afeto recíproco que as vincula, confundem hoje as suas lágrimas em memória piedosa de dois ilustres filhos do altivo berço dos Viriatos, tragicamente sacrificados em nome dos princípios republicanos.

Nações mais do que amigas, pois se irmanaram pela atuação das leis atávicas, pelas correntes históricas, idioma, usos e costumes, não poderiam aliás, neste momento angustioso, deixar de confundir-se num longo abraço de solidariedade, perante a dor a mais profunda.

Participando das mesmas vibrações álacres, como também das emoções mais intensas, vivendo por assim dizer presas pelos anéis de uma cadeia permanente de bendita fraternidade, não podem separar-se uma da outra, máxime nos lanços afetivos, como o que hoje pesa sobre o generoso coração lusitano.

¹ Breve histórico estabelecido a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 271-272 e 347.

² *Eco do Sul*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano 54, nº 28, p. 1.

E o Brasil, que se preparava para receber com demonstrações de estima as mais eloquentes o infortunado Rei D. Carlos, procurando cultivar na sua pessoa os sentimentos dignos da gratidão, do amor sincero e do respeito à bandeira das quinas, tantas vezes flutuando ao lado do pavilhão auriverde, sente-se hoje, mais do que nunca, atraído para o cumprimento do piedoso dever de acompanhar de perto todas as fases da grande, da imensa, da inenarrável dor que atordoa o reino de Portugal.

De todos os países que deploram o triste acontecimento, se destaca o nosso, porque em realidade sentimos turbar-se-nos os sentidos e sufocar-se-nos a alma, ante a realidade monstruosa do monstruosíssimo atentado, que roubou miseravelmente à terra lendária de Camões um padrão de glória, à dinastia portuguesa um digno servidor e à família real lusitana um chefe amadíssimo, dotado de qualidades raras, quer na escala do talento, que o tinha poderoso, quer na escala da afetividade, que a sabia percorre de forma exemplaríssima.

Prova-o de sobejo a angústia que por toda a parte se estampa, visível, espontânea, expressiva. Prova-o em demasia a aflição com que o público atravessa período de incerteza iniciado desde a divulgação da dolorosa notícia pelo *Eco do Sul*, até à sua confirmação plena e cabal, aflição que aumentou de vulto ao saber-se da inteira veracidade dos nossos telegramas e boletins. Prova-o, em suma, a ânsia incruenta que se apodera de todos, para associar-se de coração ao luto pesado que envolve o reino português.

Nada mais justo e humano que essa atitude nobre de um povo que está acostumado a sentir, junto ao seu, pulsar o coração de um outro povo através dos vinte e um estados brasileiros, onde o braço português se levanta como um precioso fator do progresso nacional.

O inaudito e inclassificável atentado cometido contra o malgrado Rei D. Carlos e seu filho pertence à lista dos crimes abomináveis, repelidos sob qualquer hipótese, que não seja a defesa própria, quando da luta pela conservação da espécie.

Não há ideia alguma, por mais nobre que ela seja, que possa germinar simpaticamente, quando ela vem de um charco de sangue humano, manchada pela nódoa última na ordem deletéria dos crimes preparados ou consumados pela mão do homem.

Qualquer triunfo ganho por tal preço, não significa isso, mas apenas derrota brutalíssima no campo ubérrimo da moral.

É por isso que, embora despercebendo ainda a causas reais que determinaram o infame assassinio, lavramos daqui o nosso protesto, em nome dos sentimentos generosos e puros que todos devem cultivar.

Não temos expressões bastante severas para verberar o nefando crime, como igualmente não possuímos frases satisfatoriamente precisas para testemunhar todo o nosso sentimento de profundíssimo pesar pela morte trágica de D. Carlos e seu filho.

Receba o nobre e cavalheiroso Portugal, recebam os seus queridos filhos aqui radicados, na pessoa do ilustre cônsul, a manifestação mais sincera e vasta que é possível dos nossos sentimentos dolorosos, na emergência crudelíssima que a todos abate e confrange.

O *Eco do Sul* ajoelha-se, ao lado da colônia lusa, para elevar a sua prece pela bem aventurança do rei-mártir e seu pobre filho.

Grave situação de Portugal
Atentado infame!
Assassinato do rei e do infante a tiros de carabina
Pormenores. – O furo do Eco do Sul³

Quando tranquilamente se entregava ao almoço, foi a nossa população tragicamente abalada por uma notícia, que tanto tinha de sensacional como de lúgubre.

³ *Eco do Sul*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano 54, n.º 28, p. 2.

Fora morto, a tiros de carabina, o Rei D. Carlos, de Portugal, e com ele seu filho D. Luís Filipe de Bragança.

Coube ao *Eco do Sul*, a tarefa desagradável de ser o primeiro informante, afixando à pedra e fazendo distribuir profusamente pela cidade o seguinte boletim:

“GRAVE
SITUAÇÃO DE PORTUGAL
ASSASSINATO DO REI E DO INFANTE
Boletim do “Eco do Sul”
RIO, 2, (à 1 hora da tarde)

– O Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro foram assassinados, às cinco horas da tarde de ontem, a tiros de carabina, no Terreiro do Paço, quando regressavam de Vila Viçosa.

O infante D. Manuel, filho do rei D. Carlos, foi aclamado soberano de Portugal.

A Rainha D. Amélia saiu incólume.

Faltam outros pormenores.

A legação portuguesa desta capital só recebeu estas notícias à 1 hora da madrugada.

—

N. da R. – Dada a importância do caso, telegrafámos para o Rio de Janeiro, pedindo a confirmação destas notícias, bem como pormenores, se os houver”.

—

Desde que anunciamos a triste nova, por meio de alguns foguetes e das providências que acabamos de apontar, grande número de pessoas afluíu à frente das oficinas desta folha, comentado a lamentável ocorrência.

O segundo colega a ocupar-se do sensacional acontecimento, foi *O Intransigente*, que às 4 horas da tarde afixou telegramas à pedra.

Como é natural, a nossa população ficou deveras emocionada, custando a acreditar na realidade do ocorrido.

Essas dúvidas acentuaram-se no seio da generosa e amiga colônia portuguesa do Rio Grande, onde hoje lavra o mais intenso pesar.

À vista disso, e embora tivéssemos plena confiança no despacho telegráfico que recebêramos, pois havíamos reunido outros dados sólidos que lhe comprovavam a procedência, acarretando isso uma delonga de cerca de 3 horas, que medeiam entre o recebimento do recado e a sua afixação à pedra, resolvemos telegrafar aos nossos correspondentes do Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde, sabíamos, havia notícia oficial do trágico sucesso.

A confirmação literal só nos veio à noite, bem como os pormenores que estampamos a seguir.

[...]

PORTO ALEGRE, 2 - Confirmo a veracidade dos sucessos de Portugal.

A legação no Rio, segundo telegrama insuspeito para o *Correio do Povo*, recebeu comunicação oficial do assassinato do Rei D. Carlos e de seu filho Luís Filipe, Príncipe de Bragança.

Esperam-se detalhes

(Corresp.)

RIO, 2 (à noite). É perfeitamente exato quanto transmiti. Ainda não chegaram novos pormenores. Enviarei o que souber.

(Corresp.)

[...]

RIO, 2 (à noite). - A notícia sobre os sucessos de Portugal causou aqui funda sensação, emocionando a todos.

O *Diário do Comércio* publicou ótima edição, contendo notícias completas do atentado.

Um dos seus redatores foi quem avisou o encarregado dos negócios de Portugal da notícia dos assassinatos.

O encarregado tinha notícia enviada pelo ministro do exterior do seu país, mas como tivesse chegado tarde, sábado, e se achasse fatigado, o seu criado não lhe entregou o recado, apesar de conter a nota urgente.

O governo brasileiro telegrafou à família imperial, o que fizeram todos os ministros aqui acreditados.

Chegam à legação portuguesa centenaes de pêsames.

A cidade apresenta aspecto de profundo pesar.

Os clubes ostentam bandeiras a meio pau.

Sei que o governo do Brasil tomará parte nas manifestações de dor e luto que pesam sobre Portugal.

[...]

O Exmo. Sr. Dr. Quillinam Machado, cônsul português neste Estado, só à tardinha é que teve comunicação oficial do atentado, tendo tido a gentileza de vir ao *Eco do Sul* dar-nos informações a respeito.

Infelizmente tínhamos já a casa fechada, o que não nos impede de agradecer a S. S. semelhante cortesia.

Desta cidade foram passados inúmeros telegramas para o Rio de Janeiro, pedindo informes a respeito do lutuoso successo.

O Sr. Cônsul de Portugal serviu-se diversas vezes do cabo submarino e do Telégrafo Nacional.

Em resposta ao despacho que enviara para a capital da República, o comerciante José da Silva Fresteiro recebeu o seguinte telegrama “Rei e Príncipe assassinados. Boatos de revolução.”

Logo que se soube do ocorrido, houve, no Casino, suspensão de divertimentos, por proposta do Sr. major Dr. Alcibiades Rangel Pestana como sinal de profundo pesar.

Também nesta cidade foram suspensas as retretas que a banda do 13º batalhão de infantaria deveria efetuar nas praças públicas.

Os Srs. Manuel José Fernandes e José Rodrigues Portugal tomaram a iniciativa de convidar os seus patriotas a cerrarem as portas dos seus estabelecimentos comerciais durante três dias, associando-se assim ao luto da pátria golpeada.

Têm sido os mesmos cavalheiros solicitamente atendidos.

O Consulado Português, o *Congresso D. Luís I* e a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* estão com os seus pavilhões em funeral, devendo adotar outras providências para comemorar o triste acontecimento.

[...]

Os consulados, associações, os navios surtos no porto, e muitas residências particulares conservam as suas bandeiras em funeral.

[...]

—

O Clube *Saca-Rolhas*, ao ter conhecimento do assassinato do Rei D. Carlos e seu filho D. Luís, hasteou ontem, às 21 hora da tarde, seu pavilhão a meia haste e passou o seguinte telegrama:

Legação portuguesa – Rio de Janeiro – Agremiação Saca-Rolheira apresenta expressão imenso pesar miserável e duplo regicídio que fundamentalmente feriu alma brasileira. – *Rodrigo Francisco de Sousa*, presidente

—

A diretoria reunida, em seguida, tomou conhecimento dos fatos pelos telegramas recebidos pela imprensa e depois de ter lavrado em ata um voto de pesar, resolveu que o Clube *Saca-Rolhas* tomasse luto por três dias, conservando seu pavilhão em funeral e oficiasse ao Sr. Cônsul português e às sociedades *Congresso Português*, *D. Luís 1º* e *Beneficência Portuguesa* apresentando pêsames pela morte de tão distintos soberanos, filhos da pátria coirmã, e deliberou também associar-se a todas as demonstrações de pesar que forem promovidas.

Notas ligeiras

Despimos hoje a nossa fragmentada roupagem humorística para envergar a fatiota preta das ocasiões solenes.

É isso em homenagem ao amigo povo lusitano, que oficial e também particularmente está de luto pela morte do seu rei e do príncipe herdeiro, fato sensacional e lamentável ocorrido na bela capital do heroico reino português, e que tão dolorosamente está ecoando no Brasil e em todo o mundo civilizado.

A nossa pátria que estava preparando matizados e virentes ramalhetes para a recepção de El-Rei D. Carlos, transforma-os agora em pesadas coroas de saudades para ornar os féretros dos ilustres príncipes mortos e significar assim à nação amiga toda a mágoa que lhe vai no grande coração irmão, de aquém Atlântico.

Deploremos, pois, o triste desaparecimento desses dois grandes da Terra, levados ao seio da morte pela violência da paixão partidária e, quem sabe, se também pela culpa dos próprios amigos.

E a nossa mágoa é profundamente sincera: O luto de Portugal atinge invariavelmente a nossa pátria.

Eco do Sul⁴

Sendo o intuito de dar arras ao preconício, somos forçados a registrar o grande sucesso alcançado ontem pelo *Eco do Sul*

Tendo aumentado mil exemplares sobre o número regular de folhas destinadas à venda avulsa, mesmo assim tivemos que, às 8 horas da noite, tirar uma segunda edição para atender aos compradores que afluíam em massa às nossas oficinas e para fazer a remessa para fora da cidade.

Isso vem demonstrar a avidez pública quanto às notícias sobre os sucessos de Portugal, bem como a confiança de que nos temos tornado depositários perante a população rio-grandense.

Não queremos enaltecer-nos em qualquer sentido, desejando tão somente registrar o estado de interesse de que se acha possuído o Rio Grande, em face dos tétricos acontecimentos de além-mar, assim também agradecer do íntimo da alma a preferência dispensada ao *Eco do Sul*.

Sendo a nossa tiragem diária, para a venda avulsa, de 3 mil exemplares, foi, conseqüentemente, elevada ontem a 4 mil exemplares, dos quais não resta um só, no escritório da gerência.

⁴ *Eco do Sul*, Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 29, p. 1.

Aproveitamos o ensejo para pedir desculpa aos leitores pelos numerosos erros de composição que escaparam, pois, com o atropelo de serviço, os tipógrafos não puderam observar, na devida forma, as emendas feitas pela revisão.

O público bem avalia o que pode ser uma segunda-feira, seguinte não só a dias de festa, com a um acontecimento como o de Portugal, que abalou todo o mundo.

Tudo é atropelo, porque as horas passam céleres e a multidão dos leitores espera ansiosa a saída do jornal.

O serviço triplica e, embora aumentado o pessoal operário, mesmo assim tudo é feito de afogadilho, para não se perder tempo ou não prejudicar o próprio público.

Por isso contamos sejam relevadas as faltas observadas ontem, faltas, aliás, fáceis de serem corrigidas pelo leitor.

Grave – Os sucesso de Portugal Regicídio – Mais detalhes – O nosso serviço telegráfico⁵

Pela alma brasileira vibra ainda com toda impetuosidade a nota aguda do sentimento doloroso, pelos sucessos sangrentos que se desenrolaram em Portugal, berço querido dos nossos antepassados, pátria fecunda e diletta dos nossos maiores, engastada além-mar como uma pérola de súbito valor no mapa opulento das nações europeias.

O crudelíssimo choque, que veio abater o ânimo varonil da gloriosa Lusitânia, nossa irmã, pelos vínculos do sangue e pelo belo idioma, repercutiu tristemente em toda a vasta região brasileira como uma calamidade fatal a destoar no grande concerto da fraternidade humana.

A avaliar pelo que se observa no Rio Grande, pequena porção desta futura nacionalidade que aos portugueses deve a sua existência e

⁵*Eco do Sul*, Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 29, p. 2.

não diminuta parte das suas conquistas avantajadas, é bem característica a emotividade que a todos nós golpeia, despertando incontida condenação contra os promotores deste hediondo sacrifício de duas personalidades salientes dos países contemporâneos.

Outra coisa não poderia suceder, já pela afinidade que une os dois povos irmãos, já pelas imposições civilizadoras do século vigente que não permitem esses atentados brutais contra a estabilidade individual dos chefes de Estado.

E tanto mais avolumam essas razões, quanto os assassinados, por mais inconvenientes que tenham sido, por mais rigorosos que se hajam revelados, não mereciam a tremenda punição que lhes foi infligida, punição exercida também contra um tipo de mulher essencialmente respeitável, ferida de morte nos seus mais caros afetos, com o baque de dois corpos idolatrados, dois pedaços sacrossantos da sua alma augusta – o esposo amantíssimo e o filho idolatrado.

Não podem prevalecer justificativas nesse terreno doloroso do assassinio traiçoeiro, pois não se trata da salvação de um povo sacrificado às iras de um déspota, mas sim de ativar a evolução espiritual de uma nacionalidade jungida ainda aos velhos moldes hereditários do sistema monárquico.

Portanto, o único remédio para esse mal, se é que o heroico povo queria, como D. João IV, expulsar do reino os detentores da sua liberdade, seria a evolução pacífica, tenaz, persistente e assídua, porém respeitosa, paciente e calma.

Não é pela violência ou pelo baque de muitas cabeças que um povo justifica as necessidades de ordem moral e política.

É, ao contrário, solapando dia a dia, pela propaganda inteligente, os alicerces da prepotência governativa, que ele consegue preparar a vitória do grande evento por que tanto anseia.

Temos, recente, o exemplo do Brasil, onde a República vingou por entre palmas e aplausos, sem o tributo pesado e odioso de sangue fraticida.

Porque não buscaram nos recursos suasórios um elemento por assim dizer capcioso para avantajá-la a causa esposada?

Porventura, o grande e generoso Portugal não passou 60 anos sujeito a uma tirania muito mais odiosa do que a que decorre do domínio monárquico, a tirania do domínio estrangeiro?

E, no entanto, apesar desse longo ciclo de escravidão, mil vezes mais afrontosa, bastou a força de vontade férrea dos 40 conjurados, levantando o grito de independência, grito que repercutiu em todo Portugal e veio a derribar o jugo de Castela?

Houvera oportunidade e, sobretudo, muito patriotismo, para aconselhar o glorioso movimento reivindicador.

Mas agora, toda a qualquer feição simpática desaparece, ante a monstruosidade dos meios que empregaram para conseguir os fins almejados.

A auréola do patriotismo, única capaz de lavar a mancha rubra que cobriu há pouco o pavilhão bicolor, não pode aproveitar aos conjurados de agora.

Eles golpearam a própria pátria, ferindo-a no âmago, pois em todo mundo civilizado se levantam as mais veementes censuras.

Aí estão a resoluta Inglaterra, a França ativa e diligente, a Itália progressista, Alemanha prática e empreendedora, o Brasil, novo e sadio, e tantas outras nações cultas lavrando o seu protesto contra o miserando conluio de Lisboa.

E a execração universal julgando os monstros, os degenerados portugueses aliados ao estrangeiro espúrio, posto a soldo para a mais ignominiosa tarefa.

E, finalmente, a justiça da posteridade que lança os seus pródromos!

[...]

Segundo telegrama que *O Intransigente* publicou ontem, um dos regicidas é argentino, natural da província de Rosário e chama-se Juan Pérez Vellez.

Podemos acrescentar que esse indivíduo esteve ultimamente em Bagé, com procedência de Buenos Aires.

Naquela cidade, escreveu uma carta insolente ao Exmo. Sr. Visconde Ribeiro de Magalhães, exigindo dinheiro.

Depois tomou rumo do Rio de Janeiro, daí partindo para a Europa.

Entretanto, sobre o regicida apontado ainda não fizeram referência os despachos telegráficos para esta folha.

Além das casas comerciais e particulares portuguesas, conservam as portas serradas muitas casas de brasileiros e pessoas pertencentes a outras nacionalidades.

[...]

Também na cidade vizinha lavra grande pesar pelo funesto morticínio.

Consulados, clubes, casas comerciais, hotéis, navios, *Diário Popular* e *Opinião Pública*, intendência, etc., hastearam pavilhões em funeral.

Numerosas casas de portugueses, particulares e comerciais, cerraram suas portas.

O *Congresso Português* prestou idênticas homenagens às vítimas do cruel atentado, resolvendo tomar luto por três dias, durante os quais não dará expediente.

[...]

O Rei D. Carlos I, de Portugal, assassinado em Lisboa, nascera em 28 de setembro de 1863. Contava, portanto, 45 anos.

Subira ao trono por morte do seu pai, D. Luís I, em 19 de outubro de 1889, sendo aclamado rei em 28 de dezembro do mesmo ano.

Em 22 de maio de 1886 casou-se com a rainha.

Era o eminente português orador distinto e pintor emérito, sendo célebres as suas marinhas e estudos oceanográficos.

Seus trabalhos de pintura obtiveram prêmios nas exposições artísticas de Portugal, dando-lhe verdadeira notoriedade.

Era D. Carlos também um cultor de todos os exercícios modernos do esporte. Um atirador adestrado, de fama em toda a Europa.

Filho de D. Luís e D. Maria Pia de Saboia, era casado com D. Amélia de Bourbon Orléans, de cujo matrimônio teve dois filhos: Luís Filipe de Bragança, nascido em 1887, e Manuel, Duque de Beja, nascido em 1889.

A Rainha D. Amélia cujo nome por extenso é Maria Amélia Luísa Helena de Orléans, nasceu em 28 de setembro de 1865, sendo filha de Luís Filipe Alberto, Conde de Paris.

Era dois anos precisos mais moça que seu malogrado esposo, celebrando o casal no mesmo dia o seu natalício.

Luís Filipe, o príncipe herdeiro, que tão tragicamente sucumbiu ao lado do seu pai, fora educado por Mouzinho de Albuquerque, o herói africano, e o povo português puseram nele as mais fundadas esperanças de um monarca sábio e amante do seu país.

Na sua viagem recente às possessões africanas, por toda a parte, aclamações ruidosas e demonstrações do mais devotado carinho.

Este desventurado jovem nasceu em 21 de março de 1887.

Contava, pois, 21 anos.

D. Manuel, filho segundo dos reis de Portugal nasceu a 15 de novembro de 1889, quando se proclamava, sem efusão de sangue, a República no Brasil.

Este príncipe, que está ferido na mão por bala e foi aclamado rei, conta apenas 19 anos de idade.

Um redator do *Temps*, de Paris, tivera há pouco uma entrevista com D. Carlos, em seu castelo de Cascais, sobre a situação de Portugal.

Eis os pontos principais da mesma:

“Nos últimos tempos da legislatura, disse D. Carlos, a situação tornara-se impossível.

Era preciso que a desordem tivesse fim. Aquilo não podia durar, íamos não sei para onde. Foi então que dei ao João Franco os meios para governar. Fala-se da sua ditadura, mas os outros partidos, aqueles que gritavam mais, já a haviam reclamado. Para concedê-la, eu exigia garantias de caráter. Tinha necessidade de uma vontade sem fraqueza para levar as minhas ideias a bom fim.

João Franco era o homem que eu desejava. Há muito tempo, lançava as minhas vistas sobre ele. No momento oportuno chamei-o.

O que constitui a sua força é que ele tem fé em si, na sua estrela e nas horas de crise esta confiança é um auxiliar precioso.

Sua inteligência é igual à sua vontade”.

Depois de dar esse retrato do seu ministro, D. Carlos acrescentou, com energia:

“Estamos de perfeito acordo. Trabalhamos juntos. Ele possui toda a minha confiança e eu penso que o devo manter. O seu governo interessa ao futuro do país. Faremos as eleições oportunamente, sem obedecer às injunções, às reclamações que nos dirigem. Será nossa com certeza a maioria, e com ela restabeleceremos o equilíbrio do orçamento e acabaremos com o déficit”.

Fazendo alusão aos boatos de revolta que correram, o soberano disse, ao terminar, e não sem satisfação:

“Para fazer uma revolução é preciso ter o exército consigo, e o exército português é tão submisso à constituição, como fiel ao seu rei.

Lealmente permanecerá a meu lado. A maior parte dos seus oficiais são camaradas, servi com eles; conhecem-me bem, não tenho a menor dúvida sobre a sua dedicação”.

Grave

A situação de Portugal

Notícias telegráficas. Mais detalhes⁶

Voltam-se agora as indignações contra o ex-presidente do gabinete de Portugal, Sr. Conselheiro João Franco, atribuindo-se-lhe a responsabilidade direta dos tremendos fatos que se desenrolaram em Lisboa.

Dizem que as violências, as perseguições e a demasiada energia desse servidor da dinastia portuguesa prepararam o terreno para a deplorável situação em que foi lançada a amiga nacionalidade ultramarina

É exato que o conselheiro João Franco, no intuito de reprimir a onda reacionária que se avolumava lançou mão de recursos excepcionais para evitar consequências desastrosas ao trono lusitano.

Acreditamos, mesmo, que tenha sido ele prepotente em demasia, não escolhendo meios para chegar aos fins de garantir a estabilidade da monarquia e da ordem.

Mas essa circunstância que se invoca cria maior condenação para os executores do plano sinistro, pois se João Franco era, em verdade, a *alma danada* que movia o instrumento inquisitorial da perseguição, sobre ele apenas deveria recair a fúria dos protestantes contra o estado das coisas vigente.

Certo é que o ex-presidente do conselho de ministros não agia por sua conta e risco, porém com o apoio absoluto do rei D. Carlos, que o chamou para chefiar o governo unicamente por ver que só um

⁶ *Eco do Sul*, Rio Grande, 5 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 30, p. 2.

homem de fibra poderia enfrentar a anormalidade sempre crescente da situação de Portugal.

As responsabilidades subdividem-se. Entretanto, quem poderá, em consciência, increpar um governo que, ameaçado de morte, procura manter-se a todo transe, buscando simultaneamente trazer a calma, a paz e a ordem ao seu povo?

Seria admissível que a dinastia portuguesa se entregasse rendida ao primeiro cartel de desafio da avalanche republicana?

Irrisório julgá-lo.

D. Carlos e seus auxiliares estavam no seu papel, isto é, na defensiva das instituições, – dever indeclinável que lhes assistia imperiosamente, da mesma forma pela qual aqui o exército, a armada e outras corporações defendem o regime republicano, quando ameaçado nos seus princípios fundamentais.

Em toda a parte do mundo vingou e há de vingar o princípio salutar da luta pela conservação das instituições governativas.

No próprio Brasil, ter-se-ia dado o contra-choque, no dia 15 de novembro de 1889, se a monarquia não tivesse sido atacada de surpresa pelos elementos armados com que ela contava para a sua manutenção.

Não queremos com estes singelos comentários aplaudir ou considerar justas as perseguições e violências cuja autoria atribuem ao governo do extinto D. Carlos.

O nosso intuito é apenas demonstrar que tanto o conselheiros João Franco, como o rei, agiram arrastados pela força das circunstâncias e tanto mais se excederam nos atos de exorbitância quanto mais se ativaram os processos de sapa para demolir o trono bragantino.

Se o governo português reagiu, laias, com desusada energia, foi isso o efeito de uma causa que aumentava de vulto de dia para dia, exigindo um golpe seguro, sob pena de periclitarem o edifício institucional.

É essa a verdade.

Mas, assim como em nosso país não foi preciso recorrer ao assassinato de D. Pedro de Alcântara ou de outro qualquer membro da família imperial, assim como não foi mister correr uma gota de sangue dos

nosso irmãos, da mesma sorte não seria mister, em Portugal, abater para sempre a pessoa de D. Carlos e do seu amado filho.

Embora acarretasse isso a vitória da República Portuguesa, somos de opinião que por tal preço deveria ser rejeitada sistematicamente.

A ideia republicana é uma ideia essencialmente popular. E, sobretudo, se impõe pelas soluções conciliatórias que a revestem, soluções contrárias aos meios violentos, aos privilégios e às opressões.

Logo para derribar uma instituição condenada, urge que tenha amadurecido o ideal pregado para substituí-la e que ele brote demonstrando a eficácia dos remédios que apresenta.

O século XX repele os restos de barbarismo de que ainda está imbuída a humanidade; não admite a efusão do sangue como fonte germinadora de qualquer princípio.

Daí, a continuarmos a condenar o regicídio; daí a indignação geral do mundo civilizado contra os autores e mandantes do atentado.

[...]

Em Bagé, serão levadas a efeito solenes comemorações, no 30^o dia da morte de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe.

O *Dever*, como toda a imprensa brasileira, verbera o miserável atentado de Lisboa dizendo:

“Fossem quais fossem as arbitrariedades, os abusos de poder, os desmandos do desventurado monarca, pobre vítima dos erros do conselheiro João Franco, esse vil assassinato não se justifica e toma um caráter odioso por ter envolvido na trama desse tremendo drama o príncipe mártir, o herdeiro da coroa, o malgrado infante D. Luís que fora entre os primeiros, o único talvez dentro do paço, a levantar-se

contra o autoritarismo do tarado João Franco, advogando a boa e santa causa da liberdade e dos direitos do povo.

Portugal achava-se atualmente num período de efervescência política extraordinária: a propaganda republicana, tendo ao seu serviço os mais belos talentos do país, assumiu proporções grandiosas e as nobres ideias expandidas por Afonso Costa, Bernardino Machado e o poderoso talento de Guerra Junqueiro, encontravam eco simpático na alma popular, revoltada contra os desmandos do presidente do conselho de ministros, a alma danada, a sombra má do infelizmente Carlos I.

Repugna-nos, porém, acreditar que o partido republicano se ache diretamente envolvido nesse atroz delicado.

É possível que aos anarquistas, eternos descontentes de tudo e de todos, se tivessem aliado alguns fanáticos da nova ideia, mas não podemos de modo algum crer que se deva assacar aos pregadores da revolução em Portugal o labéu infamante de assassinos de inocentes.

A república há de triunfar em Portugal, como triunfou em França, como triunfou no Brasil, como triunfará em Espanha e no resto do mundo. A evolução mundial exige-o, a educação popular, reclama-o, a civilização o impõe.

Mas os republicanos que pregavam a transformação pacífica do regime não podiam querer a república tinta de sangue inocente, manchada da nódoa indelével, medonho precedente aberto a futuras execuções tremendas.

Seja como for, lamentamos de coração a terrível tragédia que veio cobrir de crepe o belo «jardim da Europa à beira-mar plantado»

Está sendo distribuído entre a colônia portuguesa local o seguinte convite impresso:

Illm. Sr. – Presidente – Os abaixo-assinados, na representação, respetivamente, da Colônia Portuguesa, do Congresso Português e da Sociedade Portuguesa de Beneficência, pedem o honroso comparecimento de V. S. à reunião de amanhã, 5 do corrente, pelas 8 horas da

noite, no salão do Congresso Português, em que se tratará das demonstrações de sentimento pelo vandálico holocausto das preciosas vidas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos 1^o e Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luís Filipe de Portugal.

Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908.

Visconde de Pinto da Rocha, Manuel C. de Lima Torres, A. J. Silva Guimarães.

Tendo sido ontem convocada uma sessão da diretoria e conselho da Associação dos Empregados no Comércio, ao ser aberta levantou-se o sócio Sr. Mário Ribeiro e pediu que a mesma fosse encerrada em homenagem ao lutuoso sucesso de Lisboa, propondo mais que se lançasse na ata um voto de profundo pesar, oficiando-se ao Exmo. Sr. Cônsul português, e por seu intermédio à excelsa rainha regente, à Sociedade Portuguesa de Beneficência, ao Congresso D. Luís I, nessa cidade, e às diversas associações congêneres de Portugal, manifestando o grande sentimento daquela associação. O Sr. Presidente levantou a sessão.

O Sr. comandante da 2^a divisão de infantaria telegrafou hoje ao comando da 4^a brigada, com sede nesta cidade, nos seguintes termos:

“O 13^o batalhão de infantaria e enfermaria militar dessa cidade mandou hastear em funeral a bandeira nacional, sinal de profundo pesar pelo trágico falecimento do rei de Portugal e do seu filho, além de outras honras fúnebres que lhes cabem como chefe da nação e herdeiro da coroa, sem prejuízo das que o governo ordenar, conforme dispõem as tabelas de continências.”

[...]

Eco do Sul⁷

O público rio-grandense, por vezes em massa, continua afluindo ao escritório do *Eco do Sul*, em busca de informes de que dispomos, também, continuamente estamos fornecendo informações que se nos pedem.

A edição do *Eco do Sul* de ontem foi igualmente esgotada, apesar de ter sido aumentada, o que excedeu a nossa expectativa.

Chega ao nosso conhecimento que vários vendedores do *Eco do Sul* têm vendido o nosso jornal por 200 e 300 réis cada número, o que constitui um abuso, pois que o preço usado é de 100 réis pelo número do dia e 200 pelo atrasado, isso em qualquer ocasião.

Prevenimos, pois ao público que nos lê, que se acautele contra esse mercantilismo agiota de alguns vendedores do *Eco do Sul*.

Depois de escritas estas linhas acima, soubemos, por um inquérito que foi feito, que realmente se deu o fato em questão.

Dele, porém, não são culpados os nossos vendedores.

Os de outros colegas é que adquiriram números do *Eco* para terem o ardil de revendê-los a preços altos!

Entretanto, a prevenção ao público, especialmente ao da Cidade Nova, donde nos chegaram reclamações, fica de pé.

⁷ *Eco do Sul*, Rio Grande, 5 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 30, p. 2.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do ECO DO SUL
Telegramas importantes. O epílogo⁸

O tristíssimo e doloroso epílogo da situação tensa que Portugal vinha atravessando, especialmente nesta última década de anos, é um exemplo vibrante e soleníssimo que a fatalidade histórica do momento atual lega às nações contemporâneas.

Conquanto o hediondo *complot* anti-realista a todos confranja, provocando a indignação enérgica dos corações bem formados, servirá ele, no futuro, de bússola segura para nortear a diretriz aos governantes que procurarão, do alto da sua onipotência, fazer predominar o princípio brutal da força, em detrimento das aspirações da massa coletiva.

É verdade que a história universal está cheia de exemplos dessa natureza, quicá mais frisantes e admissíveis. Porém, o fato que ora conforta as cinco partes do globo, lançando-as em fundamentada estupefacção, tem eloquência mais expressiva, já por tratar-se de um rei que nunca se poderia comparar aos ditadores de outrora, já por não haver cotejo possível entre o ciclo de existência que atravessamos e as épocas de retrogradismo que já lá vão.

Não somos hoje a mesma humanidade de um século passado nem a arte de governar gira no mesmo eixo do autoritarismo e opressão que serviu de base para as grandes comoções em que se achavam envolvidos os nossos antepassados.

O que o saudoso Rei D. Carlos fez, de censurável, durante todo o seu reinado, certamente não equivale à meia dúzia de más ações de um dos tantos déspotas que monopolizaram a direção dos povos antecedentes.

⁸ *Eco do Sul*, Rio Grande, 6 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 31, p. 2.

O sangue português foi poupado, durante a administração do extinto monarca, como não sucedia na época das reivindicações armadas, dentro dos períodos de suposta ordem administrativa, pois então a vida humana estava à mercê da vontade discricionária dos mandões, tendo a seu serviço os instrumentos bárbaros de suplício e mais ferozes executores.

Mas, se tal circunstância não ressalta do período governamental do monarca estupidamente sacrificado à sanha de meia dúzia de exaltados, também se impõe a crescente evolução dos povos, para exigir que não sejam estes tratados como as tribos bárbaras ou os povos semisselvagens.

Em pleno domínio da luz, numa época brilhante em que as classes sociais bracejam para a sonhada perfectibilidade, não se coaduna com o temperamento das gerações coevas e com o nível moral das populações, a série de processos opressivos adotados pelos governos para garantir a sua autoridade, quase sempre susceptível de crítica.

As ditaduras, embora as de carácter constitucional, representam hoje em dia a semente das grandes indignações, e, ao germinar, muitas vezes acarreta grandes desgraças, como a que ocorreu em Lisboa.

Quase nenhum povo suporta atualmente o jugo odioso do livre arbítrio governativo, pois estamos mais do que nunca convencidos da liberdade que nos assiste e dos direitos que nos competem.

Predominando embora as razões que ontem concatenamos para condenar o vil massacre do Rei D. Carlos e de seu filho Luís Filipe, devemos convir que a imprudência do governo português, pretendendo instituir o regime de escravidão, cooperou diretamente para a vigência de uma situação crítica, durante a qual desapareceram os últimos vislumbres do respeito à lei e ao princípio da autoridade.

O desespero dos oprimidos trouxe, com a sua explosão fanática, não só a desgraça de Portugal, como a constatação de uma verdade indestrutível: o período carrancista do *quero posso e mando* já passou.

Só assenta e vigora, isso mesmo até segunda ordem, nos países como a Rússia, onde o despotismo sufoca todas as liberdades e reduz

a avalanche popular a uma massa informe de servís e degenerados.

Que aproveitem, pois, as nações contemporâneas o triste exemplo que a lusitana pátria ofereceu ao mundo inteiro, por entre a condenação geral de todos, pois entre as causas e efeitos, vinga sempre o princípio generoso de humanidade, ainda mais quando sabemos que D. Carlos, não merecia tamanha punição.

Foi ele um bom e um abnegado.

Quis, porém, a fatalidade que uma estrela má o guiasse para o abismo, onde pereceu.

Respeitemos, pois, o seu martírio, reconhecendo que lhe muito aproveitará ao destino dos povos atrofiados pelos maus governos.

—

RIO, 5, (à noite) [...]

– O Dr. Afonso Pena ordenou que todos os estabelecimentos civis, dependentes do governo, e militares hasteassem o pavilhão nacional a meia haste, até à tarde de 9 corrente.

O seu telegrama a D. Manuel II era concebido nos seguintes termos:

“Envio à Vossa Majestade, à Família Real e à nação portuguesa, a expressão do profundo sentimento, surpresa e dor com que o governo e o povo do Brasil receberam a notícia do bárbaro atentado de que foram vítimas El-Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís.

A lembrança do Augusto Pai de Vossa Majestade, a quem o Brasil deu tantas provas de carinhosa simpatia e que contávamos poder receber breve como hóspede e como amigo leal, será sempre guardada neste país com vivo afeto e reconhecimento.

Fazendo votos para que a paz e a prosperidade sejam constante partilha da nobre nação portuguesa, faço-os igualmente para que o reinado de Vossa Majestade venha a ser tão afortunado quanto foi glorioso o do predecessor do vosso nome”.

[...]

—

RIO, 6 – O nosso governo deliberou nomear embaixador extraordinário o nosso ministro em Lisboa, com o fim especial de representar o Brasil nos funerais, fazendo também parte da embaixada três oficiais do exército que tiveram ordem de partir com urgência de Paris para a capital do reino português.

– Foi resolvido que até à tarde de sábado o pavilhão nacional se conserve em funeral, nos estabelecimentos civis e militares, fortalezas, quartéis e navios de guerra brasileiros, em toda a extensão do país.

Também foi deliberado que às 8 horas da manhã do dia 8, as fortalezas e os navios de guerra, tanto aqui como nos estados, tenham a meio pau o pavilhão português e salvem em funeral.

(Corresp.)

—

RIO, 6. – Os jornais estão cheios de telegramas sobre os sucesos de Portugal, havendo desencontro de notícias, sendo algumas até disparatadas.

(Corresp.)

[...]

Por intermédio do seu vice-cônsul, a colônia portuguesa de Porto Alegre assim manifestou seu pesar à rainha viúva:

“Rainha D. Amélia. – Lisboa.

– Colônia portuguesa protesta selvajaria atentado privou Portugal vidas preciosas rei e príncipe real. Consternada, envia excelsa viúva expressões profundo pesar. – *Vice-cônsul.*”

—

A *Gazeta do Comércio* também tarjou as suas colunas como sinal de pesar.

O *Correio Mercantil*, o *Correio do Povo* e o *Diário Popular* publicaram diversos retratos da família real.

—

O *Correio do Povo* assim apreciou o lúgubre acontecimento que enlutou Portugal inteiro e as nações amigas do mesmo reino:

“Não há um coração bem formado que não se confranja, nem há um espírito equilibrado que não sofra, não há uma alma limpa que não se indigne diante do abominável regicídio que enlutou Portugal, ensanguentando-lhe a história tão valorosa.

É cedo ainda pra formarmos juízo seguro sobre a responsabilidade tremenda e aviltante desse ato de loucura de perversidade.

O velho e glorioso reino vibrava nos paroxismos de uma luta excepcional entre as classes conservadoras que punham guarda estoica ao trono de D. Carlos e parte de uma geração nova que se nutria nos ideais republicanos, ao influxo da palavra ardorosa e da ação forte de um pugilo de homens de talento e de audácia.

E João Franco, o formidável ministro, ao qual o rei confiara a conjunção da crise, resolvera debelá-la a grandes golpes, ferissem a quem ferissem, fossem quais fossem as consequências.

Sobreveio a catástrofe do dia 1^o.

Será ela resultante do despeito e do ódio dos adversários do regime, impotentes para vencerem a reação imperialista?”

—

Rastignac brilhante cronista do *Jornal da Manhã*, disse:

.....

“Entretanto nada há que doa mais amargo do que a desolação e a angústia apertando, num círculo de mármore, a Rainha Amélia. Junto

ao corpo de Luís Filipe, ela deixa de ser a rainha dos portugueses e dos poetas para se transformar, pela mágoa, em a *regina dolorem*, áurea, davídica. . .

Todas almas têm uma púrpura. É a dor. A lágrima é o único direito divino que faz de uma mulher uma rainha. E se as mães, pelo amor, já são rainhas, a dor santifica-as, dá-lhes a forma de deusas. Elas choram sob um teto úmido de espelunca ou sob um teto de cristal radiante, são porções de divindade. Em sua tristeza forte, Amélia é uma santa.

O caso da leoa de Florença não é exceção no poema do amor maternal. Pedissem-lhe o trono, as suas pedrarias, o seu exército, a sua esquadra, os seus palácios, para que a morte não batesse Luís Filipe, e Amélia entregaria tudo, talvez a sorrir de contente. . . Pedissem-lhe o seu corpo, a sua vida, e Amélia tudo concederia satisfeita, para a salvação do filho adorado. . .

A dor, a jeito de um polvo, apegou-se à triste mãe, que, como a Raquel bíblica, não quer consolação. Ela quer chorar. Chorar, ainda mesmo que as lágrimas tenham contorno de beijos. E forma beijos, macios de prantos, beijos de esperanças e desesperança que Amélia, tonta como Safo, atirou por cima das baionetas de aço em cujo quadrado Luís Filipe morria. . .

[. . .]

O *Comércio* de Bagé também condenou o atentado, publicando, após alguns dados biográficos do monarca assassinado, as seguintes palavras:

Ao mundo inteiro, certamente, hoje surpreende esse duplo regicídio tão incomparável com o caráter português, tão destoante dos costumes daquela nação briosa e no mesmo tempo tão zelosa das suas tradições monarquistas, não servindo sequer para explicá-los, com obra da agitadíssima política atual, todas as violências e perseguições exercidas

pelo ministro Dr. João Franco contra os partidos adversos e especialmente contra os republicanos cujo partido, por enquanto, em Portugal, recruta-se nas mais elevadas camadas do intelectualismo da nação.

A convite dos distintos cavalheiros Srs. Visconde Pinto da Rocha, Comendador A. J. da Silva Guimarães e Manuel Carlos de Lima Torres, representando respetivamente a colônia portuguesa, a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Congresso Português, reuniram-se ontem no edifício desta última sociedade os membros da laboriosa colônia irmã afim de assentarem as homenagens a serem prestadas à memória de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real.

Às 9 horas da noite, o Sr. Lima Torres, presidente do Congresso, abriu a sessão expondo os seus fins.

Após, convidou para presidi-la o Sr. Dr. Quillinam Machado, digno cônsul português.

Este cavalheiro convidou então para que ocupassem lugares à cabeceira, os Srs. Barão Fernandes Moreira, 1^o tenente da armada portuguesa, Dr. Joaquim Antunes, Visconde Pinto da Rocha e Comendador A. J. da Silva Guimarães.

Em seguida, o Dr. Quillinam apologizou em breves palavras a personalidade do Rei e Príncipe Real e demais membros da família imperial lusitana, congratulando-se por ver a união e o patriotismo dos portugueses aqui residentes.

O presidente do Congresso Sr. Lima Torres pediu ao Sr. Visconde Pinto da Rocha, o obséquio de fazer a exposição do assunto que ali os congregava e arbitrar homenagens.

Dando desempenho a esse pedido, o Sr. Visconde Pinto da Rocha abordou o assunto em termos concisos e patrióticos, lembrando que se deveria, para perpetuar a memória de El-Rei, construir ao lado da Beneficência Portuguesa, à face de oeste, uma enfermaria para tuberculosos, etc. E que tomasse a denominação de D. Carlos I. O Sr.

Comendador A. J. Silva Guimarães, pedindo a palavra, apresentou a ideia de que se deveria mandar celebrar exéquias no 30º dia da morte trágica daquele príncipe, já atendendo ao caráter religioso do povo português e já seguindo o que de há muito se vem praticando quando desaparecem da vida os vultos mais notáveis da dinastia lusitana.

Por unanimidade, foram aprovadas pela numerosa assembleia presente, as duas propostas acima.

Para levarem a termo as ideias assentadas, foi nomeada uma comissão central composta dos Srs. Visconde Pinto da Rocha, Barão Fernandes Moreira, Comendador A. J. da Silva Guimarães, Manuel Carlos de Lima Torres e Dr. Manuel Marques Leal Pancada.

A subscrição ali aberta para ocorrer às despesas com aquelas homenagens, obteve, de momento, cerca de 5 contos de réis.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul
Telegramas importantes. O epílogo⁹

Uma semana decorrerá amanhã que se deu o vandálico atentado à pessoa ilustre do Rei D. Carlos e do seu digno filho, o infante D. Luís Filipe.

Ainda hoje parece que estamos sob a impressão de um pesadelo horrível, tal foi a surpresa que produzia o medonho acontecimento consumado à traição, quando a família real estava prestes a regressar ao Paço, completamente ilesa dos perigos que a ameaçavam.

O atordoamento causado em todas as partes do urbe civilizado pela desagradável notícia do regicídio, recém vai cedendo lugar à calma refletida, para o julgamento sereno e inflexível, dos fatos.

⁹ *Eco do Sul*, Rio Grande, 7 de fevereiro de 1908, ano 54, nº 32, p. 2.

Certo que não é ainda tempo de apreciar, sob todos os aspectos, a vida política do saudoso monarca que pagou com a própria vida a imprudência de querer opor diques ao curso normal da opinião.

Mas, sendo ele amanhã encaminhado ao Panteão, vis-a-vis ao filho amantíssimo imolado também à sanha dos fanáticos, justo é que digamos alguma coisa sobre a sua personalidade notável

D. Carlos teve, como todo mortal, as fraquezas que caracterizam a nossa espécie; cometeu, como qualquer outro ser vivente, vários erros, filhos da precipitação uns, do mau conselho outros e da teimosia alguns.

Entretanto, para contrabalançar esses males a que quase sempre é arrastado o homem, quando investido das funções de administrador de um país, maxime quando se trata de uma nacionalidade servida por sistema viciado, como soe ser o monárquico, tinha o soberano de Portugal uma preciosa virtude, não acessível a todos os personagens da sua estirpe.

Queremos aludir à bondade do seu coração, reconhecida e proclamada geralmente, quer no país onde ele exercia a sua atividade laboriosa, quer no seio de várias nações cultas

Tinha, além disso, a auxiliá-lo na obra meritória do bem, o poderoso influxo que irradiava do seio generoso da Rainha de D. Amélia, uma alma feita de arminhos e um coração a desabrochar de carinho e piedade.

Dizer que D. Carlos era mau, no sentido perfeito do vocábulo, é não conhecê-lo ao fundo, através dos seus atos ou da sua vida mais exposta ao juízo alheio.

Se, no último ciclo do seu governo cometeu severidades, estas se explicavam no profundo receio que lhe trabalhava o ânimo, de ver ruir o trono que lhe fora solenemente confiado.

Mal inspirado, quis D. Carlos sustentar com rigorismo o que talvez conseguisse manter com brandura.

Daí, a dissolução do parlamento, a perseguição à imprensa e aos republicanos, as prisões políticas e outras anormalidades sugeridas por

João Franco e sancionadas por S. M. como o único remédio capaz de solver a crise do velho reino lusitano.

Foi, indubitavelmente, um erro imperdoável, pois o ilustre governante deveria ter auscultado a opinião, verificando o grau termométrico revelador da intensidade do período agudo que o país atravessava.

Deveria ler, nos exemplos do passado, a sentença para os governos que se querem impor pela tirania da onipotência e do absolutismo.

Enveredasse D. Carlos por outro caminho, buscando liberalizar tanto quanto possível o sistema vigente na pátria dos seus gloriosos antepassados e, com certeza, haveria de evitar, não só a grande desgraça que lhe sucedeu, como o descontentamento que se fez em torno da sua augusta pessoa.

Mas tudo isso não representa coeficiente bastante para aferir da existência de um governo de cerca de 30 anos, governo que soube granjear simpatias e fazer afeiçoados, praticando de útil quanto era possível esperar de uma ordem de coisas igual a que S. M. encontrou.

Talento, boa vontade e mesmo aptidões não lhe faltavam e muito teria feito se a razão lhe falasse mais alto do que o amor próprio pelo princípio mal compreendido de autoridade, e se perniciosos conselheiros não influíssem no seu pensamento para a execução de atos errôneos ou irrefletidos.

Apesar de pesares, o português ilustre que amanhã será colocado no sarcófago do Panteão de Lisboa, por entre a continência das nações cultas, não foi, jamais, perverso.

E a prova disso, está no alvoroço pelo qual a digna e laboriosa colônia portuguesa do Brasil o aguardava, por ocasião da sua anelada visita ao Rio de Janeiro.

Constata-o ainda o julgamento de toda a imprensa nacional e estrangeira que, com raras exceções, forma uma apoteose para coroar o martírio dos infelizes membros da casa de Bragança.

Demonstra-o ainda a condenação geral do atentado pela voz de toda humanidade culta.

Passamos a inserir os recados telegráficos que temos recebidos ainda sobre as miseráveis cenas desenroladas em Lisboa.

Os despachos mais importantes temo-los afixados à pedra, sendo permanentes e compactos os grupos de populares que vêm lê-los com avidez.

As edições do *Eco do Sul* continuam a esgotar-se, todos os dias, devido à copiosa fonte de informações que mantemos.

A *Gazeta do Comércio* apreciou pela seguinte forma o regicídio:

“Sejam quais forem os motivos de profundo desgosto do povo português, é de lamentar que a sua história sublime fique manchada por esse regicídio que arrancou também a vida a uma criança absolutamente inocente e que constituía uma esperança alentadora de melhor futuro.

Há muito tempo que os acontecimentos políticos de Portugal preocupavam os espíritos de todos aqueles que se interessam pela sorte do grande povo da Península Ibérica.

Desde que subiu ao trono, por falecimento do seu pai El-Rei D. Luís I, o monarca português teve um reinado atribuladíssimo. A vasta e temerosa crise política, econômica, financeira e social que se foi acumulando no reinado anterior, veio a explodir logo aos primeiros dias da administração de D. Carlos.

E, à medida que a situação se agravava, a morte parecia conspirar para que a intensidade do mal aumentasse a cada instante, roubando-lhe os homens mais notáveis da política, da ciência e das letras.

À crise agrícola resultante das inundações do inverno que sacrificou a indústria vinícola do país, sucederam-se as agitações políticas e a ideia republicana ganhando proselitismo ameaçava as instituições monárquicas e religiosas de sete séculos.

O *ultimatum* britânico a respeito das possessões da África Oriental atingira a alma da nação; a migração clandestina assustava os espíritos

mais fleumáticos, veio a revolta de 31 de janeiro, no Porto, e a situação grave do país de tal modo que nem o gênio de José Dias Ferreira, nem as combinações parlamentares de homens como Hintze Ribeiro e Fuschini conseguiram solver.

Os dois partidos políticos – regenerador e progressista – que faziam a rotação do poder, com a morte dos seus grandes chefes Fontes Pereira de Melo, Antônio Rodrigues Sampaio, Antônio de Serpa, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Pinheiro Chagas; Anselmo Braancamp, Adriano Machado, Mariano de Carvalho, Oliveira Martins e Hintze Ribeiro, cindiram-se em grupos de orientação diversa, numa lamentável indisciplina que os republicanos habilmente exploraram em proveito da causa liberal.

Ao desequilíbrio financeiro sucedeu a questão monetária, e o aumento da dívida pública, perturbando profundamente o crédito nacional já bastante enfraquecido pela questão internacional dos empréstimos de D. Miguel, determinou uma violentíssima revolta dos espíritos, tanto mais perigosa quanto, surdamente, minava as classes conservadoras, invadia a própria nobreza antiga e interessava o clero.

A extraordinária energia do governo presidido pelo conselheiro João Franco teve de recorrer aos meios também violentos para impor a manutenção da ordem e salvar as instituições; a ditadura política e financeira, a dissolução das cortes, a suspensão de garantias, a supressão da liberdade de imprensa, a censura telegráfica, a prisão de homens notáveis como o Conselheiro Ribeira Brava e conselheiro José de Alpoim, a expulsão dos deputados republicanos do parlamento determinaram, finalmente, essa explosão terrível que arrancou a vida do soberano e de um príncipe.

Aludindo a notícia não confirmada, da prisão de Guerra Junqueiro, um colaborador do *Dever*, de Bagé, escreveu as seguintes linhas:

.....

“Não podemos acreditar que o mavioso mestre tivesse a mínima coparticipação nos últimos e lutuosos acontecimentos que se desenrolaram na gloriosa nação portuguesa, os quais deram causa ao bárbaro assassinato de D. Carlos e do seu filho o príncipe Luís Filipe.

Não! Guerra Junqueiro, não obstante o seu ardor pela causa republicana e o combate que dava à dinastia bragantina em linguagem enérgica e vibrante de entusiasmos, em belas estrofes que bem traduziam o sentir da sua alma de poeta e de patriota, era incapaz de se associar ao fato monstruoso que todos nós temos lastimado sinceramente.

Esta é a nossa convicção e estamos certos de que o governo português fará justiça ao venerando cultor da poesia portuguesa, entregando-o ao lar da família, que é, além disso, parte integrante da pátria.

E aquele que com tanta arte cantou o amor, a liberdade e a justiça; aquele que sempre fragilizou o mal, evangelizando a moral, através desses monumentos de literatura moderna que são: *A morte de D. João*, *A velhice do Padre Eterno*, *Os simples*, *A Pátria* e tantos outros trabalhos de incontestável valor; aquele que com o brilho intenso de um augusto talento, de uma musa toda de fogo, tanto elevou o nível intelectual do Portugal de hoje, jamais desceria, estamos certos, a tamanha ignomínia”.

Sabe a *Reforma* que as exéquias em Pelotas terão lugar na Igreja Matriz, na manhã de 29 do corrente.

Sabe mais o colega que a comissão encarregada desta homenagem, convidará, em ofício, todas as associações locais, consulados, autoridades, imprensa, etc.

A Matriz ostentará nesse dia rigoroso panejamento preto.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul
Telegramas importantes. O epílogo¹⁰

Estamos com o eminente Guerra Junqueiro, na persuasão intuitiva de que o vandálico atentado do 1º do corrente atrasará por muitos anos o advento da república em Portugal.

De fato, a tresloucada ideia de fazer brotar de um charco de sangue a árvore da democracia lusitana, foi uma ideia infeliz e oprobriosa que só a mente enfebrecida de um ou mais visionários poderia conceber, num instante de desvario.

Encaminhada como se achava a campanha contra a dinastia de Bragança, o triunfo seria inevitável, se ela continuasse a ter ao próprio serviço a força poderosa do talento representada nessa geração nova, cheia de santos entusiasmos e grandes abnegações, que tudo é capaz de fazer em prol dos princípios levantados impostos pela fatalidade da evolução.

Já se transformava em formidável elemento destruidor do sistema monárquico, pois o trono de El-Rei mal podia resistir à impetuosidade da corrente que o solapava, pertinaz e incessantemente.

A própria atitude do governo de D. Carlos, lançando mão de recursos extremos para garantir a estabilidade das instituições, era um magnífico sintoma revelador do próximo triunfo inevitável dessa causa liberal, confiada a uma plêiade de espíritos emancipados, cheios de esperança no futuro da sua nacionalidade.

Tratava-se apenas de uma questão de tempo, a reclamar perseverança e renovamento de energias.

Assim pensavam, naturalmente, os evangelizadores da doutrina republicana, cômicos de que a evolução pacífica, no terreno absoluto

¹⁰ *Eco do Sul*, Rio Grande, 8 de fevereiro de 1908, ano 54, nº 33, p. 1-2.

das ideias, é o único agente capaz de destruir, virtuosamente, o que se não coaduna com os moldes da sã moral pública, estabelecida para fonte de administração dos povos.

Assim pregavam na imprensa e na tribuna os próceres do movimento reivindicador operado ativamente nos diversos recantos da gloriosa pátria portuguesa.

Mas a nada atenderam os fanáticos, que os há em todas as agremiações.

Quiseram eles, insensatamente, apresar, por meios violentos e incompatíveis com a natureza da causa esposada, o grandioso evento da proclamação da república.

E, assim vieram prejudicá-lo visceralmente, não só pela odiosidade que o regicídio despertou dentro e fora de Portugal, como pelos efeitos contrários que determinou, perante as medidas de represália e a condenação numerosa de muitos republicanos ilustres não inclinados ao exercício de processos criminosos para obtenção de fins puros e alevantados.

Foi enorme o prejuízo da campanha republicana e, se o atentado de Lisboa não correu por conta exclusiva dos chefes da mesma, devem eles responsabilizar os seus correligionários pelo grande mal que lhes causaram.

A solução de continuidade aberta presentemente, equivale a um recuo inestimável.

[...]

O *Dia*, de Santa Catarina, teve o pronunciamento que passamos a expor sobre os tristes sucessos de Portugal:

“Perdura com a mesma intensidade a dolorosa impressão causada pelo brutal atentado que vitimou dois ilustres membros da gloriosa dinastia portuguesa.

O povo catarinense, que sente palpitar dentro do peito o sangue generoso dos audazes navegantes que abriram ao mundo novos campos para a atividade e o progresso, não podia deixar de irmanar-se

de coração e espírito à nobre nacionalidade que nos apresentou no conceito das nações cultas.

Desde o humilde cidadão que na sua tenda de trabalho honra a pátria com o seu esforço honesto e fecundo, até os mais altos representantes do poder público, todos procuravam demonstrar os sentimentos de pesar que lhes enchiam a alma diante da morte desse nobre monarca e do seu ilustre filho, tão cedo roubado à pátria e à família.

Diante da dor dessa augusta Rainha, que, depois de mitigar tantas lágrimas, julgava-se com o direito a merecer dos seus súditos todas as atenções, carinhos e desvelos, todos se curvam reverentes, suplicando a Deus lhe dê forças para, ao doce aconchego do seu ilustre filho sobrevivente, suportar a enormidade do golpe que a feriu.

Oxalá, no coração dos rebeldes fulgure ainda um lampejo de justiça que os faça, arrependidos do mal produzido, prestigiarem pelo restabelecimento da ordem de que tanto necessita o glorioso povo, que tem papel saliente no vasto cenário da civilização humana.

RIO 8 – A *Imprensa* publica as declarações feitas por um amigo da infância de Bianca, aqui residente.

É este o resumo das mesmas declarações.

Manuel Reis da Silva Buíça nasceu em Vinhães, distrito de Bragança.

É filho do abade de Vinhães.

Tem três irmãs, domiciliadas no Brasil.

Uma delas, de nome Belmira, residente nesta capital, disse que os membros da sua família tem mau instinto.

Há tempos, uma tia de Buíça assassinou uma criada, por ciúmes do esposo.

Foi, por esse motivo, degradada para a África, onde ainda se acha.

Buíça era provocador e atrevido, mas não dispunha de valentia.

O informante foi colega de Buíça, no Liceu de Bragança.

Ali aumentou a perversidade, sendo mau estudante.

Alguns mestres vaticinaram-lhe negro futuro.

Por fim, Buíça incompatibilizou-se em Bragança, visto os ódios que conquistou.

O pai de Buíça fê-lo sentar praça no 7^o regimento de cavalaria.

Continuando em Bragança sofreu muitos castigos disciplinares.

Em determinada época, desertou das fileiras.

Devido ainda à intervenção do pai, escapou das penas de castigo.

Em consequência de maus atos, já sargento foi transferido para Elvas.

Certa noite, depois de tremenda orgia, atacou alguns soldados, esbordoando-os.

Foi então condenado à prisão e expulsão.

Cumprida pena, o pai obteve-lhe em Vinhães o lugar de ajudante de professor público.

Buíça dedicou-se ao estudo, regenerando-se.

Voltando à Bragança, obteve o diploma na Escola Distrital, conseguindo a nomeação de professor do Colégio Nacional de Lisboa, onde voltou à vida desequilibrada, tornando-se o mesmo revolucionário da infância.

Ligando-se aos republicanos, Buíça exigia ações violentas, pregando a revolução por qualquer meio, em toda a parte.

Foi naturalmente no meio de gente suspeita e má que se preparou o atentado.

O informante não acredita que Buíça fosse subornado, porque apesar de malvado tinha caráter e ideias.

A situação de Portugal Últimos acontecimentos Mais pormenores

Serviço de informações do Eco do Sul Telegramas importantes. O epílogo¹¹

Respigamos do *Jornal do Comércio* os seguintes tópicos de apreciação sobre o atentado de Lisboa:

.....
Por mais legítimas que sejam as aspirações de um povo contra os excessos de seus governantes, jamais o punhal ou a bala devem ser o meio da realização de suas ambições.

Se a causa é justa, fica logo maculada com o sangue das vítimas que sucumbem, pelo dever, não mãos dos sicários.

E essas máculas, como as clássicas manchas de sangue nas mãos de lady Machbeth, hão de perdurar – sombra agoirenta, sinistra lembrança do crime, remorso inexorável – não na alma dos assassinos, que são uns fanatizados sem consciência, mas na própria bandeira política daqueles que insuflaram os assassinos.

Irmãos de crenças dos que combatem a dinastia reinante no apertado reino “que a Espanha comprime e o Oceano dilata, ” como irmãos pelo sangue daqueles que vivem no mimoso “jardim da Europa, à beira-mar plantado”, é com revoltas intensas e repugnância invencível que registramos o bárbaro acontecimento que enluta não só a nação e o governo português, como seus irmãos daquém-mar, como a própria humanidade

.....
Não inquirimos das causas do lutuoso sucesso: não há razões que justifiquem tais barbarismos.

E se fossem inquirir da origem histórica do fatal acontecimento, teríamos de corar pelos republicanos portugueses e deveríamos confessar que eles se desvairaram por ter encontrado em João Franco uma resistência varonil e épica.

.....
¹¹ *Eco do Sul*, Rio Grande, 10 de fevereiro de 1908, ano 54, nº 34, p. 2.

Acreditamos que as instituições do velho e amigo Portugal são gastas e imprestáveis, com o silêncio sequer, aplaudir a repugnante tragédia do Terreiro do Paço.

Sejam anarquistas, sejam republicanos exaltados, caia a maldição de todos sobre os negregados autores do miserável atentado!

Para os primeiros, a sociedade culta há muito que tem formalmente manifestado seu repúdio.

Para os últimos, se desgraçadamente os Bernardino Machado, Latino Coelho, Afonso Costa e Guerra Junqueiro não tiveram energias para contê-los ou - o que é pior - se tiveram a fraqueza de açulá-los, resta irresgatável nódoa de terem tentado extirpar um mal remediável, cometendo um crime irremissível.

Como quer que fosse, a cena violenta que roubou à nação portuguesa o seu chefe, ou ela irrompesse da alucinação dos inimigos de todas as organizações políticas existentes, ou seja o fruto de um desvairamento partidário, sem justificativa numa ou noutra hipótese, de qualquer modo essa sangrenta agressão ao monarca ilustre e a seu jovem filho, será em todo o mundo culto motivo de justos pesares e sinceras revoltas.

.....
Sem ocultar simpatias pelos novos princípios por nós já implantados e que quiséramos ver igualmente radicados na terra lusitana, sentimos que bruscamente se romperam, se partiram, se desfizeram os votos que consagrávamos à ideia nova, desde que vemo-la arrastada num tredo lodaçal de covardia e sangue, de infâmia e desumanidade.

Habitados, por outro lado, a apreciar a serva firmeza com que D. Carlos defendia as suas prerrogativas, os seus preconceitos, digamolo francamente, lastimamos que à sua infibratura tersa e rija não opusessem seus adversários outra igual, preferindo abandonar as armas fidalgas da discussão e da prédica, para se utilizarem do bacamarte dos sicários.

.....

O crime só provoca repulsa nas almas bem formadas e se a monarquia lusitana tinha atraído antipatias e ódios pelos excessos da sua resistência à formidável agitação que ameaçava o trono, tudo será esquecido e abafado entre os soluços daquela senhora de ânimo firme que vê, serena e digna, cair o filho, tombar o esposo, ambos vítimas do seu destino, mas que tem para consolá-la as lágrimas do povo, que se unem às pérolas que derramam seus olhos congestos.

.....
Defendendo ideias políticas antagônicas àquelas pelas quais sucumbiram, D. Carlos e seu filho, não calamos a nossa reprovação porque nos merecem igual censura todos os ataques aos representantes máximos da autoridade política.

Rei ou presidente, imperador por origem hereditária ou chefe de Estado pelo voto do povo, o supremo funcionário do poder político é, no exercício da sua função, o representante da nação, a sua imagem, o seu símbolo, mais do que dos princípios que a regem.

As armas que os alvejam, passando através de seus corações, vão sempre ferir o da pátria que representam.

[...]

RIO, 10 – O *Diário do Comércio*, desta capital, diz que o regicida Manuel Buíça era correspondente de uma associação secreta de aqui, a que pertencem vários portugueses.

Adianta o mesmo jornal que estão no Rio de Janeiro muitos frequentadores de reuniões republicanas efetuadas em Lisboa, as quais são estranhas ao aparecimento dos falados anarquistas, durante a permanência da esquadra norte-americana, nesta capital.

O *Diário do Comércio* diz ainda estar aqui, a fim de empregar-se, um amigo do Conselheiro José Maria Alpoim, que pregava abertamente o regime constitucional, existe verdadeira inimizade, sendo por vezes trocados insultos ferinos.

[...]

RIO, 10 – Foi distribuído ontem nesta capital um boletim convidando os súditos portugueses para uma reunião na praça do mercado,

a fim de deliberar qual o destino a dar aos republicanos portugueses aqui domiciliados.

A polícia adotou medidas enérgicas, a fim de impedir essa reunião.

O prefeito municipal ordenou que o mercado ficasse aberto, com o intuito de impedir que a reunião fosse clandestinamente efetuada.

Nas proximidades do edifício onde funciona o *País*, a polícia conservou uma turma de guarda civis.

(Corresp.)

—

Chegaram a esta capital os ricos *Landaus* que deviam servir o Rei D. Carlos, durante a sua visita ao Brasil

- Em rodas bem informadas, circula o boato de que o governo brasileiro deliberará manter o convite feito à casa reinante de Portugal, para a visita ao nosso país, no corrente ano.

Uma vez que o governo de Portugal dê o convite como subsistente, virá ao Brasil o Príncipe Real D. Afonso.

(Corresp.)

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul

Telegramas importantes. O epílogo¹²

O *Diário da Tarde* de Juiz de Fora fez as seguintes considerações sobre o regicídio:

.....
“A notícia do assassinato do soberano português e de S. A. o príncipe herdeiro, repercutiu dolorosamente por todo o nosso país, enchendo de profunda mágoa e contristando fortemente aqueles que não podem ver na violência um meio aceitável de dirimir questões políticas ou de administração.

Nação amiga, que ainda conserva para o Brasil uma espécie de amizade maternal, Portugal é um país tão ligado ao nosso pelas tradições, pelos costumes, pela língua pelo interesse que brasileiros e portugueses se confundem nos mesmos anseios e nos mesmos esforços em prol desses países.

E é por que a notícia da morte de D. Carlos, justamente agora que o esperávamos em nossa terra, veio nos enlutar também, surpreendendo-nos dolorosissimamente.”

Na seção livre dos jornais do Rio, foram publicados diversos artigos atacando o Sr. José Barbosa, diretor de *O País*, que é classificado de português degenerado e infame, por ter escrito um artigo protestando contra a intervenção estrangeira em Portugal para sustentar a dinastia de Bragança.

NO dia 4 corrente, a imprensa do Rio e outros estados do Brasil, deu curso à seguinte notícia telegráfica:

“Os telegramas de Lisboa dizem que o movimento revolucionário foi esmagado, depois de uma tremenda luta entre as tropas legais e os

¹² *Eco do Sul*, Rio Grande, 11 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 35, p. 2.

revolucionários que levantaram barricadas nas ruas dos Clérigos, Santo Antônio, Sá da Bandeira, D. Pedro e Bonjardim.

Na praça D. Pedro a luta foi tremenda, de muitas janelas e dos telhados os revolucionários fizeram nutrido fogo sobre a tropa.

As ruas foram varridas pelas metralhadoras e o movimento foi dominado, sendo a cidade ocupada militarmente.

É grande o número de mortos e feridos.

Foram efetuadas muitas prisões”

Consta que, apesar do triste acontecimento de Lisboa, que roubou a vida do estimado monarca português, o correio brasileiro na data prefixada mandou fabricar com o retrato do soberano português, a fim de comemorar a sua chegada ao Brasil, prestando-lhe assim uma homenagem póstuma que com certeza calará sensivelmente nos corações de nossos irmãos de além-mar.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul
Telegramas importantes. O epílogo¹³

A *Tribuna* de Santos, publicou 3 edições, no dia seguinte ao do atentado de Lisboa.

A primeira circulou às 5 horas da manhã, a 2^a às 8 horas e a 3^a às 5 horas da tarde, todas elas rapidamente esgotadas.

¹³ *Eco do Sul*, Rio Grande, 12 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 36, p. 2.

O sr. Augusto Marques de Sousa, empregado público, lançou a ideia da criação de um monumento à memória do Rei D. Carlos, no Rio.

Para esse fim, chama o concurso da *Grande Liga Patriótica Brasil-Portugal de Auxílio aos Necessitados*.

[...]

Do trono de Portugal são atualmente legítimos herdeiros sucedendo-se a El-Rei D. Manuel II, caso este venha a falecer solteiro:

O senhor Infante D. Afonso, irmão do El-Rei D. Carlos I;

A senhora Infanta D. Antônia, irmã de El-Rei D. Luís, casada em país estrangeiro e com filhos herdeiros;

E ainda aos filhos da Senhora Infanta D. Maria Ana, também irmã de D. Luís e tia do Senhor D. Carlos, agora barbaramente assassinado.

Não é fácil, pois, extinguir a dinastia de Bragança.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul
Telegramas importantes¹⁴

Fala a *Tribuna*, do Rio de Janeiro, sobre o miserável atentado de Lisboa:

¹⁴ *Eco do Sul*, Rio Grande, 13 de fevereiro de 1908, ano 54, n^o 37, p. 1.

Não há nesta terra, um indivíduo por mais indiferente que seja às coisas de Portugal, que não tenha sentido a maior consternação com a horrível notícia do bárbaro e covarde assassinato do Rei D. Carlos e de seu filho.

Por maiores que fossem os desgostos dos adversários do governo português e por mais apertadas que fossem as providências contra as liberdades públicas, jamais poderá ser justificada essa vindita infame contra El-Rei e o herdeiro do trono de Portugal, príncipes ilustres que souberam sempre honrar a casa de Bragança, honrando ao mesmo tempo o nome do glorioso povo português.

.....
A crença geral é que o sacrifício do rei foi em proveito dos adversários políticos do gabinete, republicanos ou monarquistas que queriam assaltar o poder, mas se assim for, indignos de governar um povo nobre e de gloriosas tradições, serão todos aqueles que se envolveram nessa miserável conspiração.

.....
O Sr. João Franco sempre gozou da aura de homem íntegro e enérgico, fama de que o próprio rei já tinha provas, quando era ele ministro da Fazenda, logo após a sua ascensão ao poder.

Um dia El-Rei, conversando com o ministro da Fazenda, lhe dissera que o seu antecessor havia prometido aumentar-lhe a lista civil de modo que as despesas reais pudessem ser cobertas pela pensão do Estado, ao que lhe respondeu o Sr. João Franco: “Perdoe-me Vossa Majestade, mas a situação financeira não permite maiores despesas”.

El-Rei, apertando a mão a João Franco, declarou que apreciava a sua franqueza e *esperava viver sempre bem com ele*. Infelizmente, porém, assim não aconteceu, porquanto, embora o conselheiro João Franco continuasse a merecer a sua confiança até à hora da morte, a separação ente o rei e o seu primeiro ministro não podia ser mais cruel nem mais dolorosa. E, embora o conselheiro João Franco possa se sentir bem com a sua consciência, por haver agido sempre de acordo com o seu patriotismo, imaginando estar prestando serviços reais ao

seu país – alguma vez, quando pensar que a sua demissão, antes dos últimos atos de força, poderia ter evitado essa enorme catástrofe, S. Ex. há de ter remorsos!

.....
As dificuldades do governo, porém, ou as fascinações do poder, depois das primeiras providências administrativas, aliás, louvadas pelos homens superiores e imparciais de Portugal, porque eram contra os abusos e escândalos inveterados, o conselheiro João Franco, sem partido nem maioria nas Cortes, teve de dissolver a Câmara dos Deputados, iniciando a série de arbítrios praticados no intuito de se fortalecer na opinião e organizar elementos de resistência contra os reacionários.

Estes, sentindo-se ameaçados em sua liberdade e constrangidos em seus direitos, trataram de se organizar, reunindo-se de um lado os monarquistas dissidentes e opositores e do outro os republicanos, que faziam brecha profunda na opinião, conquistando simpatias e adesões de toda ordem.

A oposição explodiu e o governo reagiu com violência, prendendo e deportando os mais exaltados, fechando os jornais opositores e ameaçando a quantos não se submetessem à sua autoridade.

Daí os graves acontecimentos do dia 29 em Lisboa, referidos no nosso número de sábado último, conforme despacho de Madrid.

Mas por maiores que fossem os distúrbios de 29 e por mais condenável que fosse a ditadura do Sr. João Franco, ninguém podia imaginar que o fatal desenlace fosse essa tarde de anteontem, e que tão tristemente impressionou o mundo inteiro.

.....
Os adversários do governo do Sr. João Franco, se eles são autores ou co-partícipes desse crime horrendo, não poderão jamais contar nem com o apoio nem mesmo com a tolerância do generoso e nobre povo português, que, se tolerou a ditadura benéfica de Pombal, foi porque ela se deu no reinado de D. José, e há cerca de 150 anos, e não no sé-

culo XX, em que os reis são esmeradamente educados; - não à tolerância jamais agora.

Mas a reação não se faria nunca pelo assassinato abominável.

Jamais houve quem subisse por uma escada de sangue, servindo este somente para tisonar para sempre as mãos dos ambiciosos vis, que não sabem recuar nem diante do crime.

O Brasil tem dado ao mundo os mais notáveis exemplos, em momentos os mais difíceis de sua vida política, fazendo a abolição por entre flores e a república sem derramamento de sangue, com aplausos de todo o povo, sem haver jamais desrespeitado aquele que o governara por longos anos - D. Pedro de Alcântara.

E D. Carlos bem merecia também de sua pátria, porque era um rei magnânimo, ilustre, notável pelos seus conhecimentos artísticos e literários e que pela sua simplicidade, mantendo os costumes do seu povo, era por ele querido e acatado.

A situação de Portugal
Últimos acontecimentos
Mais pormenores
Serviço de informações do Eco do Sul¹⁵

Logo que se divulgou o atentado de Lisboa, um representante da *Gazeta de Noticias*, do Rio, entrevistou conhecido cidadão português, sobre o modo porque se dera a horrível tragédia.

Aquele cavalheiro disse o seguinte:

“Como sabe já, El-Rei veio das suas propriedades em Vila Viçosa, onde tem uma enorme tapada de muitas léguas de circunferência.

Chegou a Lisboa pela estrada de ferro do Sul, que tem a sua estação na Praça do Comércio, antigo largo do Paço.

¹⁵ *Eco do Sul*, Rio Grande, 17 de fevereiro de 1908, ano 54, nº 40, p. 1.

A Praça do Comércio, feita pelo riscado do Marquês de Pombal, o saudosíssimo ministro, é circundada por edifícios públicos, todos com arcadas na frente.

El-Rei, e seguindo sempre os poucos detalhes dos telegramas, devia ter tomado o seu carro de rodas vermelhas que distinguem perfeitamente as viaturas da casa real, seguiu da estação para rua do Arsenal, atravessando toda a Praça do Comércio em caminho direito.

Às cinco da tarde, em Lisboa, neste mês de fevereiro, que aqui é tórrido e lá é ainda frigidíssimo e carregado de água, ainda é dia claro.

Apesar de ser dia claro, às 5 horas já faz frio e ninguém repara de ver um qualquer indivíduo de grande capote como os gabões de Aveiro, que são enormes porque vão até aos pés e largos.

Ora, por sobre esses capotes, um conspirador hábil pode perfeitamente carregar uma espingarda, quanto mais uma carabina, arma mais maneirada, sem que ninguém suspeite.

As arcadas, com o lusco-fusco das cinco horas, eram uma boa e provável ponte de espera.

Ora, na esquina da Praça do Comércio com a rua do Arsenal estão montadas as repartições dos correios e telégrafos, sendo além disso um ponto de espera para os americanos, carro que aqui chamam bondes.

De qualquer maneira, e por maior que fosse o grupo que ali estacionou para esperar a família real, a polícia nada podia desconfiar, como não desconfiou.

Acresce que às cinco da tarde é a hora de maior movimento de gente.

A rua do Ouro regurgita e a rua do Ouro desemboca em frente à Praça do Comércio, sendo ainda que das quatro e meia para as cinco é que em Lisboa se começa a fechar o expediente das repartições públicas e é a hora portanto, em que os funcionários públicos saem das suas repartições.

El-Rei, pelo que dizem os telegramas, era acompanhado por um pelotão de cavalaria.

O ruído da cavalaria, as rodas vermelhas da carruagem real despertaram logo a atenção dos celerados que, com todo o sangue frio, se prepararam para o infame atentado.

Mal o carro de El-Rei se aproximou da esquina da rua do Arsenal com a Praça do Comércio, ficando, portanto, sua majestade inteiramente a descoberto, os regicidas fizeram fogo, quase à queima-roupa.

A tragédia, pelo que se depreende das notícias telegráficas, devia ter corrido como eu exponho.

A cavalaria atacou de pronto os regicidas, matando alguns, enquanto que outros fugiam para o Tejo

Eis a rápida e lamentável cena, que fez perder a Portugal um grande rei e um futuroso príncipe, enlutando todo o reino e sensibilizando o coração de todos os portugueses que amam verdadeiramente a sua pátria.

Sob o título *Pátria, Mater dolorosa!*, escreveu o *Portugal Moderno*, sobre o crime de Lisboa: “Alguns dias passaram já que a medonha tragédia teve o seu fatal desenlace, de uma forma brutal, selvagem, louca, horrivelmente sangrenta, pungitivamente lúgubre!

E contudo ainda a nossa alma sofre a impressão dolorosíssima da terrível nova, ainda o nosso espírito se anuvia conturbado, ainda a dúvida nos assalta, como se fôssemos presa de um sonho aflitivo, dominados por um pesadelo angustioso e sufocante

É que o acontecimento foi de tal modo imprevisito, tão pavoroso e tétrico, que a convicção vacila ante a sua sangrenta e rude realidade.

Entretanto tínhamos a intuição de que alguma coisa ia suceder de lúgubre e triste para a nossa pátria, nós todos que dela somos filhos e que tanto amamos.

Poucas horas antes do trágico acontecimento, na própria manhã do dia em que foram manchados com uma indelével e larga nódoa de sangue os anais impolutos da história alevantada e nobre do povo

português, publicávamos neste lugar algumas palavras que traduziam bem visivelmente o nosso receio ante as notícias telegráficas que de lá vinham vagamente suspeitosas de gravidade de acontecimentos que se estavam dando, ou que viriam infalivelmente a dar-se. Como reação indubitável dos dirigidos à ação repressiva dos dirigentes.”

E essas palavras eram:

“Estamos sentindo uma grande dor de alma, ao referir-nos ao que por lá se está passando. Corre sangue nas ruas de Lisboa, e as prisões estão recebendo homens eminentes, portugueses distintos! Não há que duvidar, e o «boato» que continua a correr, e que nós entretanto não queremos acreditar, denuncia que mais graves acontecimentos se deram, dos que os relatados nos telegramas sujeitos à censura.

Deus dê juízo a governantes e governados: Deus lhes toque nos corações para que os males da pátria querida se não agravem numa luta fatal para o seu futuro, para a sua independência.

Essa grande dor de alma que já então nos fazia sofrer, tinha bem razão de existir, torturando-nos, afligindo-nos. Pressentíamos o mal, adivinhávamos um perigo; mas não podíamos supor que ele tivesse a hedionda gravidade de um duplo atentado forjado em cérebros obcecados por uma negra ideia fatal, ou em almas votadas à perversidade, ao culto do crime, e tão inopinadamente posto em execução, subvertendo na morte o chefe duma nação e o seu herdeiro, esmagando o coração dum povo, manchando a limpidez da sua história, e espalhando pelo mundo, entre todas as nações e povos, a pavorosa surpresa, a reprovação unânime, a dor pungente e contagiosa, com que a notícia dos grandes crimes tornam solidários todos os homens bons e justos!”

Quando publicamos no número passado aqueles períodos que ficaram transcritos, tumultuava na nossa mente a ideia que uma tremenda revolução viria em breve abalar os fundamentos da sociedade portuguesa.

O momento era agudo; havia uma razão de ser, e os acontecimentos precipitavam-se para conflagração!

A revolução era anunciada sem reboço, era esperada como uma consequência e vaticinada em tempo pelo próprio Sr. João Franco.

Ele a previa, ele a quis evitar fazendo, como ele afirmara “a revolução no poder”.

As revoluções populares têm, todavia, por vezes, um tanto de purificador e fertilizante, como disse figuradamente Oliveira Martins nestas memoráveis palavras escritas por ocasião do “ultimatum”. “As cheias transbordam sempre, mas, apesar da desordem, fica também inalterado o solo”.

Sim, mas é preciso que ondas de sangue não afoguem as mais nobres ideias! Mas é preciso que nefandos atentados se não pratiquem em nome do patriotismo e da humanidade!

Assim mesmo afirmava o grande publicista quando escrevia, após: “A cheia, porém, se de todo se desmanda, arranca as árvores, revoluciona a cisão, remove as terras e, passando, deixa as campinas devastadas”.

O sangue do forte e respeitado chefe da nação, o sangue do jovem príncipe que nenhuma responsabilidade tinha nos extraordinários acontecimentos que vinham decorrendo; esse sangue precioso vertido por lucros perversos, não fecundou, ai de nós! a guerra da pátria, antes a esterilizou, estendendo larga mancha indelével no crédito de um povo glorioso e honrado!

A desorientação leva aos extremos mais censuráveis, o fanatismo político como o religioso, como todos os fanatismos, conduz à prática dos mais nefandos crimes. Tem se assassinado, tiranizado um nome da religião, em nome da liberdade humana!

Há 110 anos precisamente; no cimo do cadafalso, em frente à guilhotina que lhe ia decepar a inteligente e genial cabeça, Madame Roland soltava a queixa pungente que vem ecoando, como uma verdade, pelos páramos da história:

- Liberdade! Quantos crimes se cometem em teu nome!

Ó pátria, ó mater dolorosa! Choras agora convulsa a perda de dois filhos teus mais ilustres, mas encobrindo a nobre fronte veneranda, como que de envergonhada, nas dobras do teu manto de luto!

Desse crime hediondo não tens a responsabilidade. A dor é tua, mas não a culpa. O mundo te deplora, não te acusa, não te acusará jamais.

As multidões alucinam-se, desorientam-se; elas, segundo o nosso grande Herculano, “dançam em um momento, mais crimes na balança da eterna justiça do que os tiranos aí hão lançado por séculos”

Pelo civismo, pela moderação, pelo juízo, te erguerás do abatimento doloroso em que jazes por este golpe hediondo e fatal

“As nações, são como os homens, avigoram-se pelo sacrifício e pela penitência”. Os países fracos subsistem e desenvolvem-se, não pela violência dos poderosos, nem pela desordem dos humildes, mas pelo tino, pela ordem, pela moralidade.

Comovida, consternada como tu, pátria querida, esta folha julga bem traduzir o geral sentimento de horror e repulsão contra o vil e cobarde atentado, sentimento que invade as almas de teus filhos esparsos pela vastidão deste país, cujos habitantes irmãmente, carinhosamente se associam às nossas mágoas e verberam numa solidariedade que nos cativa a gratidão, esse ato nefando pelo qual caíram prostrados para sempre, nas sombras da morte, o pranteando chefe da nossa nação, e o seu inocente herdeiro, pobre criança tornada verdadeiro mártir!

E vós Rainha excelsa, esposa e mãe sublime! trespassado o coração pelas sete espadas da dor; viúva que no terrível transe vistes baquear, às balas assassinas, o que eram o alvo querido de todo o vosso amor, o suavíssimo anelo de todo o vosso mais nobilíssimo afeto; tendes para mitigar um pouco o imenso infortúnio, o inominável sofrimento, essa

universal admiração à vossa heroicidade, essa solidariedade imponente de todos os corações opressivos ante a vossa suprema angústia!

Rua do Arsenal! Como tu foste a “rua da Amargura”, para essa triste esposa e mãe que, no momento terrível, poderia perguntar aos que passavam, se acaso tinham visto uma dor igual àquela que tão acerbamente a pungia!

ARTISTA

Em suas origens, na década de sessenta, o *Artista* apresentou-se com características bem mais próximas dos representantes da pequena imprensa. Semanário dos artistas, propunha-se, em seus primeiros números, a constituir-se em um defensor dos interesses dos artífices, buscando a criação de associações que os congregassem, como uma forma de combater o domínio dos “poderosos” e “aristocratas”. Porém, ainda na metade daquela década, o periódico passaria por ampla modificação tipográfica e no seu norte editorial, transformando-se em um dos mais importantes diários rio-grandinos, apresentando-se a partir de então como um jornal de cunho comercial, político e noticioso.

Ainda à época de sua criação, o *Artista* já manifestava alguns dos elementos que denotavam sua vinculação partidária, voltada ao ideário dos liberais, já a partir da sua afirmação, como periódico diário, a filiação ao Partido Liberal tornou-se cada vez mais enfática. Intentando um certo equilíbrio com seus interesses comerciais, a folha buscou adotar a estratégia discursiva de expor mais abertamente suas manifestações de cunho político-partidário em períodos bem demarcados, além disso, teve também por objetivo o de apresentar-se como uma representante da imprensa séria que não se entregaria às discussões apaixonadas e de natureza pessoal e sim, ao debate dos princípios e das ideias.

Ao buscar consistir-se em verdadeiro doutrinário liberal, o periódico rio-grandino, notadamente nos momentos eleitorais ou de inversões partidárias, organizava seus pronunciamentos político-partidários

de forma sistemática e até didática, no objetivo de um melhor convencimento do público para com a sua construção discursiva. Com a República, o jornal sofreria uma ruptura em sua linha editorial, de modo que seu discurso político teve de passar por um processo de adaptação, resultando em condutas que variaram de uma certa neutralidade até uma fase de completa indefinição editorial. Apesar de breves períodos de recuperação, a folha já deixava transparecer os elementos constitutivos de uma crise que levaria ao seu desaparecimento em 1912.

Na virada do século XIX ao XX, e por ocasião do regicídio português, o *Artista* intentaria manter o comportamento adotado a partir da transição para a nova forma de governo no Brasil, buscando estabelecer um discurso voltado à imparcialidade e à independência quanto aos partidos políticos. O jornal afirmava que a paixão partidária não exerceria qualquer tipo de influência no seu espírito e desejo manifesto de conciliação da família rio-grandense (6 abr. 1896), procurando também garantir que era um convicto defensor dos ideais republicanos (21 ago. 1896). Além de destacar que se constituía numa folha independente, sem filiações de partidarismo e fora da órbita onde giravam as paixões em excesso, colocava-se como uma publicação dedicada ao progresso da terra rio-grandense, lutando pelas causas que mais a interessavam e dignificavam (15 set. 1898).

O periódico criticava os procedimentos da imprensa partidária que levava a vida a atirar insultos e a só dar as notícias que favoreciam os seus ideais (31 maio 1900), uma vez que considerava a imprensa como a mantenedora da ordem, a qual deveria esforçar-se por educar o povo nos nobres princípios da obediência à lei e do respeito pelos direitos humanos (14 dez. 1900). Nesse quadro, o diário manteve um profundo silêncio quanto às disputas partidárias que marcaram o Rio Grande do Sul à época, no intento de não se envolver com as principais frentes em confronto.

A partir de 1901, o jornal passou por uma etapa de completa indefinição editorial, além de publicar artigos e manifestos tanto de casti-

lhistas quanto de federalistas, a folha, em uma espécie de retorno às origens, voltou a tratar de assuntos intrinsicamente ligados ao operariado. Nessa indecisão quanto aos rumos editoriais, o periódico chegou a editar uma “Seção Operária” e artigos doutrinários a respeito do socialismo e das formas de organização dos trabalhadores. Ao completar seu quadragésimo aniversário, o próprio diário reconhecia as dificuldades que enfrentava, afirmando que a sua publicação atravessava um sem número de obstáculos cada qual mais terrível e que só lutando titanicamente contra os escolhos de uma existência tormentosa, era conseguida a manutenção da sua circulação (15 set. 1902).

Ocorreram constantes tentativas de reorganização da folha, buscando modernizá-la e adaptá-la aos novos tempos vividos pelo jornalismo. Foram anunciadas várias reformas tipográficas e prometidas diversas “novas fases”, à medida que diferentes redatores eram contratados. Nessa busca de modernização o diário rio-grandino chegou a publicar caricaturas e fotografias nas suas páginas, tais tentativas não passaram, porém, de experiências pouco duradouras. Entre 1906 e 1907, chegou a obter uma certa recuperação financeira e uma razoável reorganização editorial, buscando sustentar o modelo de uma publicação de caráter informativo. Apesar dessas constantes reformas e tentativas de modernização, a crise do periódico aprofundava-se constantemente, estabelecendo-se um processo sem retorno em direção ao seu desaparecimento no ano de 1912¹. Quanto à abordagem do regicídio, o jornal manteve a prioridade noticiosa, mas manifestou plena contrariedade em relação ao evento, havendo um destaque para, além dos próprios mortos, a rainha viúva, enaltecida em prosa e verso.

¹ Breve histórico estabelecido a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 231-232 e 262-264.

Fanáticos e perversos em Portugal²

A população do Rio Grande, entre aflita e indignada, teve ontem conhecimento do monstruoso crime que arrebatou a vida a D. Carlos I, rei de Portugal, e a D. Luís, seu filho mais velho.

O anarquismo perverso e fanático mais uma vez exerceu a sua ação maléfica, abatendo uma testa coroada e ao seu sucessor legítimo no trono da legendária terra lusa, a qual nos ligam os sentimentos da mais íntima fraternidade.

Os brasileiros emocionamo-nos diante dessa obra da barbárie contra a civilização, do ódio miserável contra as leis das sociedades cultas.

Felizmente, não foram portugueses os autores dessa selvageria, que degrada essa raça de homens, que são o produto das mais funestas das seitas, regozijando-se com a desgraça que enluta milhares de corações, dominados pelas dores as mais martirizantes.

Órgão de publicidade com ligações estreitíssimas à honrada e laboriosa colônia portuguesa, que conosco sempre fraterniza, no infortúnio como no contentamento, o *Artista* condena a brutalidade assassina, fazendo votos para que D. Manuel, que será proclamado rei do velho e digno Portugal, consiga conflagrar a crise que oprime a gloriosa nação irmã.

D. Carlos e D. Luís³

Pode-se dizer que não houve ninguém no Rio Grande, entre a gente que se eleva pela moral, que não sentisse profundamente o miserável, repugnante crime que levou à vida de além-túmulo D. Carlos I, e seu filho primogênito D. Luís Filipe.

² *Artista*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano 46, n^o 28, p. 1.

³ *Artista*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano 46, n^o 28, p. 1.

Os cônsules de todas as nações mantêm em funeral as respectivas bandeiras, havendo portuguesas e brasileiras a meia haste em diversas casas particulares.

Têm as portas em luto muitos estabelecimentos de comércio, principalmente os de portugueses.

À Rainha D. Amélia⁴

No Terreiro do Paço, às cinco horas da tarde,
Quando da coronal o brilho já não arde,
Na luz crepuscular em que o frio povoa
O confuso vai e vem das ruas de Lisboa,
Da Família Real desliza a carruagem
Por entre a multidão, que se curva à passagem
Da Rainha, de El-Rei, do Duque de Bragança
E do Duque de Beja, ainda uma criança.

+

Nisso, um grupo feroz, como um tufão violento,
Investe impetuoso, infernal, truculento,
E a tiros de espingarda e revólver - expiraram
D. Carlos e D. Luís. . .

Ah! mas enquanto atiram
Contra a Família Real, uma cena gloriosa
Faz recuar de assombro a multidão curiosa:

+

A sagrada Rainha, Esposa e Mãe, no instante
Em que sente baleado o coração amante
E o seio maternal, como se uma só bala

⁴ *Artista*, Rio Grande, 11 de fevereiro de 1908, ano 46, n^o 35, p. 1.

Sugasse todo o mel que o sentimento exala
– Sem desprender um ai, sem soltar um gemido
Ergue-se, resguardando o filho estremecido! . .

+

Sublime de valor, divina de heroísmo,
Foi um raio de luz nas trevas de um abismo.

MUCIO TEIXEIRA

Rio, 2 de fevereiro de 1908

À Rainha D. Amélia⁵

A senhora muito ilustre e tão amada do povo de seu reino que escapou incólume à violência assassina dos regicidas, a Rainha D. Amélia era, e certamente o será ainda no futuro, tida entre os portugueses e o mundo civilizado a expressão personificada da nobreza indiscutível, da bondade e da virtude.

Um dos seus biógrafos diz o seguinte, que é, em linhas gerais e rápidas, o esboço da personalidade simples e magnífica da rainha sucumbida:

“O que os portugueses admiram em Sua Majestade a Rainha D. Amélia não é a ascendência que lhe confere a situação do poder supremo: é o seu natural encanto, onde se combinam graça e delicadeza que se derramam em torno dela.”

O encanto irradia nessa soberana como o perfume da flor; envolve todos quantos se aproximam dela, conquista-os pela sedução de um coração incomparavelmente bom, de uma inteligência generosa e ilustrada, enfim, por esse dom de agradecer que herdou dos avós e de que possui, de modo tão raro, o segredo simpático.

⁵ *Artista*, Rio Grande, 11 de fevereiro de 1908, ano 46, n^o 35, p. 1.

Poucas rainhas terão sido tão estimadas por seu povo adotivo como Sua Majestade a Rainha D. Amélia pelo povo português.

Desde o dia em que essa princesa de França, deixando o lar do seu pai o Conde de Paris, entrou na família de Bragança até este momento, essa dedicação da nação portuguesa pela sua rainha não se desmentiu.

Sua Majestade a Rainha D. Amélia é em todos os sentidos digna do respeito afetuoso de que a cercam os seus súbditos.

Nenhuma outra fez mais do que ela para merecer de Portugal.

Sua ligação ao Rei de Portugal é inalterável; desde a ocasião em que a jovem princesa, apenas com a idade de vinte anos, quanto estava em pleno brilho da sua beleza, se casou com o Duque de Bragança até à época atual, ela não deixou de alimentar em torno do seu esposo, essa bem aventurada atmosfera familiar que é completada pelos dois jovens príncipes Luís Filipe, Príncipe da Beira, Duque de Bragança, nascido em 1887, e o infante D. Manuel, Duque de Beija, nascido em 1889.

Nascida em York House, em 28 de setembro de 1865, Maria Amélia Luísa Helena de Orléans, filha do Conde de Paris e da sua prima a infanta Isabel, achou-se envolvida em todas as boas tradições da família.

Sua venerada avó, Maria Amélia, a rainha dos franceses, foi sua madrinha de batismo e parece que isso lhe foi, por assim dizer, desde o berço, uma consagração ao trono a que ela devia mais tarde subir.

A princesinha criou-se em York House; seu irmão mais moço, que foi depois o Duque de Orléans, partilhou cedo de seus estudos e de seus brinquedos revelando-se sempre e de grande apurada inteligência.

Isso foi sob as vistas do Duque de Aumale, do Príncipe de Joinville, guiado pela nobre exemplo de Suas Altezas Reais o Conde e a Condessa de Paris pela dedicação decidida de M.lle Levasseur, sua fiel preceptora, que fez figurar mais a educação e a beleza da princesa Amélia.

Com o regresso do exílio dos príncipes, a jovem conheceu afinal a França.

Chegado a Eu, junto de seus pais, em Bandon, na casa dos Duques de Montpensier, em Chantilly, junto ao Duque de Aumale, não deixou

ela de aproveitar-se disso para instruir-se no segredo difícil de reinar.

A 15 de maio de 1886, realizou-se em Paris, no Hotel Gallière, a bela e suntuosa festa de família, comemorativa do contato que ligava de fato a casa de Bragança à filha do Conde de Paris.

Dois dias depois, em 17 de maio, vinha em pessoa o Duque de Bragança procurar encontrar sua noiva, com quem o uniu solenemente, em 22 do mesmo mês, na igreja de São Domingos de Lisboa, o Cardeal Patriarca.

O cortejo nupcial era magnífico, em uma antiga carruagem de D. João V, tirada por 12 cavalos brancos, a nova Duquesa de Bragança atravessou Lisboa em festa, para entrar no palácio de Belém.

A morte do Rei Luís, três anos depois, trouxe como consequência a subida ao trono de D Carlos I rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além dos mares, na África, Senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia, Majestade Fidelíssima.

Ao seu lado tomou lugar a Rainha D. Amélia.

O diadema real cingiu pela primeira vez sua fronte.

Aos títulos de Grande Senhora das Ordens Portuguesas, de Dama Honorária da Ordem de Malta, de Dama da Cruz Estrelada da Áustria, reuniu a nova soberana o de Majestade Suprema,

Posto que seu tempo se passe no palácio das Necessidades, a residência em Lisboa; posto que a traz à sua morada de Vila Viçosa; posto que seus passeios pitorescos de Sintra e de Cascais lhe convenham de preferência, Sua Majestade a Rainha D. Amélia não deixa de estar em contato com seu povo.

Sua caridade insuperável e os benefícios que ela espalha são extraordinários.

A Rainha tem excelente gosto literário e ama o esporte

Mas o que é forçoso acentuar é que o seu caráter, tão puro e tão distinto, tem relevo maior desde que ela se empenhou na formidável campanha contra a tuberculose, campanha que tem sido a mais fervorosa e dedicada combatente.

Não simplesmente uma Rainha: é a bondade, é a inteligência bem guiada, é o amparo dos fracos e dos desiludidos.

Assassinato do Rei de Portugal e do Príncipe herdeiro⁶

O atentado nefando que privou a monarquia portuguesa do príncipe que a guiava com mão firme e com o mais puro patriotismo na tremenda crise de que deverá sair a sua regeneração política e mais sã orientação partidária, fixou a atenção de toda a gente culta para este soberano moderno que se chamou D. Carlos I.

Com a repulsa por tão negra trama, veio à memória grata dos portugueses e à lembrança dos que acompanham com fraternal interesse a vida do povo português, essa existência tão cruamente cortada pela mais selvática impiedade que as paixões políticas puderam jamais gerar em corações humanos.

O reinado de D. Carlos I não era longo: ainda dezoito anos não haviam decorrido do dia em que cerrando piedosamente os olhos do Rei seu pai, foi pelo pacto fundamental do reino proclamado e reconhecido Rei de Portugal.

Diz a crônica daquele tempo tão próximo, que a Rainha Maria Pia, abraçando o filho junto do corpo do seu esposo que tanto estremecera, exortara-o a ser soberano tão bom, tão justo como havia sido D. Luís I.

D. Carlos cumpriu os votos da sua augusta mãe.

O Rei seu pai tivera em longo reinado dias de sérias crises políticas, lutas de partidos transviados pelas ambições das suas cabeças, que haviam trazido dias tormentosos para o país; teve de debelar revoltas armadas, com a insubordinação de marechais e a indisciplina mental da sociedade em que surgiam os primeiros fermentos do socialismo revolucionário.

⁶ *Artista*, Rio Grande, 12 de fevereiro de 1908, ano 46, n.º 36, p. 1.

Venceu-as todos, pela persuasão, pela sedução, pela repressão nunca inclemente.

Se foi paternal, pacífico, conciliador, o governo do irmão de D. Pedro V, o de D. Carlos I não menos cuidadoso se mostrou em manter a paz tão caramente firmada e tão necessária ao progresso do seu país e à sua grandeza.

Hoje, que principiou para ele a instrução da vida que há de a posteridade julgar, pode-se dizer que nem à sua vontade, nem aos seus atos se deve atribuir nenhum desastre, nenhum mal à nação portuguesa.

Ao contrário; o seu governo reviveu as glórias que pareciam esquecidas dos conquistadores da África.

Em expedições justamente celebradas, na expedição ainda bem recente do valente capitão Roçadas, o governo de D. Carlos I restabeleceu o prestígio das armas portuguesas naquelas adustas regiões, que os reis seus antepassados haviam conquistado para Cristo e para as quinas.

Quando a cobiça de poderosas nações da Europa já enunciava pretextos de incapacidade do pequeno reino em manter as suas colônias e a força do branco no continente negro, para ficarem com as suas opulentas relíquias de um século de inigualáveis heroísmos, os portugueses, em sucessivas ações militares do mais impressionante relevo, provaram ao mundo que guardavam as velhas colônias com o mesmo título de conquista dos seus maiores.

Mal contava meses do reinado, teve D. Carlos de defender o domínio dessas mesmas colônias contra o plano inglês de avassalamento da África Austral.

Nessa crise, em que o melindre nacional, vivamente excitado, se manifestava de modo ruidoso e perigoso para a paz interna, o governo português conseguiu pela diplomacia salvar as conquistas.

Transigiu com a Inglaterra, que, mais tarde, na guerra transvaliana, conheceu valor para si de acordo português.

Tendo, como todos os soberanos, uma educação militar, aliás indispensável ao chefe das forças militares de uma nação, destro nos jogos

das armas, em que poucos o excediam, não foi D. Carlos, entretanto, um soberano militarista, como alguns soberanos da Europa.

Chefe constitucional do exército e da armada, prezava essas duas classes do seu povo, a que estava confiada a guarda da soberania nacional.

O exército e a armada o estimavam com o respeito e a disciplina que não desligam, antes mais prendem os superiores aos subordinados.

D. Carlos era um dos príncipes mais cultos da Europa.

Os seus augustos pais haviam-lhe dado cuidadosa e proveitosa educação literária e artística. Um dos mais notáveis representantes da arte moderna em Portugal foi seu mestre e tornou-se seu amigo.

As obras de arte do rei D. Carlos I eram recebidas com apreço maior do que geralmente acolhe os amadores.

Os seus estudos oceanográficos não eram menos bem julgados pelos homens de ciência.

A afabilidade do seu caráter, a apurada cortesia do seu trato, que o fazia ser de fato o que já era de nascimento, o primeiro fidalgo do reino, conquistavam o amor e a dedicação dos seus servidores e dos seus amigos.

Povos estranhos que ele visitou o estimavam quase tanto como o seu próprio povo.

Não conhecemos bastante as coisas e os partidos políticos de Portugal para de tão longe julgar com segurança a recente crise em que se achou o reino.

Esse afastamento, porém, do teatro dos acontecimentos, esse despendimento de individualidades que se tem agitado na crise, dá-nos mais isenção para presumir pelos atos, que o rei só procurava o bem do povo, que só visava aliviá-lo de encargos inúteis e de vexames que as clientelas partidárias impõem aos chefes e não dispensam nunca para viver.

A ditadura, e usamos do nome dado à situação, tem sido mais administrativa do que política; fizeram-se reformas, não se fizeram direitos constitucionais.

Sob uma forma irregular, pode-se muitas vezes fazer coisas úteis e boas.

Só ao povo português cabe julgar do que é e do que deve ser melhor.

A nós, que a ele nos achamos tão intimamente ligados, que as suas mágoas como as alegrias repercutem com o mais afetuosamente isocronismo em nossos corações, neste momento de pranto e de luto, coberta de crepe a bandeira das quinas, a primeira que tremulou sobre esta terra, cabe o pungente sentimento por uma dor que consolações não minoram, que o tempo mal afirma na saudade que esta geração que conheceu D. Carlos I há de guardar para transmitir, como memória da sua utilíssima existência, às gerações que hão de vir.

O povo brasileiro partilha do luto que vestiu os portugueses e tem neste dó de uma nação inteira parte tanto maior quanto é o seu coração e é a sua razão que condenam com o mesmo horror o crime e os seus malditos autores.

A D. Amélia⁷

Mãe dolorosa! Esposa meiga e pura!
Maldito o Crime ignóbil e perverso
Que o vosso coração traz hoje imerso
No pranto de tão grande desventura!

Senhora! A musa trémula procura
Vencer a dor que lhe embaraça o verso.
Não há maior tortura no universo
Que a vossa cruel e trágica tortura.

Mortos nos braços ver o filho e o esposo
Que transe pode haver mais doloroso
Que esse que atinge as raias do delírio?

⁷ *Artista*, Rio Grande, 15 de fevereiro de 1908, ano 46, nº 39, p. 1.

Todas as dores vossa dor suplanta. . .
Para que fôsseis totalmente santa
Só vos faltava a palma do martírio.

GYRANO & C.

(Emílio de Menezes)

O INTRANSIGENTE

O Intransigente passou a circular em 1901, como um quinzenário, consolidando-se, posteriormente, como folha de circulação diária. Ainda que buscasse manter uma abordagem noticiosa, foi um jornal significativamente engajado, defendendo a causa governista no âmbito local e estadual. Nesse sentido, foi um ardoroso defensor do regime castilhista-borgista que dominou o Rio Grande do Sul durante grande parte da República Velha. Ao assumir a circulação diária, o periódico renovava seu conteúdo programático, no qual já ficava evidenciada sua posição política. Assim, afirmava que pretendia ser um batalhador pelo progresso municipal, especialmente para que nele se mantivesse a verdade dos princípios pregados e sustentados pela “sã política” republicana, que tinha por chefe o “grande evangelizador” da terra rio-grandense, o “eminente e preclaro” cidadão Júlio de Castilhos (18 mar. 1903).

Tal publicação garantia que manteria sua posição sem tergiversações, sem tibiezas, sem timidez e sem esmorecimentos, mantendo-se no âmbito da imprensa doutrinária. Buscava demarcar que se bateria de acordo com a missão “nobre, moralizadora e salutar” do jornalismo, não agindo fora de tal linha de conduta, ao defender uma comunhão “grande, forte e honrada”, a qual sustentaria dentro dos limites da moral e da honra. Como um novo combatente na arena jornalística, destacava que se colocaria ao lado dos que serviam com lealdade à causa da República, desejando poder encontrar sempre quem o quisesse acompanhar naquele “elevado” ponto de vista, do qual, sob ne-

nhum pretexto, timbraria em se afastar (18 mar. 1903). Ao tratar do regicídio em Portugal, ao lado do caráter noticioso, tendo em vista suas convicções, teve um cuidado especial em isentar os republicanos lusos em relação ao crime cometido.

A situação em Portugal Assassinato do rei D. Carlos¹

Por notícias telegráficas transmitidas a esta folha, ao consulado português e a outros colegas locais e às quais tratamos desde logo de divulgar expondo-as ao público na porta desta redação, estão no domínio público da nossa população os horrorosos fatos que se acabam de dar em Portugal e dos quais resultam os bárbaros assassinatos de S. M. rei D. Carlos e príncipe herdeiro, escapando ferido levemente o infante D. Manuel incólume, a rainha D. Amélia, que por inaudita felicidade, não foi sacrificada da forma violenta e trágica porque o foram o seu esposo e filho.

De todas as nações que vivem em relações diretas com o Brasil, nenhuma há, cujos sucessos políticos nos impressionem mais profundamente do que os que se desenrolam em Portugal.

País amigo, vinculado ao nosso pelos mais estreitos laços de amizade, de simpatia e de sangue, fazem essas circunstâncias com que acompanhemos de perto e com o maior interesse os sucessos políticos que se desenrolam na legendária e heroica terra dos nossos antepassados, neste momento tão violentamente agitada pela aguda crise política que acaba de atingir o seu auge, com o bárbaro atentado que roubou as vidas aos seus infortunados soberano e príncipe herdeiro, sem que coisa alguma autorizasse a supor-se que seria essa a trágica solução de represália aos atos da coroa que procurava manter a integridade do

¹ *O Intransigente*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano 7, n^o 28, p. 1-2.

trono contra a corrente democrática que nestes últimos tempos tem atingido em quase todo o reino a grandes proporções.

Não sabemos, nem podemos assegurar, apesar das notícias vagas já em nosso poder, quais os intuitos que determinaram o trágico acontecimento, que nos veio surpreender, como deve haver surpreendido a própria nação em cujo coração desdobrou-se.

Sejam, porém, quais forem as circunstâncias que para ele tenham concorrido, só temos palavras de reprovação para ato tão violento, e lamentamos profundamente que uma nação tão gloriosa como a portuguesa, cuja história foi sempre aureolada pelos mais heroicos feitos, veja o seu solo manchado pelo sangue de um regicídio, sem que outra solução mais humana e mais consentânea com a razão e com a justiça, pudesse evitar o desenrolar desse tristíssimo quadro que o povo português neste momento vê desdobrar-se ante os seus olhos.

O anarquismo, que de longa data vem convulsionando os povos do velho continente, parece, pelas notícias que nos são transmitidas, haver sido o único ou, pelo menos, o principal fator do trágico acontecimento, ficando assim o partido republicano português, que tem a dirigi-lo cabeças das mais eminentes da lusa terra, livre dessa mancha que só poderia concorrer para que levantasse ele a sua tenda de triunfo sob um pedestal de ódio e de sangue.

E oxalá que se confirme essa versão, para honra da democracia portuguesa, que ainda suportando o ostracismo produzido por extremas medidas de rigor contra a sua ação pelos partidários da coroa, poderá ter glória a dizer que não teve as suas mãos manchadas nesse fatal e desumano desenlace que de forma alguma poderia aproveitar à sua causa.

À laboriosa colônia portuguesa domiciliada no Brasil, e, especialmente, ao seu digno cônsul nesta cidade, bem como à parte dela que no nosso meio, conosco convive no profícuo labor quotidiano, *O Intransigente* apresenta as expressões do seu maior pesar, lamentando sinceramente as consequências do trágico acontecimento, que tão fundamente veio feri-la e surpreendê-la, como emociona triste-

mente também o coração brasileiro, ligado ao seu pelos laços da mais íntima solidariedade

O telégrafo anunciou-nos ontem o assassinato do rei D. Carlos de Portugal e do seu filho, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

Sabíamos pelas últimas notícias que a situação em Portugal era grave, mas não supúnhamos que ela tivesse um desfecho tão condenável, tão execrando, como esse de que lançaram mãos os inimigos do inditoso monarca.

Para nós, quaisquer que sejam as razões de ordem política, ainda mesmo aquelas que geram situações anormais, não justificam o assassinato político como o meio mais fácil de combater os que têm a responsabilidade do governo de uma nação.

Esses atentados só podem merecer aplausos de homens sem sentimentos, mas nunca de homens civilizados, porque o crime, qualquer que seja a sua natureza, é sempre condenável.

Infelizmente, como um triste sintoma de regressão ao barbarismo, o assassinato político vai medrando em alguns países da Europa, pois não é o primeiro monarca que cai vitimado pelo punhal, pela bala ou pela bomba de dinamite.

Os telegramas que damos a seguir, pormenorizando o monstruoso crime que veio enlutar a gloriosa nação portuguesa, e que foram afixados à porta do edifício de *O Intransigente*, é mais uma prova eloquente da atividade do nosso correspondente na capital federal e de que não poupamos esforços nem sacrifícios, para corresponder à confiança de nossos favorecedores.

Ontem, desde o meio dia, hora em que recebemos o primeiro telegrama, até à noite, o nosso escritório conservou-se cheio de pessoas

gradas e dos principais membros da laboriosa colônia portuguesa, que procuravam conhecer as notícias que íamos recebendo do Rio de Janeiro e que eram afixadas na porta do edifício desta folha.

O Sr. Dr. Guilherme Guilinan Machado, digno cônsul de Portugal nesta cidade foi o primeiro cavaleiro que esteve em nosso escritório, onde voltou mais tarde, mostrando-nos o telegrama que havia recebido da legação portuguesa na capital federal, confirmando a notícia que nos fora transmitida sobre o lutuoso sucesso.

Nessa ocasião apresentamos a S. Exa. os nossos sentimentos de pesar, mandando hastear, em funeral, a bandeira nacional

Rio, 2 - Até agora, meio dia, nenhuma notícia nova foi recebida de Lisboa.

As repartições públicas, clubes e outros estabelecimentos hastearam bandeiras em funeral.

O edifício da legação portuguesa conserva-se cheiro de pessoas, que apresentam condolências ao encarregado de negócios de Portugal nesta capital, Dr. Carlos Faria, que não recebeu notícia alguma.

Os jornais desta capital publicam edições sobre esses lamentáveis sucessos.

Rio, 2 - Os jornais publicam os retratos da família real de Portugal.

O barão do Rio Branco, ministro do exterior, recebeu comunicação oficial do ministro do Brasil em Lisboa, dando conta dos pormenores do atentado que nesta capital causou profunda indignação.

Toda a imprensa condena tão abominável crime.

As ruas conservam-se cheias de povo que procura ler os boletins afixados às portas dos jornais.

Todas as festas foram suspensas.

Os regicidas são estrangeiros.

O ministério reuniu-se em conselho permanente.

Todo o corpo diplomático telegrafou à rainha D. Amélia, apresentando condolências pelo lutuoso sucesso.

Rio, 2 (à noite) – todas as associações portuguesas desta capital estão deliberando sobre as homenagens a serem prestadas.

A grande comissão da recepção ao rei D. Carlos resolveu mudar de programa, sendo agora as homenagens puramente fúnebres.

[...]

– O Barão do Rio Branco mandou apresentar pêsames à Legação de Portugal em nome do governo brasileiro.

Foram suspensas as obras do palácio Isabel, no qual se hospedaria o rei D. Carlos quando visitasse o Brasil.

– O primeiro telegrama que chegou a Petrópolis, às 11 horas da noite de ontem [1º de fevereiro], dando notícia do triste acontecimento, foi endereçado ao Barão do Rio Branco e depois à imprensa.

TELEGRAMAS

Serviço especial de *O Intransigente*

Graves sucessos em Portugal

**O assassino do Rei D. Carlos. – Novo Ministério. –
Declarações de D. Miguel. – Movimento
revolucionário no Porto. – Juramento de fidelidade
dos chefes militares. – Manifesto dos republicanos
portugueses no Rio. – Fuzilamentos dos prisioneiros
republicanos. – Situação gravíssima²**

[...]

RIO, 4, – A legação portuguesa nesta capital recebeu telegramas de Lisboa, dizendo que reina tranquilidade em todo o reino.

² *O Intransigente*, Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908, ano VII, nº 29, p. 2.

RIO, 4 - Os jornais desta capital ocupam colunas inteiras com as projetadas demonstrações de pesar pelos sucessos de Portugal.

RIO, 4 - Na *Seção Livre do Jornal do Comércio*, desta cidade, os republicanos portugueses Mouco da Silva, Rodrigues Sousa, Francisco Fonseca, Cândido Viana e José Barbosa publicaram longo manifesto atacando violentamente o conselheiro Camelo Lampreia e a ditadura de João Franco.

Assumindo a responsabilidade da propaganda, dizem que suceda o que suceder, a vitória lhes pertence mais horas, dias meses ou anos.

A monarquia portuguesa terá que figurar no rol das coisas que se foram e que os arquivos e museus documentam.

Termina, dizendo que vencerão custe o que custar.

[...]

Os nossos telegramas

A edição de ontem

O Intransigente foi o primeiro jornal da tarde que circulou ontem na cidade, tendo esgotado rapidamente a edição do costume, apesar de aumentada consideravelmente, o que nos obrigou a fazer nova tiragem.

Essa demonstração de simpatia pela nossa folha muito nos desvanece, porque vemos assim recompensados moralmente os esforços que empregamos para corresponder à confiança da população desta cidade.

Podemos afirmar, com justo orgulho, que *O Intransigente* deu um verdadeiro furo, apresentando um serviço telegráfico desenvolvido e minucioso sobre os lamentáveis sucessos que vieram enlutar a gloriosa nação portuguesa.

Entretanto, o colega do *Eco do Sul*, deixando transparecer a sua má vontade contra esta folha, afirmou ontem que só às 4 horas da

tarde de domingo é que afixamos os nossos telegramas sobre o monstruoso atentado cometido contra o rei D. Carlos e seu filho, quando é certo que o primeiro recado foi colocado na pedra, à frente de nossas oficinas, à 1 hora da tarde.

Dessa hora em diante, continuamos a receber e afixar seguidamente outros telegramas, pormenorizando o condenável crime, sendo disso testemunhas numerosas pessoas que vieram ao nosso escritório, entre as quais o ilustre Dr. Quintilan Machado, cônsul de Portugal nesta cidade.

O colega do *Eco* pode fazer *reclame* para o seu serviço telegráfico como bem entender, mas o que não admitimos é que se arrogue o direito de menoscar a atividade do nosso correspondente na capital da República, o que, além de tudo prima pelo critério e seriedade na transmissão de notícias sobre qualquer ocorrência importante.

O que o colega não poderá negar é que desta vez nós batemos o *record* telegráfico.

Telegramas

Serviço especial de *O Intransigente*

Graves sucessos em Portugal

A legação portuguesa no Rio. – Anulações de decretos. – Comissões dissolvidas. – Palavras da Rainha D. Amélia ao conselheiro João Franco, diante dos cadáveres. – Guerra Junqueiro em conferência com republicanos. – João Franco definitivamente abandonará a vida política³

RIO, 5 – A legação portuguesa, nesta capital, continua a receber telegramas de condolência.

³ *O Intransigente*, Rio Grande, 5 de fevereiro de 1908, ano VII, nº 30, p. 2.

Tem sido muito comentado o procedimento incorreto do encarregado de negócios de Portugal, Dr. Castro Faria, tratando grosseiramente as pessoas que vão à legação buscar notícias, procurando assim alijar as amizades do conselheiro Camelo Lampreia, atualmente em Lisboa.

[...]

PORTO ALEGRE, 5 – Tendo o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado, recebido comunicação oficial dos lutuosos sucessos de Portugal, ordenou que as repartições públicas tomem luto por oito dias, de acordo com o que foi decretado pelo governo da República, hasteando a bandeira nacional em funeral.

[...]

Demonstrações de pesar

Nesta cidade realizou-se ontem uma sessão da diretoria e conselho da Associação dos Empregados no Comércio.

Ao ser ela aberta, o nosso digno amigo Mário Ribeiro propôs que a mesma fosse encerrada em homenagem ao lutuoso sucesso de Lisboa. Propôs mais que se lançasse na ata um voto de profundo pesar, oficiando-se ao Exmo. Sr. cônsul português, e, por seu intermédio, à Excelsa Rainha Regente, à Sociedade Portuguesa de Beneficência, ao Congresso Português D. Luís I, nesta cidade, e às diversas associações congêneres de Portugal, manifestando o grande sentimento daquela associação.

O Sr. Presidente levantou a sessão.

– O Sr. general comandante da 2^a divisão de infantaria, em telegrama de ontem, determinou que o 13^o batalhão e a enfermaria militar desta cidade hasteassem em funeral a bandeira nacional, em sinal de profundo pesar pelo trágico falecimento do Rei de Portugal e de seu filho.

—

Em Porto Alegre, logo que circulou a notícia do assassinato do rei D. Carlos e do seu filho D. Luís Filipe, foram suspensas todas as diversões que estavam projetadas.

A *Associação dos Empregados no Comércio*, que tinha o seu edifício todo embandeirado por motivos do seu aniversário, retirou logo esse festivo embandeiramento, e pôs à meia haste o seu estandarte.

– O vice-cônsul de Portugal tomou luto por oito dias, sendo acompanhado nessa demonstração de pesar por todos os membros da colônia.

Telegramas **Serviço especial de *O Intransigente*** **Graves sucessos em Portugal⁴**

RIO, 7. – O Dr. Afonso Pena, presidente da República e o barão de Rio Branco, ministro das relações exteriores, mandaram colocar custosas coroas no caixão mortuário do Rei D. Carlos.

RIO, 7. – Está verificado que existe aqui, prostituída, uma irmã do regicida Buíça, chamada Belmira.

[...]

Situação de Portugal **Manifesto republicano** **Antes do crime**

Os jornais que recebemos ultimamente do Rio de Janeiro publicaram telegramas de Lisboa que anunciavam a gravidade da situação política em Portugal.

⁴ *O Intransigente*, Rio Grande, 7 de fevereiro de 1908, ano VII, n^o 32, p. 2.

A *Vanguarda*, folha republicana de Lisboa, distribuía um número especial, contendo o manifesto com que o partido republicano incitava o povo a defender as liberdades públicas violadas pelo Rei D. Carlos e o conselheiro João Franco.

Nesse manifesto, declaravam os republicanos quererem suprimir a opressão em que se encontrava o país, mas não os homens da monarquia.

Têm em grande amor a causa da República, mas consideram uma causa sagrada a independência e a dignidade da pátria.

Demonstrações de pesar

Em Pelotas

A colônia portuguesa em Pelotas pretende convidar o ilustrado escritor Sr. Eugênio Silveira, que se encontra em Porto Alegre, para ser o orador oficial nas exéquias solenes que serão realizadas naquela cidade a 20 do corrente.

Será pedida licença nesse sentido ao Exmo. Sr. D. Cláudio Ponce de Leão, bispo da diocese do Rio Grande do Sul.

—

Em animada reunião efetuada em casa de ferragem dos Srs. Faria, Schreiber & C, estando presentes membros das sociedades “Marquês de Pombal”, “Congresso Português”, e “Beneficência Portuguesa”, ficou resolvido realizar-se uma assembleia no próximo domingo, no “Congresso Português”, a fim de tratar definitivamente do programa das homenagens que serão prestadas às memórias do Rei D. Carlos e Príncipe D. Luís Filipe.

Será convidada toda a colônia portuguesa

O “Congresso Português” recebeu a seguinte resposta do telegrama de pêsames à legação de Portugal no Rio de Janeiro:

“O encarregado de negócios de Portugal agradece as condolências e manifestações de luto dessa digna diretoria e as transmitirá ao seu alto destino”.

Telegramas
Serviço especial de *O Intransigente*
Graves sucessos em Portugal⁵

[...]

RIO, 8. – O Prefeito Municipal decretou a mudança do nome da rua Santo Amaro, onde está localizado o hospital de Beneficência Portuguesa, a qual passará a denominar-se *D. Carlos I*

– A comissão dos festejos projetados em honra ao malogrado Rei D. Carlos, deliberou entregar todo o dinheiro angariado para a fundação do sanatório D. Amélia, abrindo nova subscrição para a celebração de exéquias solenes.

– Foi fundada nesta capital uma associação beneficente sob a denominação de D. Manuel II.

Telegramas
Serviço especial de *O Intransigente*

⁵ *O Intransigente*, Rio Grande, 8 de fevereiro de 1908, ano VII, n^o 33, p. 2.

Graves sucessos em Portugal⁶

RIO, 10. – Realizaram-se hoje, as 10 e 30 da manhã, na Catedral, que estava decorada luxuosamente, solenes exéquias em homenagem à memória do Rei D. Carlos e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

O templo estava repleto de povo, notando-se a presença de membros do governo, altas autoridades da marinha e do exército, representantes da imprensa e o escol da sociedade carioca.

[...]

RIO, 10. – Consta que o Dr. Castro Faria, encarregado dos negócios de Portugal no Brasil, será transferido, em virtude de serem suas opiniões favoráveis à ditadura do conselheiro João Franco, que ele reputa o único homem capaz de dirigir o governo do seu país, apesar da situação melindrosa em que se encontra atualmente.

—

RIO, 10. – O *Correio da Noite*, de ontem, publicou um telegrama de Lisboa, dizendo que o presidente do conselho declarara, em conversa com um amigo e par do reino, que se a situação não estivesse anormalizada na época fixada para D. Carlos visitar o Brasil, o rei D. Manuel faria essa viagem, que todos reputam de grande interesse político para Portugal.

Os sucessos de Portugal O regicídio⁷

Felizmente, para honra dos republicanos portugueses, confirma-se a nossa previsão, no artigo lançado por esta folha, ao termos conhecimento do monstruoso atentado cometido em Lisboa contra a família

⁶ *O Intransigente*, Rio Grande, 10 de fevereiro de 1908, ano VII, n^o 34, p. 2.

⁷ *O Intransigente*, Rio Grande, 14 de fevereiro de 1908, ano VII, n^o 38, p. 1.

real e do qual resultou serem imolados à sanha facinorosa de um grupo de bárbaros, S.M. El Rei D. Carlos e seu filho primogênito, o Príncipe Luís Filipe.

Foi com quase convicção que avançamos a hipótese de que o atentado brutal, revestido de circunstâncias trágicas que o encenaram, não podia ter sido premeditado e posto em ação pelos chefes da democracia lusitana, entre os quais figuram homens dos mais eminentes da legendária terra que tem o seu nome inscrito no mapa das nações do velho continente, como o de um astro, cuja luz jamais se apagará, porque ilumina todo o futuro da invicta pátria dos nossos antepassados, com a glória de conquistas que assombram ainda hoje as suas mais heroicas coirmãs.

E, o que nos fez pensar que o trágico acontecimento, que ainda agora emociona todas as nações civilizadas do globo, não houvesse sido obra dos republicanos, foi a circunstância de se lhe não haver seguido o movimento revolucionário que era de esperar, preparados como deviam estar os acontecimentos para a imediata mudança de regime político, que devia ser o epílogo da conspiração republicana contra a dinastia portuguesa, caso estivesse ela preparada, como o anunciaram os primeiros telegramas.

Foi *O Intransigente*, que, adotando um critério diferente de todas as outras folhas locais, apesar de um conjunto de aparências que eram justificadas pelas primeiras notícias chegadas, arrastarem a corrente das opiniões para esse ponto, o único jornal que, nesta cidade, não lançou a responsabilidade do monstruosos delito aos democratas, atribuindo-o de preferência ao anarquismo.

Ainda não estão apuradas as responsabilidades dos culpados, mas o fato de haverem sido postos em liberdade todos os republicanos que se achavam presos, e a circunstância de, só depois de lhes haver sido dada a liberdade, terem tido eles conhecimento do regicídio, nos trouxe a iniludível convicção de que o critério são e razoável, foi o que seguimos, fazendo justiça ao caráter do partido republicano português,

que certamente, o afirmamos então, não desejaria levantar a sua tenda de triunfo sobre um pedestal de ódio e de sangue.

Os últimos telegramas esclarecem plenamente a situação da política portuguesa, e, se o atentado não foi uma obra de degenerados ou do anarquismo, é mais consentâneo com a razão atribuí-lo aos próprios partidos monárquicos adversos à política opressora do chefe do gabinete que instituiu a ditadura e que provocou a fortíssima reação que se observava em todos os ângulos da gloriosa terra, que quanto tem de pequena em extensão territorial, tem de grande nos feitos épicos e nas conquistas que ilustraram a sua fulgente história.

As ideias liberais vão avassalando tudo e hão de impor-se em todos os cantos do Urbe pela evolução e preparo das massas, triunfando como triunfaram no Brasil, sem efusão de sangue, ou quando o hajam de derramar, sem se servirem da traição que avilta e torna odiosas as causa que nela vão buscar a sua vitória.

A república só pode erguer-se e tornar-se grande quando amparada nos movimentos que a corrente geral da opinião produz, ou nas lutas nobres de forças iguais em que o trínfo couber ao mais forte.

Toda a Europa atravessa a crise final das dinastias, por toda a parte onde há tronos, as instituições monárquicas agonizam e periclitam, e se não fosse o elemento militar que as ampara, na maior parte dos países do velho continente, os privilégios de família já teriam baqueado por completo, porque o único governo capaz de fortalecer os povos e compatível com a sua felicidade, é o que lhes outorga a posse de si mesmos.

E nem se pode compreender que, neste século, em que a luz sobre os destinos da humanidade cada vez vai fecundando mais a alma dos povos civilizados, possam eles suportar tronos, senão quando estes sejam apoiados no direito da força, que tudo abate ante o poder das baionetas e da espada e que tudo pode destruir ao fragor da metralha.

Voltando porém ao assunto que nos dita estas considerações, basta que se examine com isenção de ânimo os acontecimentos para que,

desde logo, se chegue à origem da violenta explosão de ódios que teve por epílogo o atentado de Lisboa.

Se é verdadeira a frase atribuída pelos despachos à desditosa Rainha, que foi testemunha ocular do tristíssimo acontecimento, ao conselheiro João Franco, no momento em que o primeiro ministro do infelizmente monarca, imolando aos ódios levantados pela sua política, visitava os cadáveres régios na câmara ardente em que eram eles velados, dizendo-lhe que contemplasse o resultado da sua obra, está evidenciado que foi a ditadura que a provocou e que nela não podiam ter tomado parte os partidários da queda da coroa, recolhidos uns a custódias, imigrados outros e outros deportados.

A política opressora do primeiro ministro só podia aproveitar a causa dos republicanos, porque enfraquecia o trono, excitando contra a dinastia os partidos monárquicos adversos a essa política de perseguições e que consideravam o Rei como o principal responsável pelos desastres desse governo, acusando-o de se deixar dominar por completo pelo fator principal das medidas de opressão postas em prática, e que não seriam capazes de garantir a estabilidade da coroa, ambicionada pelos miguelistas para uma outra cabeça que não as dos seus herdeiros diretos.

A república, emergindo de uma hecatombe de tal natureza, surgiria com o seu pedestal maculado por um crime que toda a humanidade condenaria sem rebuços. E essa certamente, não seria a aspiração dos heroicos republicanos portugueses, em cujo meio se encontra a aristocracia de talento que tanto tem elevado a gloriosa terra lusa e que hão de preferir a luta no terreno nobre das ideias à vitória da sua santa causa por um processo tão aviltante e tão odioso.

O Rei D. Manuel⁸

O *Diário de Notícias*, conceituada folha do Rio de Janeiro, assim se externa sobre a individualidade do jovem Rei D. Manuel II:

⁸ O *Intransigente*, Rio Grande, 15 de fevereiro de 1908, ano VII, nº 39, p. 1.

“Muito jovem ainda, apenas contando dezenove anos de idade, o novo Rei de Portugal sobe ao trono em sucessão a seu augusto e malgrado pai, um momento dos mais angustiosos e dos difíceis por que mais haja passado o velho e glorioso reino.

Numa onda rubra de sangue e de lágrimas cruciantíssimas, ascende o jovem Príncipe ao alto trono da sua pátria – conquistando numa hora tremenda e aflitíssima o alto encargo do governo do seu povo, encargo pesadíssimo para seus ombros, ainda débeis, onerosíssimo para a sua inexperiência das coisa e dos negócios públicos.

D. Manuel sobe ao trono glorioso dos seus antepassados gloriosos, sem jamais haver sonhado sequer que tão alta investidura lhe coubesse um dia.

Cabe-lhe agora, e não lhe é absolutamente satisfação de exaltação ao trono do seu pai, que, de direito, pertenceria ao seu irmão mais velho, o infeliz Príncipe D. Luís Filipe, como seu pai vítima do atentado trágico de sábado último.

D. Manuel II sobe ao trono português sem jamais se haver para ele premeditadamente preparado. Por isso, a sua inexperiência, franca e nobremente confessada na sua primeira sessão do Conselho de Estado, é motivo maior e mais forte para que em torno do seu trono se condensem os esforços e a ação patriótica de todos os portugueses de boa vontade.

Esse apoio, que El-Rei D. Manuel II espera, tê-lo-à Sua Majestade na alma, no coração e no braço forte de todos os portugueses.

Que a velha e sempre fulgurante estrela que cobriu de glória marcescíveis a História de Portugal, rebrilhe de novo triunfalmente, e glorifique e santifique o reinado que hoje tão tragicamente se inicia; que esse reinado se firme e se destaque na história do glorioso povo nosso irmão, e faça possível que mais tarde, o jovem Rei de agora, como seu grande avô da época áurea de Portugal, seja digno de cognome glorioso de D. Manuel II, o Venturoso”.

[...]

A irmã de Buíça

A polícia do Rio de Janeiro andava à cata de perigosos anarquistas que, segundo se dizia, haviam ali desembarcado, para aguardar a chegada do malogrado Rei D. Carlos.

Dando-se agora em Lisboa a lutuosa tragédia do Terreiro do Paço, e sendo apontado como um dos seus autores o indivíduo Manuel Buíça, ex-sargento da cavalaria e professor do Colégio Nacional de Lisboa, lembraram-se os velhos agentes da polícia carioca que no Rio vive uma mulher, irmã desse infernal Buíça.

Chama-se Belmira Buíça e é natural de Vinhães, donde chegou há já algum tempo.

Belmira sem ter meios de vida e sem coragem para o trabalho honesto, atirou-se à prostituição, tendo morado muito tempo na rua Visconde de Maranguape, em um dos prédios hoje demolidos para dar lugar à Avenida Mem de Sá.

Até agora, ainda a polícia não conseguiu pôr a mão sobre a irmã do regicida, mas as providências estão tomadas para que seja ela descoberta em breves dias.

Não é porque alguém a julgue culpada de conivência no horripilante atentado, mas, interrogando-a, conta a polícia colher informações preciosas sobre o seu irmão, e por elas chegar a descobrir os planos dos mandantes, sócios ou companheiros dele na empreitada sinistra.

O TEMPO

O Tempo foi um dos representantes do jornalismo rio-grandino do século XX, tendo surgido no ano de 1906 e circulado até 1960. De acordo com os novos padrões jornalísticos, durante significativo período, buscou manter uma tendência essencialmente noticiosa, embora, por vezes, tenha acompanhado certas posturas político-partidárias. Ao completar seu primeiro aniversário, o jornal confirmava que fora fundado no interesse de ser útil à sociedade, servindo aos justos interesses, às aspirações e aos direitos legítimos da mesma. Pretendendo pleitear pelo que mais convinha ao bem estar público, intitulava-se como um órgão livre de todas as opiniões, absolutamente imparcial, sem ligações políticas ou religiosas de espécie alguma (30 nov. 1907).

Já em 1908, *O Tempo* se dizia satisfeito com a recepção do público leitor, destacando que podia contar com uma atmosfera de consideração social, servindo isso para sinalizar que estaria a cumprir rigorosamente o seu dever, mantendo a pureza do seu programa e a sinceridade das suas convicções. Reiterava que sua meta era a de servir lealmente os verdadeiros interesses gerais, afastando-se proposital e conscientemente de todas as subordinações partidárias, recebendo, a partir daí, a recompensa daqueles que se faziam úteis à sociedade (1º dez. 1908). No que tange ao regicídio lusitano, o periódico manteve a característica geral de noticiarista, sem deixar de demonstrar certo pesar pelo crime de fundo político. Como novidade para os padrões do periodismo local de então, a folha publicou várias fotografias dos personagens em questão.

D. Carlos, D. Luís Filipe¹

Está no domínio público o nefando atentado de que foi teatro a formosa capital portuguesa.

A notícia dos bárbaros assassinatos de D. Carlos e D. Luís Filipe ecoa na alma brasileira dolorosamente, como aquelas mortes estão ferindo pungente o coração de todos os portugueses. Só um espírito feito de durezas ou amassado em ódios pode ficar impassível ante essa obra trevosa do fanatismo político ou regozijar-se com ela.

E é natural esse sentimento irmão de dois povos, quando se conhecem os estreitos liames que os ligam, pelo sangue e pela existência histórica, por origem e educação, laços que os não destruíram nem o tempo, nem a distância que separa as duas nações.

É o mesmo movimento de indignação que se levanta no seio de ambas, para condenar o crime, que tanto tem de negro quanto de revoltante.

Disseram um dia da Rainha Guilhermina, da Holanda, que se ela não tivesse o sangue, teria o espírito dos Oranges. Do rei morto se podia dizer coisa idêntica, porque D. Carlos guardava, em absoluta serenidade, o instinto heroico que se afirma, através dos séculos, desde os criadores da nacionalidade portuguesa até aos presentes dias, instinto heroico, que se afirma, através dos séculos, desde os criadores da nacionalidade portuguesa até aos presentes dias, instinto persistente, que ficará na história de par com a dedicação do soberano luso à obra de desenvolvimento do seu país.

Se o nobre e velho cavaleiro medieval, o antigo e leal pelejador das justas e torneios da civilização, da honra e da religião, é como um herói que houvesse parado a descansar da luta; se o Portugal de hoje, decorrido o estádio da sua epopeia, se reduz a viver do seu passado, D. Carlos tornara-se o guarda desse sacrário. E a ninguém será lícito afirmar que amesquinhasse o papel com que o destino o marcou.

¹ *O Tempo*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano II, n.º 52, p. 1.

Não é bem a hora de dizer sobre a sua ação política, nem cabe aqui, no limitadíssimo espaço deste artigo, balancear a vida do augusto príncipe.

Certo é, porém, que amava o povo, sabendo juntar à sua ternura a fidelidade de que deu copiosas e exuberantes demonstrações.

Na mesma onda de sangue que cobriu o pai foi arrastado o filho, pagando faltas que não cometeu. . .

Nesta hora de profunda tristeza, em que as mortes de D. Carlos e D. Luís Filipe despertam os ecos de justíssima dor de toda a nação portuguesa, *O Tempo* associa-se ao grande pesar do povo irmão, lamentando do mesmo lamento dessa parte da alma lusa que conosco vive e trabalha na mais amorável fraternidade.

D. Carlos e D. Luís²

À primeira hora da tarde de ontem, recebíamos um telegrama do nosso correspondente, transmitindo a notícia do assassinato do Rei D. Carlos de Portugal.

O despacho continha apenas meia dúzia de palavras, sem informações precisas e dizendo que a tristíssima comunicação viera de Madrid.

Essa procedência considerada suspeita e da qual não se haviam confirmado telegramas anteriores sobre a situação portuguesa; a falta de esclarecimentos e, sobretudo, a enorme gravidade do fato, aconselharam o nosso espírito a proceder com calma, não divulgando ao público o que sabíamos.

Em questão dessa natureza, prescindimos das glórias que nos pudessem advir da prioridade da divulgação e nos limitamos a comunicar o infausto sucesso aos membros conspícuos da colônia portuguesa

² *O Tempo*, Rio Grande, 3 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 52, p. 2.

imediatamente interessados em sabê-lo, fazendo também chegar ao Sr. Cônsul de Portugal, que até então não tivera dele participação oficial.

Mais tarde, quando nos vieram informações minuciosas, confirmando a primeira, a notícia do atentado era já do domínio de toda a gente, não aproveitando, portanto, qualquer publicação que dele fizéssemos.

—

Logo que se soube oficialmente do tristíssimo sucesso, o Sr. Comandante interino da 4^a brigada mandou suspender a retreta da banda musical do 13^o batalhão na praça General Teles.

—

O consulado português e os demais estabelecidos nesta cidade, sociedades portuguesas, casas particulares de súditos da mesma nacionalidade e outras, repartições públicas e escritórios de jornais, associações particulares e os navios surtos no porto hastearam bandeiras em funeral.

O escudo português, na sede do consulado, está completamente coberto de negro.

As casas de comércio portuguesas têm cerradas as suas portas.

O Sr. Cônsul português tem recebido muitas demonstrações de pesar, levadas por brasileiros e membros de outras nacionalidades.

—

O Congresso Português 1^o de Dezembro, de Pelotas, e as casas de comércio portuguesas da mesma cidade resolveram cerrar suas portas e tomar luto por três dias.

—

No Casino, sabida a horrível notícia, suspenderam-se todas as diversões.

—

É do seguinte teor o telegrama oficial que o Dr. Quillinan Machado, digno Cônsul português, recebeu ontem à noite.:

“Rio, 2, às 11:12 da manhã. – Em consequência miserável atentado de que foram vítimas El-Rei D. Carlos e Príncipe Real será hoje aclamado Rei o Infante D. Manuel.

Encarregado dos Negócios.”

– O Sr. Cônsul dirigiu depois os seguintes telegramas:

“Conde de Figueiró, Lisboa, – Peço V. Ex. transmitir sua majestade a Rainha, meu nome e colônia portuguesa, nossa profunda comoção perante bárbaro atentado. – *Cônsul*”

“Ministro dos estrangeiros, Lisboa. – Colônia portuguesa e eu transmitimos nosso profundo pesar perante miserável atentado. –

Quillinan Machado.”

—

O Clube *Saca-Rolhas* também hasteou o seu pavilhão em funeral, tendo passado o seguinte telegrama:

“Legação portuguesa – Rio de Janeiro. – Agremiação saca-rolheira apresenta expressão imenso pesar miserável e duplo regicídio que fundamentalmente feriu alma brasileira. (assig.) *Rodrigo Francisco de Sousa*, presidente.”

Reunida a diretoria em seguida, lavrou em ata um voto de profundo pesar e resolveu que o Clube tomasse luto por três dias, conservando o seu pavilhão em funeral, oficiando pêsames ao Sr. Cônsul português e às sociedades Congresso D. Luís e Beneficência Portuguesa e

deliberando associar-se a todas as demonstrações de pesar que forem realizadas.

D. Carlos e D. Luís³

Embora consideravelmente aumentada, por prevermos o fato, a nossa edição de ontem, contendo extenso serviço telegráfico sobre os gravíssimos sucessos de Portugal, esgotou-se por inteiro, logo que foi posta à venda.

Julgamos que o mesmo tenha sucedido com os outros jornais da tarde, atendendo à sofreguidão do público em saber notícias do nefando atentado, não já por simples curiosidade, mas pela dolorosa e funda impressão que em todos os espíritos o duplo regicídio causou.

—

Ninguém julgava em Portugal, a não serem os seus autores e os que o planejavam, que tamanho crime se desse.

Em Lisboa e em todo o país reinava completo sossego, nada se tendo dado que autorizasse a suposição daquela selvajaria.

Releva notar que poucos dias antes, a 27 de janeiro último, os republicanos haviam publicado um manifesto dirigido ao povo, no qual diziam que a ditadura entrara no terreno das perseguições pessoais.

Entretanto, declaravam eles formalmente que queriam suprimir a opressão em que se encontrava o país, mas não os homens da monarquia. Acrescentavam que têm em grande amor a causa da República, mas consideram uma causa sagrada a independência e a dignidade da pátria.

³ *O Tempo*, Rio Grande, 4 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 53, p. 2.

—

Sua alteza o príncipe real, imolado com seu augusto pai à sanha do fanatismo político, estava para casar.

A noiva que lhe atribuíam é a neta de Eduardo VII, que figura no almanaque Gotha como Lady Alexandra-Vitória, filha de Alexandre Duff, primeiro duque de Fife e da princesa Luísa.

Lady Alexandra-Vitória tem 17 anos de idade e ainda não está em pensão, pois, segundo a etiqueta, só aos 19 anos fará a sua entrada nas festas da corte.

Afirmava-se que a Rainha D. Amélia deixara essa aliança decidida e que dentro em breve a notícia se tornaria pública.

O duque de Fife, presumido sogro do herdeiro da coroa de Portugal, era esperado em Lisboa esta próxima primavera.

—

Os primeiros jornais de Pelotas que receberam a notícia do abominável atentado foram o *Correio Mercantil*, com quem *O Tempo* mantém a maior parte do seu serviço telegráfico, e a *Opinião Pública*.

Essa nota é da *Reforma* que diz a respeito o seguinte:

“Se bem que jamais duvidássemos da seriedade dos telegramas dos colegas, a todos que nos procuravam para colher pormenores, dizíamos que, não tendo o nosso correspondente especial no Rio de Janeiro nos mandado notícia alguma, bem podiam esses recados ser o resultado de boatos de fonte espanhola, como muitos outros que até aqui têm vindo, tão violenta e, tão brutal, tão entristecedora era a nova neles contida.

Em parte, não nos arrependemos do critério que empregamos nessa atitude, pois que a confirmação do doloroso fato, colhido em fonte oficial, incontestável portanto, livre de desmentidos posteriores, nos chegava às 4 horas da tarde.”

O infante D. Manuel, Duque de Beja, agora elevado ao trono português, verificou praça na marinha de guerra em 1904.

Como seu extinto irmão, teve a dirigir sua educação moral a Rainha D. Amélia recebendo de eruditos professores a mais variada instrução.

Estimado por suas qualidades afáveis, D. Manuel tem agora, a acompanhá-lo na árdua tarefa que o destino lhe reservou, as carícias e o amor que o povo português, consagrava ao seu pai e soberano, tão sinistramente roubado ao carinho dos seus súbditos e a seu irmão o jovem príncipe, tão cedo arrebatado à carreira de glórias que lhe antolhava risonha como a juventude que lhe sorria; e, enfim, a esse nobre “Lírio de França” mãe da pobreza em Portugal, que é encontrado, sempre, onde há uma miséria a consolar, um desvalido a atender, um sofrimento a mitigar, cheia de excelsa caridade, abrindo a sua bolsa com a mesma solicitude e a mesma urgência afetuosa com que abre o seu coração para nele agasalhar toda a miséria humana, como bem disse um nosso ilustre colega.

D. Carlos e D. Luís⁴

Têm dito os nossos telegramas o sentimento de condenação que os últimos sucesso de Lisboa levantaram na imprensa europeia e principalmente nos mais conceituados jornais franceses.

A simpatia francesa pelo rei D. Carlos se fez muito viva desde quando sua majestade esteve oficialmente em Paris, a fim de pagar a visita que lhe fizera na capital portuguesa o presidente da República de França.

Esta visita, no entanto, não era uma simples exigência da cortesia protocolar. Essa troca de cumprimentos entre os dois chefes de Estado das duas nações amigas, tão ligadas pelo sangue, pelas condições étnicas e por sentimentos de raça, teve uma significação mais alta e

⁴ *O Tempo*, Rio Grande, 5 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 54, p. 2.

mais gloriosa. Foi o testemunho vivo de uma comunhão de ideias e de sentimentos afirmada com todo o vivo entusiasmo pelo povo das duas capitais. Paris aclamou então o rei da nação amiga que havia pouco nas ruas de Lisboa cobrira de flores o coche esplêndido, cor de rosa e vivo, onde ia o primeiro cidadão de França.

Paris não esquecer a apoteose de Cascais e de Sintra, a Marselhesa cantada por mil e quinhentas crianças, as ruas engrinaldadas de flores luminosas, a delirante despedida do *Léon Gambetta* no Tejo, quando cem barcos a transbordar de entusiásticos amigos da França irrompiam os *Hourrahs* e os hinos patrióticos! Paris quis pagar essa dívida de honra de Lisboa; a cidade de Victor Hugo confraternizou com a cidade de Camões. A terra que firmou os Direitos do Homem estendeu a mão amiga à terra que abriu, já quatro séculos, a era das grandes descobertas marítimas, inaugurando o ciclo da colonização mundial.

Portugal foi sempre o grande amigo da França, tendo sempre afirmado essa amizade, mesmo através de vários equívocos diplomáticos, mesmo quando alguns jornais mal intencionados pretendem envenenar as boas relações entre os dois povos.

A França tem sido sempre o guia de Portugal, a estrela dos Magos indicando a estrada que vai a Belém do futuro toda a renovação intelectual.

D. Carlos era amado no *boulevard*, porque como Eduardo VII, o soberano português conhecia todas as elegâncias parisienses, apreciava todos os refinamentos que constituem o parisianismo, era dado a todos os esportes e todos consideravam como um *clubman* coroado.

Era um grande apaixonado das coisas de arte, sendo ao mesmo tempo habilíssimo atirador. E sendo um *sportman*, não deixava de ser um artista, aquarelista notável, e um erudito ao corrente de todo os movimentos de ideias modernas nos diversos ramos da ciência

Com tais títulos, tão elevados e distintos, espírito eminentemente liberal, força era conquistar a amizade de todo o seu povo e a admiração da Europa culta, que agora se manifesta nas demonstrações de pesar noticiadas pelos telegramas de *O Tempo*. [...]

—

A sensação de desgosto e tristeza pelo bárbaro atentado também é geral em Bagé.

Logo que, às 8 1/2 da manhã de domingo, o nosso colega *O Dever* afixou à porta do seu escritório a tristíssima notícia, aquela e as outras folhas, a intendência municipal, as demais repartições públicas, os consulados e muitas casas particulares hastearam bandeira em funeral.

O *Club Comercial* adiou uma reunião festiva que ia dar.

—

A colônia portuguesa de Pelotas reuniu-se, ontem, para resolver sobre a sua atitude ante os sucessos.

O *Congresso Português* resolveu telegrafar ao Cônsul português, no Rio Grande, e à família real, por intermédio da legação, no Rio, ficando lançado em ata um voto de profundo pesar pelo triste e lamentável acontecimento que enlutou o heroico e querido povo português.

—

O *Correio Mercantil*, da cidade vizinha, tem estampado excelentes retratos de D. Carlos, D. Luís Filipe, D. Manuel II, rainha D. Amélia e conselheiro João Franco.

D. Carlos e D. Luís⁵

Para bem servir o público e corresponder ao honroso acolhimento que ele nos dispensa, *O Tempo* não se esquivava a esforços nem mede despesas.

⁵ *O Tempo*, Rio Grande, 6 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 55, p. 2.

Dada a impressão dolorosa que o terrível atentado de Lisboa produziu em todos os espíritos e atendendo à corrente de simpatia geral que desde logo se avolumou em relação às vítimas do nefando crime, resolvemos ilustrar com os retratos destas a primeira página de *O Tempo*.

Essa estampa há de ser principalmente agradável à laboriosa e enlutada colônia portuguesa, a quem de mais perto fere o bárbaro golpe.

No número de hoje, damos os retratos de D. Carlos e D. Luís Filipe, pai e filho; amanhã, estamparemos os de D. Manuel II, o atual rei, e D. Amélia, sua augusta mãe.

[...]

A colônia portuguesa de Bagé resolveu mandar celebrar solenes exéquias no 30^o dia do passamento de D. Carlos e D. Luís Filipe.

Em Porto Alegre, logo que circulou a notícia do atentado, os nossos colegas do *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Jornal da Manhã* e *Gazeta do Comércio* hastearam bandeira em funeral.

A *Associação dos Empregados no Comércio*, que tinha o seu edifício todo embandeirado, por motivo do seu aniversário, retirou logo esse festivo embandeiramento, e pôs a meia haste o seu estandarte.

O *Clube Silveira Martins*, a Beneficência Portuguesa e outras associações da mesma forma hastearam os seus pavilhões.

A sociedade carnavalesca *Venezianos* retirou a sua bandeira do frontispício da *caverna* e a *Esmeralda* colocou a sua a meia haste. Ambas sociedades suspenderam os rufos de *Zé-Pereira*, por três dias.

A sociedade dramática particular *Filhos de Thalia* transferiu a sua récita para o dia 12 do corrente.

O Presidente do estado dispensou a retreta do palácio.

O Vice-Consulado português tomou luto por oito dias e pediu aos seus compatriotas que se associassem a essa manifestação de pesar.

[...]

Eis como se manifestou a respeito a imprensa porto-alegrense:

“Não há um coração bem formado que não se confranja, não há um espírito equilibrado que não sofra, não há uma alma limpa que não se indigne diante do abominável regicídio que enlutou Portugal, ensaguentando-lhe a história tão valorosa.

É cedo ainda para formarmos juízo seguro sobre a responsabilidade tremenda e aviltante desse ato de loucura ou perversidade.

O velho e glorioso reino vibrava no paroxismo de um luto excepcional entre as classes conservadoras, que punham guarda estoica ao trono de D. Carlos e parte de uma geração nova que se nutria nos ideais republicanos, ao influxo da palavra ardorosa e da ação forte de um pupilo de homens de talento e de audácia.

E João Franco, o formidável ministro, ao qual o rei confiara a conjunção da crise, resolvera debelá-la a grandes golpes, ferissem a quem ferissem, fossem quais fossem as consequências.

Sobreviveu à catástrofe no dia 1º.

Será ela resultante do despeito e do ódio dos adversários do regime, impotentes para vencerem a reação imperialista?

Em qualquer hipótese, só podemos ter palavras de profunda consternação à honrada e laboriosa colônia portuguesa” (*Correio do Povo*)

– “A fatalidade desse acontecimento horrível surpreendeu o monarca português em plena robustez de vida.

D. Carlos era um forte, era um homem de ação e de fibra, tinha valor pessoal e uma grande altivez de ânimo repetidamente demonstrada.

Aos quarenta e cinco anos, mais ou menos, desaparece tragicamente esse homem que tinha qualidades brilhantes de chefe de Estado.

O abalo que produziu esse acontecimento em nossa pátria deve ter sido enorme e profundo: a colônia portuguesa e o povo brasileiro preparavam-se para receberem condignamente a visita de El-Rei D. Carlos ao Rio de Janeiro, por ocasião da exposição comemorativa da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional.

E essa visita, ansiosamente esperada e oficialmente prometida, à nossa pátria, fazia supor que a situação do reino se modificaria, prenunciando melhores dias para o povo português.

Sentimos sinceramente a imensa tristeza que deve esmagar neste momento a alma portuguesa e a honrada colônia portuguesa residente nesta cidade, exemplo de trabalho e de patriotismo, na pessoa do seu Vice-Cônsul Sr. Barão de Silva Nunes, enviamos as nossas fundas condolências”(Gazeta do Comércio)

– “Certo, não apologizaremos nunca o atentado cruel que é a nota rubra do dia; mas se a nossa simpatia vai, irresistível neste momento, para as vítimas dos assassinos do Terreiro do Paço, também atua em nossa consciência, impelindo-a à condenação da monarquia lusitana, à lembrança das tropelias e das injustiças por meio das quais ela provocou a vindita que a atingiu, na pessoa dos seus soberanos, cuja implacável sorte não há quem não lastime, sinceramente” (*Jornal da Manhã*)

—

Por motivo dos sucessos de Portugal, foi extraordinário o serviço na estação telegráfica de Porto Alegre, domingo último.

Por causa disso, funcionaram até à noite os aparelhos Baudot.

—

Realizou-se, ontem, no Congresso Português D. Luís I, a reunião convocada pelos mais proeminentes membros da colônia portuguesa desta cidade, a qual foi presidida pelo Exmo. Sr. Dr. Quillinan Machado, digno Cônsul de Portugal.

Faziam parte da mesa os Srs. Visconde de Pinto da Rocha, Barão Fernandes Moreira, Comendador A. J. Silva Guimarães, 1^o tenente da armada portuguesa Joaquim Antunes, M. C. Lima Torres, Campos Braga e Alberto Silva, os dois últimos como secretários.

Entre as várias propostas apresentadas, salientou-se a da perpetuação do nome de S. M. o Sr. D. Carlos I, por meio da criação de uma vasta enfermaria para doente de moléstias contagiosas, num salão a edificar-se junto à *Beneficência Portuguesa*, o qual terá a denominação de *Pavilhão* ou *Enfermaria D. Carlos I* destacando-se aí o busto em mármore, ou se possível for, em bronze, desse preclaro monarca, tão violentamente arrebatado à vida.

Não podia deixar de ser aceita com unânimes aplausos esta bela ideia, que se corporizou e fez vulto de destaque sobre quaisquer outras demonstrações de mero culto, que se esvaem como o fumo e delas não fica mais que uma vaga lembrança, efêmera, como todas as coisas transitórias.

Ainda assim, para dar um testemunho dos sentimentos religiosos desse povo genuinamente católico, ficou deliberado também a realização de exéquias públicas, num dos nossos templos, que será talvez a Igreja da N. S. da Conceição.

Esse ato, porém, será feito com a maior modéstia e economia, para que o produto da grande subscrição, já iniciada, possa ter a aplicação realmente altruística e humanitária a que é destinado.

Ontem mesmo, no *Congresso Português*, foram logo subscritos perto de cinco contos de réis e ficou nomeada uma comissão central composta dos Srs. Visconde Pinto da Rocha, Barão Fernandes Moreira, Dr. Manuel Marques Leal Pancada, Manuel Carlos de Lima Torres e Comendador A. J. da Silva Guimarães.

—

Amanhã, na capela da Vila Sequeira, o Rev. Padre Josué de Matos celebrará missa em sufrágio das almas de D. Carlos e D. Luís Filipe, por iniciativa dos membros da colônia portuguesa que estão veraneando no Casino.

D. Carlos e D. Luís⁶

Foi Jaime Vítor, brilhante jornalista e literato de grande cultura, que disse de D. Carlos que, se o título de chefe da nação portuguesa não bastasse a dar-lhe a proeminência entre os seus concidadãos, tantos méritos e qualidades pessoais se reuniam na pessoa de El-Rei que não pode ser acoimada de lisonja ou de injustiça qualquer homenagem que se lhe tribute.

A um rei bondoso, popular e por fim mártir, que presidira durante cerca de 30 anos aos destinos da sociedade portuguesa, sucedeu muito moço. E o destino teve o capricho cruel de lhe cortar de dissabores, que surgiram de todos os lados, de ameaças que em todos os horizontes da pátria se encastelavam como nuvens negras, os primeiros anos de reinado. Pedra de toque, espécie de cadinho providencial em que muitas vezes é mister afinar-se o espírito, provar-se o ânimo e durarem-se as qualidades que devem caracterizar aquele que num dado momento da história tem a responsabilidade suprema dos destinos de um povo.

Justo é, porém, acrescentar que acontecimentos de outra natureza pareciam emanar desse mesmo providencial destino para indicarem ao jovem soberano que, havendo hoje no povo português as qualidades altas e sublimadas que o tinham assinalado na história, o espetáculo de feitos heroicos, que acabavam de provocar a admiração universal, era um incentivo e um estímulo, próprios a fortalecer e a avigorar o ânimo do rei provado em tantos revezes. E as campanhas da África, vindo marcar o primeiro estádio glorioso do seu reinado, pareciam que propositadamente surgiam no momento em que se tornava urgente e inadiável esta divisa nacional: esperança no futuro.

Reunia-se na personalidade de El-Rei, qualidades de que a natureza e a educação ricamente o dotaram, bastante a assegurar-lhe, por si próprias, um lugar à parte, um lugar assinalado na sociedade portuguesa. E é indispensável confessar que as faculdades da inteligência ou

⁶ *O Tempo*, Rio Grande, 7 de fevereiro de 1908, ano II, n.º 56, p. 2.

da vontade que caracterizem qualquer individualidade, tomam relevo e aumentam de vulto quando acaso se conjuguem na personalidade de um rei, que, pela sua alta situação – o tempo absorvido pelos negócios do Estado, e as horas disponíveis aplicada a ocupações de diversa ordem – precisa, como El-Rei D. Pedro V, e seu tio D. Pedro de Alcântara, e seu pai D. Luís I, ser privilegiadamente favorecido pela natureza para resselar, por entre a agitação do mundo moderno, méritos de escritor, de artista ou de homem de ciência.

Orador, o Sr. D. Carlos de Bragança seguia a tradição paterna, em vastas assembleias revelou, por forma a arrancar aplausos sinceros, esta qualidade superior que tem feito ascender tantos homens, ou às culminâncias do triunfo, ou aos mais altos lugares do Estado.

Cultor de todos os exercícios modernos do esporte, a sua fama de atirador correu a Europa, e nas caçadas de Chantilly, como nas de Vila Viçosa, ninguém o excedeu ainda na certeza da pontaria.

Lavrador, desenvolveu a vasta casa de Bragança, tornando-a produtiva, por meio da exploração agrícola e do apuramento das raças cavалares e taurinas.

A reunião de tantas e tão altas qualidades, que acusam simultaneamente inteligência e ação, confirma de uma forma plena as palavras com que iniciamos este artigo

O atentado de Lisboa⁷

Os acontecimentos que se desenrolam no velho Portugal e que tão funestas consequências trouxeram, com o assassinato de S. M. El-Rei D. Carlos e de S. A. o Príncipe Luís Filipe, foram, em parte, provocados pela áspera energia desenvolvida pelo Conselheiro João Franco na direção da política lusitana.

⁷ *O Tempo*, Rio Grande, 8 de fevereiro de 1908, ano II, nº 57, p. 1.

Portugal, que conhecia já a energia de João Franco, quando ministro do reino com Hintze Ribeiro, teve ocasião de verificar que o vigor e a força de vontade do ministro de 1893 não haviam desmerecido no presidente do conselho de 1906.

Começou então o presidente do conselho de ministros a desenvolver toda a sua atividade para construir solidamente seu partido.

Cada dia fazia mais sentir aos seus adversários políticos que à testa do governo português estava um estadista honesto, porém, violento, que não trepidaria em lançar mão de todos os recursos de rigor e de pressão para fortificar a agremiação partidária que dirigia, subtraindo-a à vida efêmera que se lhe antolhava, antes de conseguir galgar o poder.

Com a dissolução das cortes, sentiam-se ainda mais pedadas as liberdades na nação portuguesa e o Conselheiro João Franco que, subindo ao poder, havia esboçado um programa de governo, respeitando todas as franquias constitucionais, as mais amplas, oferecia cabal desmentido aos seus compromissos.

Dava o presidente do conselho, com a dissolução do parlamento, o primeiro passo na trilha das violências, e a esses se seguiram muitos outros.

O que foi o governo franquista, as arbitrariedades que praticou no período ditatorial, conhecemos todos pela grita que, quotidianamente, se levantava na nação irmã.

João Franco, enérgico em extremo, era inflexível, e os espancamentos de populares, as prisões de deputados, quer monarquistas, quer republicanos, sucediam-se, e o resultado final desta campanha, tentada por João Franco para se conservar no poder, teve o trágico e sinistro desfecho no covarde assassinato do soberano português e do seu augusto filho.

O conselheiro João Franco nasceu em 14 de fevereiro de 1855 no Fundão.

Sobre o vaticínio do seu futuro brilhante contam a seguinte lenda:

Ao vir da igreja o cortejo batismal, um mendigo esfarrapado e de grandes barbas brancas aproximou-se da comadre, a mulher que trazia a criança ao colo, e disse, solene: “este menino há de vir a ser o primeiro vulto da sua terra...”. Contaram a maravilha à mãe do profetizado e esta mostrou grão desejo de que fossem à cata do pobre. Foram, mas não o encontraram. . .

Dotado de lúcida inteligência, seguiu o curso de direito na Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em 1875.

Desde essa data, já militando no Partido Regenerador, então chefiado pelo grande Fontes Pereira de Melo até 1884, em que pela primeira vez foi eleito deputado pelo círculo de Guimarães, João Franco ocupou o lugar de delegado do procurador régio em diversas comarcas portuguesas e em Lisboa, no 2º distrito criminal.

A sua entrada para as cortes revelou em João Franco um orador correto, sem ser eloquente, e um político estudioso, discutindo sensatamente as questões que lhe eram confiadas.

Tomou, desde então, posição saliente no Partido Regenerador em 1893, quando o conselheiro Hintze Ribeiro, como subchefe do partido (que era nessa época dirigido por Serpa Pimentel), organizou gabinete, a João Franco confiou a pasta do Reino.

A dedicação de João Franco aos seus ideais políticos foi extraordinária e a prova inconcussa da sua habilidade política e da consideração que lhe votaram seus partidários foi ter sido um dos candidatos do partido, em que militara Rodrigues Sampaio, para a chefia, quando morreu Serpa Pimentel.

D. Carlos e D. Luís⁸

O Brasil, havia alguns meses, não vivia senão pensando no modo de receber a visita de D. Carlos. Essa preocupação era justa, elevada e nobre, e a visita do soberano português tinha mais de uma significação.

⁸ *O Tempo*, Rio Grande, 8 de fevereiro de 1908, ano II, n.º 56, p. 2.

Em primeiro lugar, tratava-se de um soberano, primeiro que visitaria a América do sul, independente. Depois, o soberano era europeu e governava o povo a que mais estreitamente estamos ligados.

O Brasil não é mais do que um prolongamento de Portugal e esta nada mais do que um prolongamento do nosso país. São dois povos quase fundidos num só. Um foi o descobridor do outro, foi o seu colonizador, o seu civilizador. O outro é o herdeiro e o perpetuador da sua língua, das suas tradições, das suas glórias. Através de todas as transformações por que possa passar, o Brasil será sempre o santuário da história de Portugal, das tradições de Portugal, da língua de Portugal.

Alvitrou-se então, a propósito da viagem de D. Carlos ao Brasil, por entre as mil e uma demonstrações de carinho e amizade que se preparavam para recebê-lo, a ereção de uma estátua a Luís de Camões, no Rio de Janeiro.

Nós somos vinte milhões de almas estrangeiras, que lhe devem uma língua civilizada e brilhante, sem lhe termos dado, até agora, a menor retribuição por esse favor extraordinário.

—

[...]

Por iniciativa dos Srs. João Prati Filho, Antônio Pimentel Magalhães e Almeida Araujo, este nosso distinto colega de *O Dever* o mesmo jornal bageense publicará uma polianteia em homenagem às augustas vítimas do trágico acontecimento que tanto abalou as sociedades portuguesas e brasileiras.

A referida edição será exposta à venda, devendo reverter o seu produto em benefício dos pobres e da Santa Casa de Bagé.

—

Sabe-se que o rei D. Carlos prometera fazer um seguro de vida na companhia *Mercúrio*, logo que chegasse ao Rio de Janeiro, em atenção a essa grande empresa brasileira.

—

Tem sido muito bem recompensado pelo público o esforço de *O Tempo* em bem servi-lo e informá-lo dos sucessos de Portugal.

As edições últimas desta folha, principalmente as que estampam os retratos das vítimas do atentado de Lisboa, esgotaram-se em poucas horas, apesar de muito aumentada.

D. Carlos e D. Luís⁹

Em assembleia reunida ontem, a colônia portuguesa de Pelotas assentou o programa dos atos solenes a realizarem-se a 20 do corrente em homenagem aos saudosos Rei D. Carlos e Príncipe D. Luís Filipe.

—

Parece averiguado que a tragédia de Lisboa prende-se às perturbações da ordem promovidas em Lisboa, na noite de 28 para 29 de janeiro último.

Sabe-se já que esses ataques à polícia da capital portuguesa, em consequência do qual se fizeram muitas prisões e aprendeu-se grande número de revólveres, carabinas, punhais e bombas explosivas, num depósito situado próximo aos quartéis da guarda municipal, esses distúrbios deviam rebentar ao mesmo tempo em vários pontos da cidade.

O sinal seria um tiro de canhão, dado por um navio ancorado no Tejo, a um aviso partido do ascensor da Biblioteca.

A precipitação de um dos grupos envolvidos no plano deitou esta a perder, tendo a polícia agido com toda a energia.

⁹ *O Tempo*, Rio Grande, 10 de fevereiro de 1908, ano II, nº 58, p. 2.

A subscrição promovida pelos próceres da colônia portuguesa desta cidade com o fim de perpetuar altruisticamente o nome do seu amado Rei D. Carlos, está sendo acolhida com muita generosidade, o que aliás era de esperar.

Terão grande solenidade as exéquias que a colônia portuguesa de Bagé vai mandar celebrar a 29 do corrente.

A Igreja Matriz, onde esse ato se realiza, será adornada com rara suntuosidade pelo hábil profissional Sr. João Lopes da Silva.

Reúne-se esta noite no *Congresso D. Luís I* a comissão central encarregada de levar a efeito as homenagens à memória do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe.

O atentado de Lisboa **Reconstituição dos fatos**¹⁰

O tumulto, aliás perfeitamente justificável, com que se passaram para a imprensa os telegramas referentes ao atentado de Lisboa; a contradição consequente dessas informações e a deficiência das notícias, tornaram a narrativa do bárbaro crime pouco segura e emaranhada, fazendo mais ansiosa e insofrível a curiosidade pública.

¹⁰ *O Tempo*, Rio Grande, 11 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 59, p. 1.

Eis porque, em face dos jornais recebidos pelo correio de ontem, nos propusemos fazer um extrato o mais completo possível, pondo o nosso público ao corrente da verdade, sem as contradições e desmentidos que trouxeram a maior parte dos telegramas insertos na imprensa local.

Entretanto, pelos acontecimentos que agora vamos referir, encadeados, fácil é ver que os despachos telegráficos de *O Tempo* quase nada se distanciaram da exatidão, o que assinalamos em abono do critério do nosso correspondente, preferindo à abundancia de palavras a sua certeza.

—

El-Rei D. Carlos, acompanhado da rainha e dos príncipes, havia mais de quinze dias que se achava em Vila Viçosa, para onde ia todos os anos caçar, gênero de esporte que o soberano português muito gostava.

Este ano, as caçadas estiveram muito animadas, tendo sido algumas partilhadas pelo Duque de Abruzos.

Resolvendo regressar, sua majestade marcou o dia certo, noticiando os jornais até a hora em que a família real e o seu cortejo chegariam a Lisboa, desembarcando como de costume no cais das Colunas, no Terreiro do Paço, hoje denominado Praça do Comércio.

Às 4 $\frac{1}{2}$ horas da tarde, o povo começou a afluir para este local, curioso de assistir ao desembarque dos soberanos e ao desfilar do cortejo real.

Efetivamente, pouco depois, às 5 da tarde, a família real, acompanhada de diversos cortesãos, desembarcava no cais das Colunas, onde os aguardavam as altas autoridades do país, inclusive o Sr. João Franco, presidente do conselho de ministros.

Depois de saudar o rei e de responder a algumas perguntas que lhe foram feitas pelo soberano, o Sr. João Franco aproximou-se da Rainha D. Amélia, com quem esteve palestrando durante o tempo em que durou o desembarque da comitiva e a formação do cortejo.

A demora foi de um quarto de hora, mais ou menos. A Rainha D. Amélia, com o Rei D. Carlos e os personagens mais graduados da comitiva, mostrava-se despreocupada, conversando sobre diversos assuntos estranhos à política.

Formado o cortejo, suas majestades ocuparam os lugares de honra do coche real, sentando-se no banco da frente o Príncipe D. Luís.

Na segunda carruagem vinham o infante D. Manuel e o Marquês de Soveral. Seguia-os um piquete de cavalaria, comandado pelo capitão Almeida Fonseca.

Dada a ordem de marcha, para o Palácio das Necessidades, partiu o cortejo, seguindo na frente o *Landau* real, que, como de costume, não ia guardado por força alguma.

As carruagens percorreram o lado ocidental do Terreiro do Paço e entraram na Praça do Município.

Ao sair desta praça e no momento em que penetrava na rua do Arsenal, foi o *Landau* real atacado pelos regicidas, sendo rápida a cena que se passou.

Alguns indivíduos encapotados, que estavam ocultos na esquina, encostados na parede, a fingir de praças da guarnição do arsenal da marinha, rapidamente tiraram de baixo dos capotes as carabinas com que estavam armados.

Os da comitiva, como a família real e seus guardas, mal perceberam este movimento, só prestando atenção depois que foi ouvida a primeira descarga. Outras seguiram imediatamente, pois eram de repetição as armas.

Ferido na cabeça e no peito, o corpo de D. Carlos pendeu imediatamente para o lado, não mais dando sinais de vida.

O Príncipe D. Luís, porém, parece que compreendeu a gravidade do acontecimento e procurou desviar-se das carabinas, que ainda estavam apontadas contra o seu peito.

A Rainha D. Amélia, então, levantou-se do seu lugar e procurou cobrir o corpo do filho, que, infelizmente, já estava mortalmente ferido.

Outros tiros partiram ainda, mas ninguém mais foi atingido, sendo que o Príncipe D. Manuel e a Rainha tinham já sofrido ligeiros ferimentos.

Como é fácil de ser calculado, foi enorme o pânico que se estabeleceu. O povo, mal averiguando do que se tratava, fugia em todas as direções.

Alguns procuravam socorrer os feridos, enquanto a polícia, auxiliada por alguns populares, lutava com os regicidas, dos quais dois foram mortos a tiro.

Um terceiro, compreendendo que ia ter igual sorte, conseguiu, no momento da luta, afastar-se um pouco e, levando o revólver ao ouvido, disparou-o com grande firmeza, caindo mortalmente ferido para falecer alguns instantes depois.

A desordem era enorme.

A comitiva não sabia o que fazer.

As ordens partiam de todos os lados, sem haver quem a elas obedecesse, mesmo porque algumas eram contraditórias.

O Príncipe D. Manuel, profundamente abalado, porém, conservando um relativo sangue frio, bem como a Rainha D. Amélia, conseguiram afinal, que fossem ouvidas as suas ordens.

Foi, então, que o Rei e o Príncipe D. Luís foram transportados para o arsenal da marinha, perto de cujo portão de entrada se deu o atentado.

El-Rei morreu sem que tivesse um instante de lucidez. O Príncipe D. Luís ainda pôde reconhecer os presentes, os íntimos que o rodeavam; assim antes de expirar, apertou a mão do Marquês de Soveral, que retribuiu, beijando a que assim lhe dava o último adeus do jovem príncipe.

Nesse meio tempo a notícia do atentado era conhecida em quase toda a cidade. As repartições militares davam providências, e assim as tropas da guarnição vinham estender-se de armas embaladas nas proximidades do arsenal, três regimentos de infantaria e um de cavalaria, que mantinham à distância a enorme multidão silenciosa.

O ministro da guerra, chamado com urgência, também compareceu. Entrando na sala onde se passava a desolada cena da morte do soberano e do príncipe herdeiro, demorou-se silenciosamente em frente aos dois cadáveres, depois se dirigindo à Rainha D. Amélia e, perfilando-se, desembainhou a espada e exclamou bem alto – “Viva a Rainha!”.

D. Amélia, até então, ignorava a extensão do seu grande infortúnio. Foi preciso dizer-lhe toda a verdade, constatando os médicos a morte.

Era o momento da trasladação dos corpos para o paço das Necessidades. Ciente de que a um tempo perdera o esposo e o filho adorado, sua majestade desmaiou. Levaram-na em braços para a carruagem. Escolta numerosa, uns 500 homens, rodearam-na, e do mesmo modo e com iguais precauções, foram conduzidos o infante D. Manuel e os dois cadáveres para outras carruagens, rodando todas em direção ao paço, entre alas de tropas.

Os corpos de D. Carlos e D. Luís Filipe foram colocados em câmara ardente, na sala do trono. D. Amélia, que recuperara já os sentidos, foi a primeira pessoa que se aproximou dessas: acompanhava-a o infante. Retirou os lenços que cobriam os rostos desses mortos queridos, beijou-os, soluçando, chorando amargamente. E, ao mesmo tempo, enlaçava pelo busto, num forte abraço, D. Manuel, o filho que restava. Da assistência a essa cena pungentíssima não houve ninguém que não chorasse.

—

Na ocasião do assalto, um dos assassinos, correndo atrás do carro real, alvejou D. Carlos na distância de setenta centímetros.

A Rainha D. Amélia, tentando defender o Príncipe herdeiro, bateu no rosto de um dos assassinos, com um *bouquet* que trazia na mão.

—

No paço, respondendo às pessoas que lhe aconselharam repouso, D. Manuel II disse. “Se nem sequer tenho tempo do chorar”.

—

Ao dar conta dos sucessos de Portugal à câmara dos deputados da França, o ministro de estrangeiros, Pichon, disse que o assassinato de D. Carlos e do Príncipe herdeiro era um desses atos que não encontra justificativa aceitável.

O deputado socialista Marcel Sembat interrompeu o ministro, gritando – que a ditadura é que havia provocado esse assassinato.

Pichon, retorquindo, disse – que, para honra do parlamento francês, não tomava em consideração esse aparte, pois tinha certeza de que a câmara seria unânime em censurar esse atentado e em honrar a memória do soberano de uma nação amiga da França.

A réplica de Pichon provocou estrondos aplausos.

O presidente Brisson negou a palavra ao deputado Sembat, que a havia pedido. Este, apoiado pela extrema esquerda, protestou energicamente.

—

Toda a imprensa de Berlim lamenta os sucessos de Portugal.

O *Berliner Tageblatt* diz que a petulância e a vaidade, sempre otimistas, são maus conselheiros para os homens de Estado. Aquele jornal é de opinião que à Inglaterra cabe, em parte, a responsabilidade do atentado que enlutou Portugal, porque os portugueses aborrecem a política que lhes é ditada pela Grã-Bretanha.

—

Estamos expondo à porta do nosso escritório um desenho topográfico do desembarque ao local do atentado, assim como retratos do

novo Rei D. Manuel II, dos conselheiros Ferreira Amaral, presidente do conselho, e Espregueira, ministro da Fazenda, e de outros muitos políticos da atualidade portuguesa.

Esses desenhos têm atraído muitíssimo a curiosidade pública.

—

Será orador oficial nas exéquias que a colônia portuguesa de Pelotas vai mandar celebrar a 29 do corrente o Rev. Vigário Dr. Maia Firme.

Ao Sr. Bispo diocesano solicitou licença para que outros oradores façam uso da palavra na Igreja Matriz.

Como noticiamos, teve lugar, ontem, à noite no *Congresso Português D. Luís I*, uma reunião da comissão central que dirigirá as homenagens póstumas a D. Carlos e D. Luís Filipe.

Ficou definitivamente marcado o dia 20 do corrente para a celebração das exéquias, que terão lugar na Igreja da Conceição, às 9 horas da manhã.

Durante as cerimônias religiosas, tocará escolhidas marchas fúnebres uma orquestra dirigida pelo professor Ângelo Tagnin.

O coro será ocupado por um grupo de moças.

As exéquias serão rezadas pelo vigário da paróquia, Rev. Josué de Matos, acolitado por outros sacerdotes.

A ornamentação do templo será feita com muita simplicidade.

O atentado de Lisboa **Notícias e comentários¹¹**

Sabe-se já, por telegrama de *O Tempo*, que ao terminar a sessão do encerramento do congresso dos estudantes, em Montevideo, o acadêmico Lacerda pediu a palavra para fundamentar uma proposição em nome dos delegados brasileiros.

¹¹ *O Tempo*, Rio Grande, 12 de fevereiro de 1908, ano II, nº 60, p. 1.

Disse sentir trazer à sessão do congresso uma página de luto e, estigmatizando o assassinato do rei e do príncipe real de Portugal, lamenta, como republicano genuíno e democrata de raça, que a miragem serena da república entre em Portugal coberta de sangue, matando numa fuzilaria bárbara um pai e uma criança.

Por isso, acrescentou, peço ao congresso dos estudantes aqui reunido, em nome da paz, do amor e do perdão, que aceite e faça constar na ata a profunda dor e imenso luto do coração da mocidade da minha pátria.

Diversos delegados de outras nações levantaram-se para discutir a proposta.

Imediatamente, o Sr. Lacerda, em nome dos seus colegas de delegação, declarou que retirara a proposta, por julgá-la não suscetível de discussão, como devia aconselhar o mais comezinho sentimento de cortesia.

Concluída a explicação do delegado brasileiro, um representante de Cuba procurou justificar o assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís, e terminou declarando que a moção brasileira não tinha cabimento, visto não existir laço algum que prendesse a América a Portugal.

O Sr. Lacerda aparteou com calor o delegado cubano, mostrando que entre outros laços existe o de na América falar-se o mesmo idioma que em Portugal.

Secundando aquele seu colega, os delegados brasileiros, unânimes, reclamaram do presidente do congresso que encerrasse a discussão, que tão lamentavelmente havia encetado.

Alguns delegados do Chile e do Paraguai votaram com os brasileiros.

Terminado o incidente, o delegado argentino Cabral apresentou uma proposta quase idêntica à brasileira, que foi aprovada, reivindicando o delegado brasileiro a sua iniciativa.

Finda a sessão, a delegação brasileira foi entusiasticamente aclamada pelos congressistas e pelas pessoas presentes.

A colônia portuguesa de Montevideo mostra-se satisfeitíssima com a atitude da delegação brasileira, recomendando aos seus compatriotas do Rio de Janeiro que recebessem os acadêmicos com as homenagens que merecem, diante da brilhante defesa que fizeram da pátria portuguesa.

[...]

—

A imprensa do Rio chama a atenção do governo para um fato, resultante do atentado, que afeta gravemente o comércio daquela praça.

É sabido quanto esforço se fazia para em junho próximo receber a visita do saudoso Rei D. Carlos com todas as honras.

O comércio, colaborando com o governo, promotor da vinda do soberano português, foi obrigado a contrair compromissos extraordinários, a fim de satisfazer as necessidades públicas.

Diante, porém, do doloroso ato da selvajaria praticado contra o monarca português, o prejuízo que sofrerá o comércio é avultado, calculando-se talvez em mais de vinte mil contos.

—

O Dr. Artur Pinto da Rocha foi convidado para orador oficial das exéquias que a colônia portuguesa fará celebrar no trigésimo dia da morte de D. Carlos.

—

Temos exposto à porta do nosso escritório um desenho reconstituindo a tragédia de Lisboa, e os retratos de D. Afonso Henrique, o atual Príncipe Real da monarquia portuguesa, Conselheiros Sebastião Telles, Ministro da Guerra; Augusto Castilhos, da Marinha; Venceslau Lima, de Estrangeiros, Campos Henrique, da Justiça.

Vice-almirante Francisco J. Ferreira do Amaral¹²

É muito conhecida de quantos se interessam pelos negócios portugueses a figura do novo presidente do conselho.

O vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral nasceu em Lisboa a 11 de junho de 1843, verificando praça na marinha a 29 de setembro de 1855.

Quando capitão de mar e guerra, veio ao Brasil comandado o *Adamastor*, assistir à posse do Presidente Campos Sales, em 1898.

No Rio de Janeiro recebeu então numerosas e expressivas provas de estima e consideração, tanto de portugueses como de brasileiros.

Seus serviços no Ultramar são notáveis, pois conhece muito bem as colônias.

Deputado várias vezes, também colaborou na imprensa, demonstrando sempre as melhores aptidões.

Tem a grã cruz de S. Bento de Avis, é Comendador da Águia Vermelha da Prússia e das Ordens de S. Maurício e S. Lázaro, da Itália, Cavaleiro da Ordem de Cristo de Avis, da Torre e Espada e do Elefante de Sião. Possui as medalhas militares de bons serviços e comportamento exemplar, a medalha da expedição de Angola de 1860 e outra por serviços prestados no Ultramar.

Em 1864 aprisionou e incendiou vários pangulos em Moçambique.

Já ocupou cargos de governador de Mossamedes, de S. Tomé, Angola e Índia e no gabinete Dias Ferreira, em 1892, foi o Ministro da Marinha.

É há muito Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

—

O modo por que o vice-almirante Ferreira do Amaral encara a situação atual do seu país atrai simpatias, demonstrando, ao lado de

¹² *O Tempo*, Rio Grande, 13 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 61, p. 1.

um espírito conciliador, certa dose de bonomia paternal e especial conhecimento dos males que afligem Portugal.

Declarou ele que não sabia se levaria a termo a sua missão pacífica e harmonizadora, mas esperava que as medidas já tomadas pelo governo, no sentido de anular os decretos ditatoriais, permitissem contar com a confiança de todos os portugueses hostis ao regime excecional por que a nação foi tratada.

Acrescentou que o novo governo tinha a principal preocupação de serenar os espíritos, e afirmou ser Portugal um organismo gravemente enfermo que entrava, agora, em lenta convalescença.

São suas estas palavras textuais:

“Curemos essas feridas, acalmemos os espíritos e voltemos à legalidade. Uma gestão prudente dos negócios públicos vencerá todas as dificuldades”.

O atentado de Lisboa **Notícias e comentários¹³**

Telegramas de anteontem disseram que o jornalista português Sr. José Barbosa, um dos atuais redatores de *O País*, do Rio de Janeiro, pedira garantias de vida à polícia, em consequência das constantes ameaças recebidas de compatriotas seus, que lhe atribuem contentamento pelo bárbaro regicídio de Lisboa.

Defendeu-se já, superiormente, o Sr. José Barbosa, dessa acusação, acentuando a sua atitude elevada na triste conjuntura por que está passando o velho Portugal.

Eis uma parte, a principal, da sua defesa:

“Emigrei, por delito de imprensa, sob o peso de 34 processos, que a *lei das rolhas*, de Lopo Vaz e João Franco, mandava englobar, para os efeitos da multa e do tempo de prisão. Não me arrependo desse

¹³ *O Tempo*, Rio Grande, 13 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 61, p. 1-2.

nem de nenhum passo na minha vida política. Voluntariamente saí da atividade política nesse momento; conservei, porém, sempre viva a fé na República Portuguesa. Conservei-a e conservo-a, a despeito de tudo. Jamais eu e os meus correligionários aqui domiciliados promovemos agitações partidárias ou movimentos políticos na colônia portuguesa. Permanecendo portugueses, mantendo as crenças que adotáramos na nossa terra, e vivendo numa ligação de simpatia, que se não podiam extinguir sob o paládio das liberdades republicanas do Brasil, quando tinham sido inabaláveis na adversidade que o regime constituído de Portugal lhes estabelecia, tivemos de sair do silêncio contra o plano que representava a mensagem de apoio a João Franco e de vilipêndio a homens que, sendo nossos adversários, quais os que nesta hora formam o governo, mereciam de nós, o conceito de ilibada honradez, que, aliás, em uma entrevista com um dos nossos estimados colegas da *Gazeta de Notícias*, o Sr. Camelo Lampreia lhes negara, para exaltar o ditador.

Protestamos e aqui ficamos, com o mesmo direito dos nossos contrários, a sustentar as opiniões que tínhamos, temos e continuaremos a ter.

É preciso que eu diga, quando alguém na sombra pretende macular o meu partido e os chefes, que eu acompanho com devotado amor e enternecido sentimento de admiração, que o Partido Republicano Português, desde o último Congresso reunido em Lisboa, entrou em uma fase francamente revolucionária.

Sabíamo-lo aqui, sabia-o em Lisboa toda a gente, inclusive o Sr. João Franco. A revolução, porém, não é o crime. Se em 31 de janeiro de 1891, o tenente-coronel Fernando de Magalhães pode voltar do acampamento das forças insurretas do Porto e preparar a resistência de que resultou a derrota dos heroicos revoltados, foi única e exclusivamente porque os responsáveis pelo movimento evitaram a sua morte, embora certos de que era capaz da ação que depois teve.

Cumpramos que nos respeitemos, para que nos respeitem. Esta foi sempre a lição de Latino Coelho, Elias Garcia e todos os que ainda

hoje regem, pelo ensinamento imperecível, a marcha da agremiação partidária em que me honro de estar alistado.

Só uma estreiteza de vistas, que raia com a cegueira, poderia conferir a um regicídio a iniciativa de republicanos portugueses. Um partido em que está a maioria dos lentes das escolas superiores de Portugal, não pode ser dirigido por estúpidos. E estupidez fora um crime que só poderia prejudicar a ação revolucionária, que a dissolução dos velhos partidos favorecia de hora a hora.

O grande partido, que os meus amigos daqui e eu representamos, é um partido alimentado pelos presentes em Portugal. Não se trata de se firmar na força absenteísta dos portugueses expatriados. Essa era a tática do Sr. João Franco que pretendia – diga-se a coisa qual ela é – chamar ao reino e espalhá-los pelas suas terras os portugueses abastados do Brasil, os quais, uma vez em Portugal, ele erigiria em apoio financeiro da sua política.

Este foi o plano político que o arguto ditador imaginou para suprir a falta de arrimo dos elementos permanentes da sociedade portuguesa. Foi contra esta inversão da natural ordem das coisas que, em nome dos liberais portugueses, opusemos embargos à calamitosa obra de aliciamento de franquistas entre os nossos patrícios residentes no Brasil.

A empresa liberticida não teve nem terá jamais o *placet* nem o consentimento tácito dos republicanos portugueses. À compreensão oporão eles a revolução, nunca o crime”.

[...]

—

O general Sousa Aguiar, prefeito do Distrito Federal, acaba de expedir o seguinte decreto:

O prefeito do Distrito Federal:

Considerando que a população da capital da República se preparava para receber com vivas e justas manifestações de regozijo a visita do chefe da nação portuguesa, o Rei D. Carlos I;

Considerando que a cidade do Rio de Janeiro deve exprimir, de modo justo e eloquente, o pesar com que recebeu a notícia do inesperado passamento do mais alto representante da nação amiga, à qual a nação brasileira está ligada por indissolúveis laços de tradição histórica e de civilização;

Considerando que essa homenagem deve significar, ao mesmo tempo, a expressão da mágoa do município e o reconhecimento dos serviços de filantropia, assistência e solidariedade humana, que tanto enobrecem a comunhão dos portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro:

Usando das atribuições que lhe confere o §14^o, do art. 27, da Consolidação das Leis Federais, sob a organização municipal do Distrito Federal, decreta:

Artigo único. A rua Santo Amaro, no distrito da Glória, onde está estabelecido o hospital da Sociedade da Beneficência Portuguesa, passa a ter denominação de rua D. Carlos I”.

O atentado de Lisboa **Notícias e comentários¹⁴**

Não há quem possa justificar o bárbaro atentado de Lisboa, por mais que esquadrilhe a sua razão de ser nas medidas compressoras que o governo português tomou ultimamente.

Não foram elas de natureza tal que autorizasse aquela nefanda tragédia. Aqui mesmo, no nosso país, temos tido coisa muito pior, e a ninguém foi lícito dizer que os seus autores mereciam a morte.

A propósito, o brilhante escritor brasileiro Dr. Carlos de Laet, mesmo com a sua dose de pessimismo oriundo das suas ideias arraigadamente monárquicas, comenta o juízo do que profligam os atos de D. Carlos e do seu primeiro ministro João Franco.

¹⁴ *O Tempo*, Rio Grande, 14 de fevereiro de 1908, ano II, n^o 62, p. 1.

Escreve ele, pela seção que mantem em *O País* do Rio:

“A figura daquele rei, daquele chefe de família, covardemente assassinado no seio do seu povo, entre a mulher e os filhos, estes alvejados também pelas armas homicidas, e um deles, nobre e pura existência ainda em flor – vitimando sem a menor suspeita de culpa, outra que não a do seu nascimento, a todo o momento se nos impõe e incessante nos clama quão atrasada e fictícia é a civilização de que nos jactamos, nós os filhos deste século, tão ensanguentado aliás e tão cruel com os que já se abismaram no golfão dos tempos.

É natural que sobre a régia individualidade, protagonista que acaba de ser em agitadíssimo drama político, variem os conceitos e sentenças, conforme as simpatias pessoais ou partidárias de cada julgador. Eu não sei como se arranjavam os egípcios para, logo depois da morte dos seus magnates, sobre eles anteciparem o juízo da história. De todo impossível isso fora em nosso dias, pela variedade de opiniões. . . Mas, felizmente, por honra da humanidade, e a despeito do relativismo que se pretende inculcar na moral, não há entre homens sãos e de bem dois modos de sentir quanto ao crime que pretendeu subverter a monarquia portuguesa.

Acentuem-se muito embora as divergências no tocante aos meios ultimamente empregados pelo finado monarca e pelo seu primeiro ministro para conjugar a facciosa oposição que em Portugal aspira à mudança das instituições: o que não padece dúvida é a atrocidade, a vilania, a perversão dos que planejaram e consumaram o sinistro feito e que pela primeira vez com o sangue do regicídio macularam a história do cavalheiresco reino.

Nestas colunas, em que se me garantia plena liberdade na enunciação do meu pensamento, por mais discorde que às vezes se ache de de outros e mais autorizados escritores, não hesito em asseverar que nunca pela mente do inditoso rei passou o projeto de transformar em autocracia o poder que lhe advinha do liberal D. Pedro IV. Salteado por uma dessas crises em que se convulsam as nações, assumira D. Carlos temporariamente funções que pela constituição lhe não competiam,

mas de que sem dúvida abriria mão desde que à normalidade voltasse o transtornado país.

Em outro lugar, e arriscando-me às veementes e injustas contradições de alguns revolucionários, eu disse, e ainda o sustento, que, se não fora as energias então desenvolvidas pelo rei pelos seus auxiliares, idêntica houvera sido, em Portugal, a sorte daquela monarquia à que teve a do Brasil, onde, austera e filosoficamente encerrado na constituição, o Imperador se negava a quaisquer providências que céleres refreassem os movimentos e conciliábulos republicanos.

O que se seguiu ninguém o ignora. Assoberbado foi o império pela onda contrária, e o primeiro gesto da república foi a decretação de uma ditadura anual, com todos os seus conseqüências da supressão das liberdades cívicas, e entre elas a da imprensa.

O assassinato do Rei de Portugal e do seu imediato herdeiro foi, não como a alguns se afigura, um ato de desespero pela suspensão das garantias constitucionais; mas antes um arranco, um paroxismo de fúria pelo desabar de projetos que à semelhança do que no Brasil sucedera, pretendiam medrar sob o patrocínio da legalidade.

Quero, pois, acreditar – e nisto raciocino sem paixão, desinteressado como sou da política interna de Portugal – quero acreditar que, se não fossem oportunamente contrastado pela mão vigorosa do rei e dos ministros, já lá teriam os republicanos efetuado o seu 15 de novembro e ludibriado a maioria da nação, acabando por lhes impingir uma democracia de improviso, naturalmente precedida de uma ditadura que nada respeitaria, como aqui nada respeitou.

Quem, como eu, havendo conhecido o liberalíssimo governo de D. Pedro II, tem depois visto postergados todos os direitos do cidadão e do homem – a liberdade de pensamento e de reunião, a inviolabilidade do domicílio, o sigilo das cartas, a segurança da propriedade e da vida; – quem, como eu, haja contemplado os destroços fumegantes da casa onde trabalhou e que os adversários incendiaram, com plena aquiescência das autoridades, galardoada no dia seguinte ao do crime; quem, como eu, ainda mantenha viva a grande mágoa da

perseguição dos amigos sobre o túmulo a que baixou o mutilado cadáver de um deles: - oh! Quem, como eu, bem conheça as proezas da república nesta parte da América, não pode deixar de sorrir ante as indignações de outros republicanos pelas momentâneas ilegalidades do último governo português.

Para profligarem os atos de D. Carlos, e do seu último ministério, é preciso que primeiro eles esqueçam as tropelias do generalíssimo, equiparando, pelo decreto de 23 de dezembro de 1889, as intemperanças da imprensa às revoltas passíveis de arcabuzamento segundo os artigos de guerra; as execuções em massa, durante a revolta e após ela, dispensando até mesmo o julgamento militar, como sucedeu ao Barão Serro Azul e aos seus companheiros, ao mar e guerra Lorena, ao velho marechal Batovi e ao heroico Silvino de Macedo; os morticínios de prisioneiros na campanha de Canudos; os desacatos e violências de que foi vítima o venerando Andrade Figueira, as torturas infligidas ao mal-ferido e quase agonizante coronel Travassos. . . Apaguemos, primeiro, das páginas da nossa história esses horrores e tiranias, para depois condenarmos as irregularidades de D. Carlos na defesa das instituições e dos princípios que em sua pessoa se encarnavam. Aplicou-lhe um dos mais baixos e soezes epítetos. Foi levado aos tribunais e condenado. . . a cinquenta mil réis de multa! Entre nós, Gentil de Castro, que a ninguém tinha insultado, simplesmente para proteger com seus capitães a publicação de duas folhas monarquistas, teve saqueada a sua casa particular e foi, com anuência da polícia, baleado e picado à faca em lugar bem público.

As exorbitâncias do finado soberano foram meramente defensivas e justificadas pela necessidade. O "*salus populi suprema lex est*" não se fez apenas para uso das repúblicas. Poderia tê-las evitado, essas malsinadas ilegalidades? A fereza dos recentes sucessos patenteia a gravidade da crise".

—

Está averiguado que o regicídio foi planejado no interior de um café de segunda ordem.

Os conspiradores servindo-se de uma mesa de mármore, nela improvisaram uma planta do Terreiro do Paço, por onde devia passar a família real.

Uma vez feito isso, serviram-se de fósforos para figurarem no desenho a posição que cada um devia tomar à passagem da carruagem real e como deviam fazer fogo, alvejando simultaneamente El-Rei D. 1Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe.



DIRECTORIA

DIRECTOR: ERNESTO RODRIGUES

DIRECTORES-ADJUNTOS: JOSÉ EDUARDO FRANCO
ANA PAULA TAVARES

SECRETÁRIA: LUÍSA MARINHO ANTUNES

VOGAIS: LUÍS DA CUNHA PINHEIRO
PAULA CARREIRA



DIRETORIA

PRESIDENTE: PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

VICE-PRESIDENTE: FRANCISCO DAS NEVES ALVES

DIRETOR DE ACERVO: MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO: PAULO SOMENSI

2º SECRETÁRIO: LUIZ HENRIQUE TORRES

1º TESOUREIRO: VALDIR BARROCO

2º TESOUREIRO: ROLAND PIRES NICOLA



Conselho Editorial

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Carlos Carranca (Universidade Lusófona)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Francisco das Neves Alves (FURG)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

José Eduardo Franco (CIDH-CLEPUL)

Luiz Henrique Torres (FURG)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Mauro Nicola Póvoas (FURG)

Vania Pinheiro Chaves (CLEPUL)



**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do
Projecto “UID/ELT/00077/2013”**



Coleção
Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



CLEPUL Centro de Estudos de Língua Portuguesa do Rio-Grandense
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

